



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**  
Centro de Educação e Humanidades

Beatriz de Sousa Morais

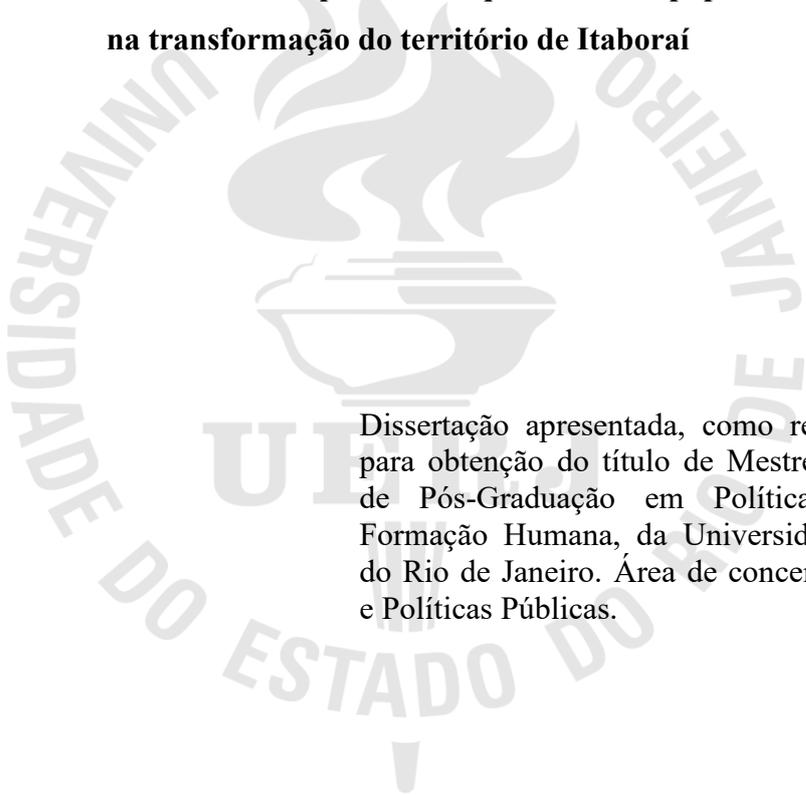
**COMPERJ: o complexo petroquímico e seu papel  
na transformação do território de Itaboraí**

Rio de Janeiro

2024

Beatriz de Sousa Morais

**COMPERJ: o Complexo Petroquímico e seu papel  
na transformação do território de Itaboraí**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estado e Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Floriano José Godinho de Oliveira

Rio de Janeiro

2024

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

M838      Morais, Beatriz de Sousa  
              COMPERJ: O Complexo Petroquímico e seu papel na transformação do  
              território de Itaboraí / Beatriz de Sousa Morais. – 2024.  
              93 f.

              Orientador: Floriano José Godinho de Oliveira.  
              Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.  
              Centro de Educação e Humanidades.

              1. Indústria – Brasil – Teses. 2. Indústria petroquímica – Teses. 3.  
              Habitação – Teses. I. Oliveira, Floriano José Godinho de. II. Universidade do  
              Estado do Rio de Janeiro. Centro de Educação e Humanidades. III. Título.

br

CDU 330.3

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Beatriz de Sousa Morais

**COMPERJ: O Complexo Petroquímico e seu papel  
na transformação do território de Itaboraí**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estado e Políticas Públicas.

Aprovada em 28 de junho de 2024.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Floriano José Godinho de Oliveira (Orientador)

Faculdade de Educação - UERJ

---

Prof. Dr. Artur Sérgio Lopes

Faculdade de Educação Tecnológica do Estado do Rio de Janeiro

---

Prof. Dr. André dos Santos Rocha

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2024

## AGRADECIMENTOS

Quero começar agradecendo à minha família. Família essa que me ensinou desde sempre a importância dos estudos e, principalmente, da ciência como ponta de lança para a transformação da sociedade. Foram nos almoços em família e nos quintais que cresci, que vi e aprendi com cada um sobre nossa trajetória, nossas histórias, mas especialmente sobre as nossas raízes. Quis iniciar pela família, de forma plural, porque todos aqueles que me conhecem sabem que a minha família é a melhor parte de mim e não tenho dúvida que cada um foi de extrema importância para que eu chegasse até aqui. Foram vocês que me ensinaram sobre política, música, poesia e a virtuosa qualidade de estarmos sempre juntos, mesmo com tantas diversidades e diferenças. A nossa amizade é como rios perenes, estão presentes em todos instantes.

Aos meus pais, Denise e Josiel, quero agradecer por sempre me oferecerem o melhor: carinho, amor, parceria e, é claro, sempre me preencherem de livros e conversas para que eu pegasse gosto pela leitura e descobertas. Obrigada, sobretudo, pelo companheirismo e força, por acreditarem em mim quando eu mesma descreditava.

À minha irmã Gabriela, por ser tão presente na minha vida, em especial quando eu mais precisava para dar continuidade aos meus estudos, sempre querendo e fazendo o melhor para mim.

Às minhas primas e primos, agradeço pela amizade e por todos os momentos de descontração que tornaram essa jornada mais leve. As minhas tias e tios que foram essenciais nessa caminhada e no meu processo de aprendizagem com nossos intensos debates e discussões. Em especial, devo agradecer a minha tia Janete que foi uma segunda mãe, sempre me livrando das surras quando criança e me mostrando seu lado forte e alegre.

Em memória a Pretinha minha cachorrinha que me esperava pacientemente durante a graduação e me enchia de “lambeijos” todos os dias para me alegrar e motivar a continuar nos estudos. Ao meu querido Gustavo agradeço pela tranquilidade, ombro amigo, respeito, empatia e insistência de permanecer ao meu lado em momentos de muitas inseguranças. Ao Peteleco agradeço pela sua parceria, momentos de descontração e os “lambeijos”.

À minha amiga Marina quero agradecer por suas palavras sempre sensatas e enriquecedora, que mesmo estando longe sabe se fazer presente na minha vida, mostrando que distância é o que menos importa na nossa relação.

Aos meus amigos André e a D'Janine agradeço pelas nossas trocas acadêmicas tão importantes para esse trabalho e de apoio em momentos de angústias. Ao Floriano pela paciência e fonte de inspiração.

A Juventude 5 de Julho e ao Aluísio Bevilaqua por me mostrar o caminho da luta e da ciência do proletariado. À camarada Bianka de Jesus quero agradecer por mostrar que lugar de mulheres pretas e pobres é dentro da academia, se tornando mestra.

Esse trabalho é fruto de um esforço coletivo que cada um contribuiu de diversas maneiras como com presença, palavras, conselhos, gestos e sentimentos.

## RESUMO

DE SOUSA MORAIS, Beatriz. *COMPERJ: O Complexo Petroquímico e seu Papel na Transformação do Território de Itaboraí*. 2024. 93 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Centro de Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

O impacto da crise do sistema capitalista na indústria brasileira foi particularmente sentido no setor de empresas de transformação energética, como exemplificado pela dissolução do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), foco deste estudo, em meio a uma crise política aguda no país. O Comperj desempenhava um papel essencial na indústria nacional, representando um dos maiores empreendimentos petroquímicos da Petrobras e uma fonte significativa de investimento e desenvolvimento econômico para a região. Contudo, a interrupção das obras devido a escândalos de corrupção relacionados à Operação Lava Jato teve consequências devastadoras. Durante o período de construção, a cidade de Itaboraí testemunhou um notável fluxo migratório, resultando em especulação imobiliária e alterações significativas no valor do solo, enquanto a população de baixa renda que buscava oportunidades de emprego na região foi marginalizada para áreas precárias. A demissão em massa de trabalhadores agravou ainda mais a crise habitacional, evidenciando a falta de infraestrutura básica, como redes de água e esgoto, e intensificando as condições precárias de vida. Ademais, projetos fundamentais para o bem-estar da população, como os de saúde, foram também interrompidos, agravando a vulnerabilidade dos habitantes.

Palavras-Chaves: Comperj. Indústria nacional. Operação Lava-Jato e crise habitacional.

## ABSTRACT

DE SOUSA MORAIS, Beatriz. COMPERJ: The Petrochemical Complex and its Role in the Transformation of the Territory of Itaboraí. 2024. 93 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Centro de Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

The impact of the crisis of the capitalist system on Brazilian industry was particularly felt in the sector of energy transformation companies, as exemplified by the dissolution of the Rio de Janeiro Petrochemical Complex (Comperj), the focus of this study, in the midst of an acute political crisis in the country. Comperj played an essential role in the national industry, representing one of Petrobras' largest petrochemical projects and a significant source of investment and economic development for the region. However, the interruption of construction due to corruption scandals related to Operation Car Wash had devastating consequences. During the construction period, the city of Itaboraí witnessed a notable influx of migrants, resulting in real estate speculation and significant changes in land values, while the low-income population seeking employment opportunities in the region was marginalized to precarious areas. The mass layoff of workers further aggravated the housing crisis, highlighting the lack of basic infrastructure, such as water and sewage systems, and intensifying precarious living conditions. In addition, fundamental projects for the well-being of the population, such as health care, were also interrupted, exacerbating the vulnerability of the inhabitants.

Keywords: Comperj. National industry. Operation Car Wash and the housing crisis.

## LISTA DE SIGLAS

AEPET - Associação dos Engenheiros da Petrobras  
ANP - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis  
BB - Banco do Brasil  
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica  
CEF - Caixa Econômica Federal  
COMPERJ - Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro  
EIA/RIMA - Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental  
ERJ - Estado do Rio de Janeiro  
EUA - Estados Unidos da América  
GPI - Grupo de Planejamento Integrado  
INEA - Instituto Estadual do Ambiente (do Estado do Rio de Janeiro)  
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional  
LUBNOR - Lubrificantes e Derivados de Petróleo do Nordeste S.A.  
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento  
PETROBRAS - Petróleo Brasileiro S.A.  
PIB - Produto Interno Bruto  
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
PRODESIN - Programa de Desenvolvimento do Setor de Óleo, Gás e Naval  
PT - Partido dos Trabalhadores  
REFAP - Refinaria Alberto Pasqualini  
REMAN - Refinaria Isaac Sabbá  
REPAR - Refinaria Presidente Getúlio Vargas  
REDUC - Refinaria Duque de Caxias  
RLAM - Refinaria Landulpho Alves  
RNEST - Refinaria Abreu e Lima  
UPGN - Unidade de Processamento de Gás Natural

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Limites da Área do Pré-sal

Figura 2-Histórico de construção dos Parques de Refino da Petrobrás.

Figura 3-Mapa das refinarias no Brasil.

Figura 4- População residente no Brasil (milhões) - série histórica.

Figura 5-Arco Metropolitano.

Figura 6- Trecho de Manilha do Arco Metropolitano

Figura 7-Trecho de Manilha do Arco Metropolitano

Figura 8-População residente no Brasil (milhões) - série histórica.

Figura 9- Evolução populacional dos municípios da Área Diretamente Afetada e da Área de Influência Direta, 1970-2010

Figura 10- A refinaria e o otimismo do passado (1º de abril de 2006)

Figura 11- Saldo nível de empregos formais.

Figura 12- População por distrito

Figura 13- Projeto da Minha casa minha vida em Itambi.

Figura 14-Obra não finalizada em Itambi

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Taxas de Lucro Líquidas do setor industrial nos Estados Unidos, Alemanha e Japão

Gráfico 2- Indústria extrativa na Região Sudeste no período de 2004 – 2014.

Gráfico 3- Indústria de Transformação na Região Sudeste no período de 2004 – 2014.

Gráfico 4- PIB Industrial do Leste fluminense (2003 – 2020).

Gráfico 5- PIB Industrial de Itaboraí (2003 – 2020).

Gráfico 6- Produção Habitacional

Gráfico 7-Número de domicílios em assentamentos precários em Itaboraí (2000 e 2011)

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>1</b>	<b>IMPACTOS DO COMPERJ NA CONFIGURAÇÃO REGIONAL: UMA ANÁLISE DA EXPANSÃO INDUSTRIAL E DO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DO LESTE FLUMINENSE.....</b>	<b>18</b>
1.1	Uma breve contextualização do cenário internacional e a Crise Orgânica do Capital.....	19
1.2	O desenvolvimento do setor petrolífero no Brasil.....	23
1.3	Implantação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro e seu projeto original.....	30
1.4	Breve contexto histórico sobre o desenvolvimento econômico de Itaboraí.....	38
1.5	O processo de Implosão-explosão de Lefebvre e os efeitos em Itaboraí.....	41
<b>2</b>	<b>Valor de Uso e Valor de Troca do solo.....</b>	<b>44</b>
2.1	Mudanças econômicas no Leste Fluminense.....	44
2.2	O uso do território e o conceito de circuito espacial de produção com a implementação do COMPERJ no município de Itaboraí.....	46
2.3	Os Grandes Projetos de Investimentos e a análise espacial do estado do Rio de Janeiro.....	50
2.4	O mercado imobiliário e a influência no município de Itaboraí.....	55
2.5	O arco metropolitano.....	58
<b>3</b>	<b>CONTRADIÇÕES TERRITOTIAIS A PARTIR DO FALECIMENTO E DISPUTA PELAS ELITES.....</b>	<b>63</b>
3.1	O impacto da interrupção das obras do Comperj para o município.....	67
3.1.1	<u>Paralisação do Comperj e o crescimento do desemprego.....</u>	<u>71</u>
3.2	Crise habitacional e a interrupção dos projetos de moradia.....	72
	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>79</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>89</b>

## INTRODUÇÃO

A descoberta de uma grande reserva petrolífera abaixo da camada de sal no litoral brasileiro, conhecida como Pré-sal<sup>1</sup>, em 2006, desencadeou-se um significativo impulso no ciclo econômico relacionado ao petróleo em várias partes dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo, com destaque especial, neste trabalho, para a região Leste Fluminense<sup>2</sup>.



**Figura 1:** Limites da Área do Pré-sal.

Fonte: Energy Way, 2018

Como aponta Candido (2023), o Leste Fluminense passava, até a descoberta e início da exploração do Pré-sal, por um processo de desindustrialização e crescimento de loteamento ligados à classe trabalhadora. Todavia, os investimentos no setor petroquímico, resultado de décadas de pesquisa científica e tecnológica pela Petrobras em busca de autossuficiência em petróleo, resultaram no pioneirismo em tecnologias para exploração em águas profundas e ultra profundas, colocando o país e, conseqüentemente, o litoral sudestino, em posição estratégica na demanda global por energia.

<sup>1</sup> Denominação atribuída à camada de sal soterrada no fundo do mar que fez as vezes de tampão, propiciando que se tornassem petróleo os organismos microscópicos (zooplâncton e fitoplâncton) que se depositaram no mar primordial formado pelo afastamento dos atuais continentes africano e sul-americano.

<sup>2</sup> A Região Leste Fluminense é formada pelos municípios de Araruama, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Casimiro de Abreu, Iguaba Grande, Itaboraí, Maricá, Niterói, Rio Bonito, Rio das Ostras, São Gonçalo, São Pedro da Aldeia, Squarema, Silva Jardim e Tanguá.

Essa transformação teve um impacto significativo no território do Estado do Rio de Janeiro (ERJ), que experimentou uma nova dinâmica territorial impulsionada pela economia de petróleo-gás. Em decorrência do desenvolvimento econômico, áreas que, anteriormente, tinham economias regionais, experimentaram uma mudança radical. É o caso de Itaboraí, que tinha sua economia até então voltada para os setores agrícolas e ceramistas (CANDIDO, 2023).

Dessa forma, a introdução da indústria de petróleo alterou o cenário econômico e a ocupação territorial dessas regiões. Como destacou Pessanha (2015), o petróleo desempenhou o papel de um instrumento facilitador que viabilizou a interconexão entre diferentes lugares. Alteraram-se, como consequência, as práticas socioespaciais de pessoas de diferentes origens, influenciando a ocupação do território e resultando na formação de novos arranjos e padrões territoriais.

Portanto, o COMPERJ (Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro), situado de forma estratégica no município de Itaboraí, no Leste Fluminense, desempenhou, do ano de 2006 até o momento de paralisação de suas atividades em 2016, um papel crucial no cenário de desenvolvimento político, econômico e social, tanto em termos regionais quanto nacionais. Conforme apontado por Pessanha (2015),

é da natureza do setor de Óleo e Gás ser fortemente ancorado em altos investimentos, realizar grande aporte de capital fixo sobre o território e se articular com o poder político para a maioria de suas decisões e frentes de atuação. Isso fica evidente na disputa que emergiu entre os municípios de Campos dos Goytacazes e Itaguaí, entre 2005 e 2006, sobre a localização do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ), culminando em uma “decisão salomônica” a favor de uma terceira opção: Itaboraí. (PESSANHA, 2015. Pág. 17)

A escolha de Itaboraí foi motivada pela percepção de que essa região, empobrecida e ao lado da historicamente esquecida São Gonçalo, apresentava características favoráveis para o empreendimento. Entre os pontos positivos, destacou-se a área modificada em processo de degradação, sem grandes restrições geotécnicas, o que possibilitava o acolhimento do projeto sem maiores danos ambientais. Além disso, a localização não possuía concentração significativa de poluentes atmosféricos devido ao relevo e às correntes de vento que favoreciam a dispersão, minimizando impactos diretos e indiretos na qualidade do ar (SEMINÁRIO COMPERJ/ INEA, 2014).

Além disso, de acordo com o relatório da Petrobras,

a histórica carência da água na região foi identificada como oportunidade para que o empreendimento contribua para a construção de soluções técnicas e políticas para o bem comum [...]; apresentar caráter estratégico para a recuperação da economia da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, e da sua porção leste em particular [...]; dispor de mão de obra carente de oportunidade, e que será

capacitada para a inserção no empreendimento e nas empresas que surgirão [...] (PETROBRAS, 2005, p. 37).

Dessa maneira, a região de Itaboraí no Leste Fluminense foi estrategicamente escolhida para abrigar o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ) por representar uma oportunidade. O empreendimento foi visualizado como um veículo para desenvolver soluções técnicas e políticas que beneficiariam o bem-estar da população, que também seria capacitada e integrada ao empreendimento e nas futuras empresas que se desenvolveriam a partir dele.

É nesse sentido que Candido (2023) reforça que no contexto histórico e econômico da região, caracterizado por períodos de estagnação nas décadas de 1980 e 1990 e seguidos por transformações territoriais moldadas pelo novo ordenamento espacial no século XXI, o COMPERJ emergiu como um megaprojeto vinculado à cadeia produtiva do petróleo. Estava, assim, diretamente relacionado ao avanço da exploração petrolífera no Brasil, tendo em vista que o petróleo ainda é a matéria-prima fundamental para a reprodução e a manutenção do setor industrial do sistema capitalista e assim, é responsável pelas disputas que acarretam a reconfiguração das relações produtivas.

Em perspectiva mais ampla, de acordo com as observações de Bevilaqua (2017) dentro do processo de acumulação de capital, pode-se entender todo esse investimento como parte de um novo percurso neocolonial, em um cenário em que as fontes de matérias-primas, como é o caso do petróleo, emergem como elementos cruciais devido à grande composição de capital e à inevitável substituição da força muscular pela força motriz, tendo como parâmetro a energia gerada por combustível fóssil.

A análise de Bevilaqua (2017) ressalta que a dependência do petróleo, assim como do desenvolvimento industrial capitalista, principalmente nos Estados Unidos, onde a indústria automotriz desempenha um papel central na economia, dá origem a um novo contexto para o sistema capitalista, marcado por fases cíclicas de crises e oportunidades.

Com base no que foi apresentado até aqui, é possível afirmar que, seja pelo desenvolvimento tecnológico ou pelo retorno das crises, o petróleo voltou a desempenhar um papel decisivo na estratégia geopolítica internacional dentro do sistema global capitaneado pelos Estados Unidos e na corrida por fontes de matéria-prima. A descoberta do Pré-sal, nesse sentido, representou um avanço significativo para o desenvolvimento econômico nacional, enquanto os Grandes Projetos de Investimentos foram responsáveis pela consolidação da autonomia energética e tecnológica.

Claramente, devido à relevância do Produto Interno Bruto (PIB) e ao tamanho territorial e populacional do Brasil, o país possui um papel-chave no que diz respeito ao desenvolvimento e aos avanços dos processos de integração da América do Sul. A consolidação de uma liderança regional coloca um elemento essencial nos interesses hegemônicos dos Estados Unidos na região, gerando um cenário intrincado de interesses geopolíticos que se desdobram em implicações econômicas, políticas e sociais multifacetadas (BRUCKMAMN, 2011).

A exploração do Pré-sal foi lançada quando o Brasil expandia sua capacidade de produção, elevando-se a uma posição de destaque como produtor mundial de petróleo. A construção do COMPERJ seria uma forma de agregar valor à produção de petróleo, além de gerar empregos e promover o desenvolvimento econômico da região. A integração do Leste Fluminense resultou na duplicação do PIB de Itaboraí no setor industrial e, com o início das obras, todos os municípios ao redor sentiram o impacto do empreendimento: desde o fluxo migratório que foi intenso durante a época até os investimentos imobiliários e o incremento do comércio.

No entanto, a partir de 2008, o mundo foi abalado por uma crise econômica global de proporções significativas, impactando profundamente a dinâmica interna de diversos países, inclusive no Brasil, embora que mais tardiamente. Essa crise, que teve origem no sistema financeiro, atingiu também o projeto de exploração petrolífera do Pré-sal e o empreendimento do COMPERJ, que dentro dos desdobramentos do déficit de demanda global por energia e de investimentos em infraestruturas, foi completamente desativado em 2016.

Tendo este Grande Projeto de Investimento (GPI) como referência das políticas territoriais, esta pesquisa tem como objetivo investigar e analisar as transformações na ocupação e uso do território de Itaboraí e nos municípios circundantes após a implementação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ). O estudo busca compreender como a crise econômica não apenas atingiu o setor petrolífero a nível nacional, mas também teve impacto nas esferas relacionadas ao projeto de desenvolvimento, concentrando-se na exposição das questões sociais e territoriais resultantes da interrupção do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ) na cidade de Itaboraí. Essa cidade, que estava impulsionada pelo potencial de crescimento econômico, de repente se viu confrontada com uma realidade caracterizada por desaceleração econômica, desemprego e desestruturação social.

Este estudo busca examinar de maneira abrangente os complexos desafios sociais e territoriais que emergiram como consequência direta da paralisação do COMPERJ em

Itaboraí, examinando as diversas ramificações das implicações socioeconômicas e espaciais decorrentes da suspensão das atividades. Analisar-se-á também a reconfiguração do território de Itaboraí por meio do conceito de circuitos proposto por Milton Santos, considerando a inserção de um novo empreendimento em um território que já possui uma dinâmica territorial previamente produzida e como esse novo empreendimento remodelou as relações já existentes no território afetando sua organização espacial. Também será analisado o projeto do COMPERJ à luz do conceito de Grandes Projetos de Investimento de Oliveira (2017), inserido no quadro desenvolvimentista do governo do Partido dos Trabalhadores e compreender como a crise econômica e política afetou o avanço do empreendimento, bem como as políticas públicas necessárias para as transformações ocorridas.

Assim, a pesquisa procura avaliar o impacto da implantação e subsequente paralisação do COMPERJ na dinâmica territorial da região, considerando aspectos como a ocupação do solo e a distribuição espacial das atividades econômicas. Para isso, é fundamental compreender a trajetória histórica de Itaboraí, que passou de uma cidade agrícola e de serviços para uma cidade industrial. Também serão abordados os contextos das políticas públicas estabelecidas para o projeto, tanto para a população antiga quanto para os novos residentes.

Almeja-se, sobretudo, promover um debate sobre o papel dos empreendimentos produtivos e o uso do solo, e como esses aspectos impactam a economia regional e nacional. Dessa maneira, a interligação entre as condições de produção e o uso do solo, um tema central na Geografia Econômica, será central na pesquisa. O estudo da relação entre o COMPERJ e a região de Itaboraí proporciona uma oportunidade para compreender como um megaprojeto industrial pode influenciar a organização do espaço geográfico. É essencial analisar como a reestruturação produtiva influenciou a implantação do empreendimento industrial, considerando aspectos como a infraestrutura necessária e a localização estratégica da região.

Nesse contexto, a pesquisa busca responder como a paralisação do megaprojeto do COMPERJ afetou as políticas públicas em Itaboraí. Serão ainda investigadas as implicações territoriais na dinâmica socioeconômica da área, focando no mercado imobiliário e na habitação.

Um dos desdobramentos mais significativos, por exemplo, foi a dinâmica migratória e o problema de moradia que se instalou na região. A falta de conclusão dos projetos habitacionais do programa "Minha Casa, Minha Vida", destinado a prover habitações acessíveis para famílias de baixa renda, agravou ainda mais essa situação. Outro ponto a ser considerado é o aumento do valor do solo em Itaboraí, como consequência do fluxo de

trabalhadores e das expectativas de desenvolvimento decorrentes do COMPERJ. Esse fenômeno tem implicações diretas na disponibilidade e acessibilidade de moradias, contribuindo para agravar o problema habitacional enfrentado pela população local e pelos migrantes.

Portanto, esta pesquisa também tem como objetivo analisar o impacto do fluxo migratório em Itaboraí após a implementação do COMPERJ, considerando especialmente o problema de moradia e o aumento do preço do solo. Por meio de uma abordagem que combina aspectos socioeconômicos, urbanísticos e políticos, pretende-se compreender os desafios enfrentados pelos migrantes e a população local diante das condições habitacionais precárias e da especulação imobiliária.

A metodologia adotada neste estudo combina o materialismo histórico de Marx com a dialética dos conceitos, visando compreender as categorias envolvidas na análise do empreendimento do COMPERJ. O materialismo histórico oferece uma base teórica sólida para compreender a história, a sociedade e as relações sociais, destacando a influência das condições materiais de produção, como tecnologia, recursos naturais e relações de produção, na formação das estruturas sociais e instituições de uma sociedade.

Este enfoque é uma ferramenta poderosa para analisar questões complexas como desigualdade, exploração e alienação na sociedade capitalista. Desta maneira, será realizada uma análise epistemológica da evolução histórica do empreendimento, juntamente com uma análise comparativa para estabelecer relações entre o significado conceitual e o contexto histórico, econômico e social. Também será empregada a análise de dados estatísticos relevantes, fornecendo informações quantitativas sobre o impacto da paralisação do megaprojeto do COMPERJ nas políticas públicas em Itaboraí.

A análise de dados desempenhará um papel crucial neste estudo, pois é o processo de examinar os dados para identificar padrões, tendências, relações e insights significativos que contribuirão para uma compreensão mais profunda e abrangente do tema em questão.

No primeiro capítulo, faremos uma análise sucinta da conjuntura da crise econômica atual e seu impacto no projeto desenvolvimentista do setor petrolífero no Brasil. Este estudo será construído considerando diversas fases importantes que moldaram a indústria ao longo do tempo, destacando o agravamento das tendências presentes no imperialismo, refletindo a busca incessante da burguesia por mais-valia. A conquista de novos mercados e a adoção do neoliberalismo foram elementos-chave que levaram às privatizações e à superexploração do trabalho.

Em seguida, abordaremos a história do desenvolvimento brasileiro no setor energético, delineando a trajetória econômica do município de Itaboraí. Além disso, exploraremos a implementação do projeto original do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ), examinando sua trajetória de investimentos e expectativas ao longo dos anos.

Por fim, introduziremos o conceito de Implosão-explosão de Lefebvre como uma lente teórica para compreender as mudanças recentes na região, relacionando-as às dinâmicas socioeconômicas mais amplas e aos processos de desenvolvimento e desindustrialização.

O segundo capítulo deste trabalho aborda, o valor de uso e de troca do solo no município de Itaboraí as alterações significativas na região, causadas pelo processo de construção do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ). No qual, as mudanças não apenas resultaram diretamente do empreendimento, mas também geraram consequências para o território e a população. Com o início da construção, o território passou por mudanças demográficas e imobiliárias, incluindo alta especulação imobiliária e chegada de empreendimentos de serviços. A especulação imobiliária e a migração de pessoas em busca de oportunidades resultaram em uma reorganização espacial. O solo, que antes era utilizado para uso local, passou a ser tratado como mercadoria no mercado imobiliário. O processo de urbanização intensificou-se devido às propostas de crescimento ligadas ao COMPERJ.

O crescimento desorganizado levou ao adensamento urbano e à marginalização de parte da população local. O COMPERJ impulsionou uma expansão rápida, mas a falta de infraestrutura básica e o foco nas demandas comerciais prejudicaram o planejamento urbano. A paralisação das obras do COMPERJ levou a um declínio econômico e desvalorização do território.

Este capítulo também discutirá o papel do Arco Metropolitano no desenvolvimento do COMPERJ, proporcionando uma via de transporte importante para a indústria e conexões com outros polos econômicos. A interrupção das obras do COMPERJ e como resultou em desemprego em massa na região, e como a crise habitacional se agravou, aumentando os assentamentos precários que surgiram devido à falta de moradia adequada, levando a exclusão social, falta de infraestrutura e riscos ambientais. Desta maneira, enfatiza a importância de políticas habitacionais efetivas, a regularização de áreas ocupadas informalmente e a promoção de infraestrutura adequada para melhorar a qualidade de vida das comunidades e reduzir a segregação socioespacial.

O terceiro capítulo irá iniciar com uma análise do crescimento populacional no município de Itaboraí e nas Áreas Diretamente Afetadas pelo empreendimento do COMPERJ e os investimentos associados. É importante destacar que esse crescimento foi impulsionado pela lógica da industrialização, que acelerou a expansão demográfica de maneira desigual em diversos territórios e em diferentes épocas.

Será realizada uma análise retrospectiva dos antigos grandes projetos na região metropolitana, contextualizando como contribuíram para esse crescimento e para as dinâmicas socioeconômicas locais. Destaca-se como a interrupção das obras do COMPERJ impactou negativamente diversos projetos correlatos, resultando em um cenário social degradante marcado pelo aumento do desemprego e precarização das condições habitacionais.

## **CAPÍTULO 1 – Impactos do COMPERJ na Configuração Regional: uma análise da expansão industrial e do desenvolvimento socioeconômico do Leste Fluminense**

Este capítulo aborda a conjuntura da crise econômica e seu impacto no projeto desenvolvimentista no Brasil. Mostra rapidamente o histórico do Brasil no setor petrolífero. Apresentada a história econômica de Itaboraí e o conceito de Implosão-explosão de Lefebvre para compreender as mudanças recentes na região. Além disso, é discutida a implementação do projeto original do COMPERJ, sua trajetória de investimentos e expectativas ao longo dos anos. Também serão analisados os efeitos da implantação do COMPERJ na região fluminense, especialmente em Itaboraí, utilizando o conceito de circuito espacial de produção de Santos para compreender as dinâmicas econômicas locais. Utilizar-se-á ainda os conceitos sobre grandes projetos de investimentos e contextualizar-se-á a questão espacial no entorno do estado do Rio de Janeiro, com foco nas áreas influenciadas por Itaboraí.

### 1.1. Uma breve contextualização do cenário internacional e a Crise Orgânica do Capital

O estágio atual do capitalismo é caracterizado pela crise econômica internacional e pela busca incessante da burguesia por mais-valia. A conquista de novos mercados se torna imprescindível na conjuntura do momento, levando a estratégias de intensificação dos mercados existentes e à centralização de capitais por meio de práticas competitivas mais agressivas (BEVILAQUA, 2020).

Como afirma Bevilaqua *et al* (2020), a crise orgânica do capitalismo, que representa um novo estágio no desenvolvimento do sistema, é evidenciada pela anarquia dos monopólios<sup>3</sup>. O colapso do keynesianismo e a adoção do neoliberalismo levaram a privatizações e à superexploração do trabalho. As economias dependentes tornaram-se ainda mais afetadas pela dependência de fluxos de capital internacionais e dos mercados exteriores para a realização de lucros. A transferência de mais-valia para as economias centrais exigiu políticas econômicas mais profundas.

A concentração da produção internacional nas mãos de poucas empresas transnacionais e a centralização do capital financeiro caracterizam esse estágio do desenvolvimento capitalista. Os países centrais, em resposta à crise, buscam retomar as relações ainda mais desiguais com suas ex-colônias, impondo a transferência de mais-valia diante dos lucros cada vez menores decorrentes da alta composição de capital.

Há um momento no desenvolvimento do capitalismo, com aumento constante de sua composição orgânica, que o volume de capital fixo na produção industrial se torna gigantesco, as disputas entre os monopólios acirram esta tendência: apenas os maiores têm condições de sobreviver pois torna-se muito caro movimentar o enorme aparato produtivo (BEVILAQUA *et al.*, 2020, p. 144).

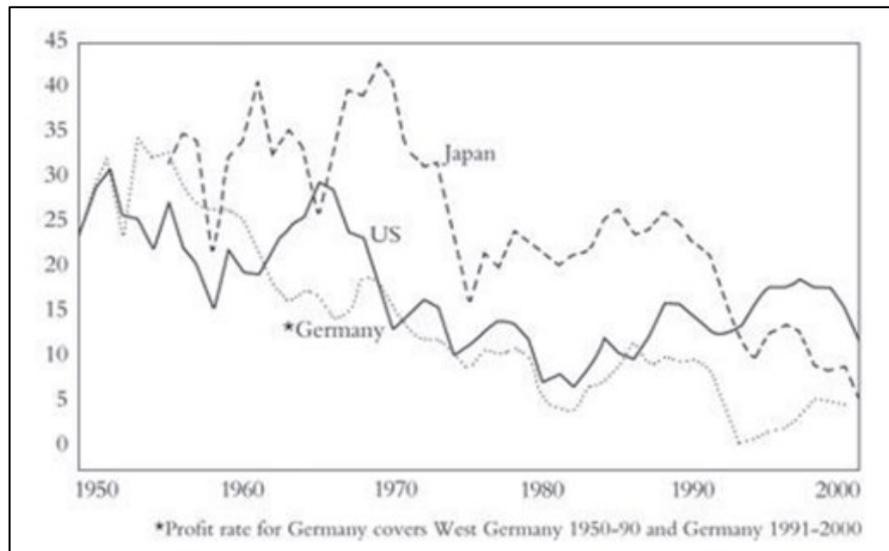
Desta forma, destaca-se a teoria do valor de Marx, explicando que o valor das mercadorias corresponde ao trabalho nelas incorporado durante o processo de produção. A mais-valia é o excedente de tempo de trabalho que se transforma em valor e é a fonte de lucro da burguesia. Com o aumento constante da composição orgânica do capital, em que o volume de capital fixo na produção industrial se torna gigantesco, os monopólios acirram as disputas e apenas os maiores têm condições de sobreviver (BEVILAQUA, 2020).

A **anarquia dos monopólios** é um estágio do desenvolvimento capitalista resultante do agravamento de tendências presentes no imperialismo. Assim, como afirma Marx, a

---

<sup>3</sup> O quadro atual de crise relembra o capitalismo no início do século passado, período de falência do liberalismo econômico e anemia do Estado em que reina a anarquia dos monopólios, processo que se consuma em destruição violenta das forças produtivas desenvolvidas, somente superado com a vitória militar dos aliados na II Guerra Mundial e a intervenção do Estado na economia, passando da beligerância ao controle planejado do governo sobre os monopólios, ou sobreposição do racionalismo da revolução socialista e da democracia ao irracionalismo dos regimes nipo-nazifascistas que se apresentaram como alternativa imperialista à crise do capital.

burguesia impulsionou a formação dos estados-nação no final do feudalismo, a acumulação necessária dos monopólios exige a dissolução das fronteiras dos estados-nação. O neoliberalismo, ao reivindicar o "livre mercado" da fase inicial do capitalismo, implementou na era dos monopólios a "anarquia da produção", acompanhada da crueldade característica daquela primeira fase, que havia sido contida em certa medida pelo desenvolvimento das forças produtivas (BEVILAQUA, 2020).



**Gráfico 1:** Taxas de Lucro Líquidas do setor industrial nos Estados Unidos, Alemanha e Japão  
**Fonte:** (Brenner apud Harman, 2007)

Como mostra o gráfico acima, ao longo de cinco décadas os países como Estados Unidos, Japão e Alemanha sofrem com o declínio das taxas de lucros. Tem uma queda acentuada em 1970 e se recuperam timidamente em 1982, porém segundo (Bevilaqua, 2020) *apud* Duménil e Lévy estimam que a taxa de lucro de 1997 era somente metade de seu valor em 1948, entre 60 e 75% de valor médio para a década de 1956-1965. Desta forma, apresenta como as crises foram se consolidando e principalmente se acentuando ao longo dos anos.

Assim, as crises que resultam da lei geral da acumulação conduzem à concentração do capital e ao fenômeno da fusão entre o capital bancário, industrial e comercial, constituindo trustes, cartéis e sindicatos, que passam à luta por nova partilha do mundo e à corrida neocolonial (LÊNIN, 2021). A tese de Aluísio Bevilaqua (2017) sobre a Crise Orgânica do Capital concebe o capital como conceito social cuja composição enfrenta uma crise em sua essência, explica o atual estágio de desenvolvimento do capitalismo e permite compreender a relação entre a composição orgânica do capital nos diferentes países e a divisão internacional do trabalho, destacando a autonomia e o desenvolvimento científicos para explicar as relações econômicas e políticas entre eles.

No estudo da conjuntura internacional e suas consequências sobre as políticas estratégicas de desenvolvimento nacional, incluindo os projetos no setor petrolífero, como o desenvolvimento da Petrobras e do COMPERJ, este estudo permite identificar a essência do movimento geopolítico internacional, ao explicar o papel central que as economias emergentes desempenham, no contexto de crise, na sustentação das taxas de lucro das economias desenvolvidas através do processo de transferência de mais-valia, característico da dinâmica do capitalismo dependente (MARINI, 1976; DOS SANTOS, 1987) e assentado na diferença da composição orgânica entre os países. Além disso, argumenta cientificamente a impossibilidade de recuperação das taxas de lucro nas economias desenvolvidas devido à sua alta composição e esgotamento das forças produtivas, processo impossível de ser revertido que, portanto, impulsiona a corrida neocolonial.

A luta de interesses econômicos surge do contexto mundial, a concorrência entre as potências mundiais pela liderança e expansão global se acentuaram. As tentativas de impor restrições e embargos ao petróleo como também ao gás têm apresentado resultados limitados, levando os países hegemônicos em uma situação delicada de dependência. Nas palavras de Bruckmann (2011), essa disputa bem como o controle pelos recursos naturais, é marcada por uma dimensão em escala global, sendo uma das pautas no âmbito da segurança nacional dos Estados Unidos, descrita no documento *Facing tomorrow's challenges*, elaborado pela agência United States Survey (USGS) (em português, Levantamento Geológico dos Estados Unidos) do Plano Estratégico do ano 2000.

A meta de estabilidade regional, que busca impedir ameaças aos interesses vitais dos Estados Unidos. Evidentemente, esta meta direciona a política para países da região que estão aprofundando processos de transformação social e afirmação de uma política de soberania sobre seus recursos naturais e que são considerados “ameaças aos interesses vitais” dos Estados Unidos (BRUCKMANN, 2011, p. 206).

O documento destaca a necessidade de promover um realimento contínuo com base nas orientações estratégicas dos Estados Unidos. A Estratégia de Segurança Nacional de 2010, instituída no período do governo Obama, reconhece a dependência dos Estados Unidos assim como outras nações dos mercados estrangeiros para exportação de seus produtos e o acesso a matérias-primas e outros recursos limitados. A ordem dos interesses nacionais e metas estratégicas Plano Estratégico 2000 determina metas estratégicas, como a estabilidade regional para inibir ameaças aos interesses vitais dos Estados Unidos e seus aliados (BRUCKMANN, 2011).

O conhecimento, em incessante evolução, sobre os recursos naturais, propicia avanços consideráveis, ampliando e impulsionando a capacidade de acumulação de capital. Segundo

Bruckmann (2011), é evidente que os fatores relacionados a recursos naturais influenciam diretamente os interesses nacionais e estratégicos de inúmeros países, impondo uma disputa complexa e em constante evolução no contexto geopolítico mundial. Esse cenário alcança seu limite com a chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder, em 2002, com as eleições de Luiz Inácio Lula da Silva e, posteriormente, de Dilma Rousseff, em 2010, que trouxeram consigo um projeto nacional de desenvolvimento relativamente autônomo, baseado no progresso científico e técnico, somado a acordos de cooperação econômica fora do domínio da dependência ao imperialismo norte-americano e europeu. Esse comportamento vai ao encontro do contrafluxo das crises gerais na economia mundial. O Brasil, nesse sentido, obteve protagonismo histórico ao descobrir o Pré-sal e assumir uma política de autossuficiência energética com a Petrobras.

No momento que a Crise Orgânica do Capital se aprofunda, as taxas de lucro vêm apresentando valores menores, a cada dia que se passa, fragilizando o sistema em suas áreas mais centrais como também suas esferas de impacto global. A inserção tecnológica na produção, por mais que traga avanços, parece ser incapaz de modificar a tendência de redução nos lucros, o que retrata um desafio para o sistema capitalista de maneira geral (BEVILAQUA, 2017).

O Brasil, todavia, estava na contramão do reforço da dependência de recursos naturais essenciais, com investimentos cada vez maiores em setores petrolíferos, como na construção de refinarias, como o caso do COMPERJ. Este projeto foi concebido como uma forma de impulsionar o desenvolvimento econômico do Brasil, e o local escolhido para sua implementação favoreceu a região de Itaboraí, no estado do Rio de Janeiro. No entanto, com o recrudescimento da crise internacional e a reconfiguração das dinâmicas globais de poder, o projeto enfrentou inúmeros desafios. A crise econômica e a queda dos preços do petróleo afetaram diretamente a viabilidade econômica do COMPERJ, tornando-o inviável em seu formato original.

Além disso, as mudanças políticas que resultaram no *impeachment* contra a então presidenta Dilma Rousseff no ano de 2016 e as denúncias de corrupção no âmbito da Petrobras, empresa responsável pelo COMPERJ, também contribuíram para o abandono do projeto. A falta de recursos financeiros e a perda de confiança no setor petroquímico que a Lava-jato ocasionou tornaram-se obstáculos significativos para a conclusão do empreendimento.

Diante desse contexto, é fundamental considerar a análise sobre a dependência econômica e as relações desiguais de poder que permeiam a divisão internacional do trabalho.

O abandono do COMPERJ reflete não apenas as dificuldades específicas enfrentadas pelo projeto, mas também a persistência de um padrão histórico de subordinação econômica da América Latina, que resulta em perdas significativas e na reprodução das desigualdades sociais e econômicas na região.

Portanto, a compreensão do impacto do abandono do COMPERJ nas obras de políticas públicas em Itaboraí requer uma análise ampla que leve em consideração tanto as questões econômicas e políticas específicas do projeto, como também os contextos mais amplos da divisão internacional do trabalho, das dinâmicas de poder e das desigualdades estruturais presentes.

O COMPERJ é um exemplo emblemático dos impactos do recrudescimento da crise internacional nas economias latino-americanas, conforme discutido por Bevilaqua. O projeto, que visava ser um importante marco no desenvolvimento industrial e energético do Brasil, sofreu um revés significativo como mudanças no panorama político e econômico do país (BEVILAQUA, 2017).

## **1.2. O desenvolvimento do setor petrolífero no Brasil**

A história do setor petrolífero no Brasil é construída a partir de várias fases importantes que moldaram o desenvolvimento da indústria no país ao longo do tempo. Segundo Morais (2013), ainda no Império, em 1864, começou-se a procurar por jazidas de petróleo no país. No entanto, as incertezas sobre a existência de hidrocarbonetos no Brasil persistiam. Após a Primeira Guerra Mundial, o petróleo tornou-se um combustível vital para a economia e a sobrevivência das nações. Em 1919, o então governo federal decidiu intervir diretamente nas atividades de exploração com o Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil (SGMB) (MORAIS, 2013).

De acordo com Morais (2013), no contexto internacional, a posse de jazidas passou a ser associada ao conceito de soberania e independência dos países. No Brasil, o governo também percebeu os riscos de depender integralmente de combustíveis importados e, assim, decidiu participar diretamente das atividades de exploração de petróleo. Entretanto, as respostas só viriam em 1939, quando ocorreu a primeira descoberta significativa de petróleo na localidade de Lobato, no Recôncavo Baiano (MORAIS, 2013).

Segundo Pessanha (2015), após a Segunda Guerra Mundial e com a participação de técnicos americanos, o assunto passou a ter uma discussão ampla, por conta da presença de interesses estrangeiros. Todo esse movimento remeteu à decisão a respeito do monopólio estatal sobre toda a cadeia produtiva do petróleo e do gás e na criação da Petrobras, em 1953,

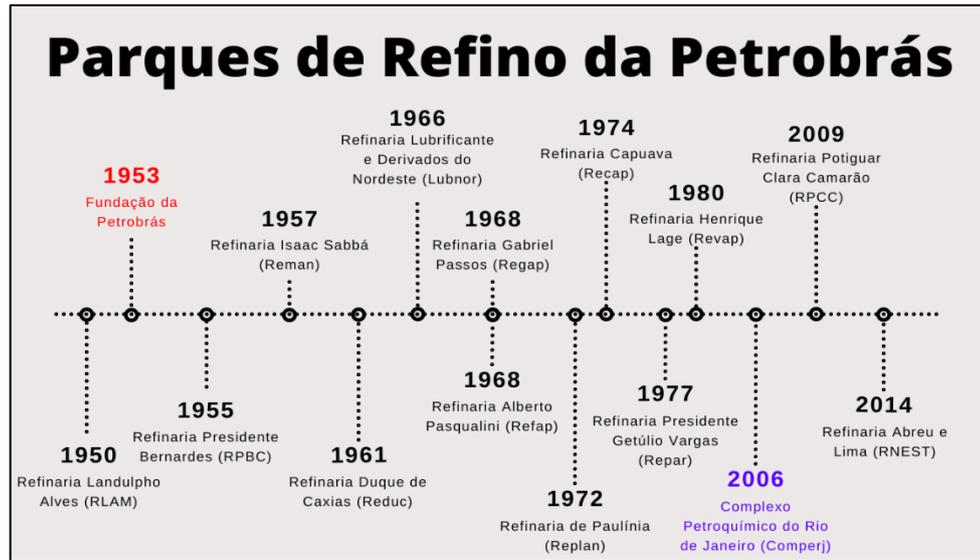
durante o segundo governo Vargas. A partir desse momento, a estatal assumiu o controle das atividades de exploração e produção de petróleo no país, tornando-se uma das maiores empresas do setor no mundo. O monopólio só foi suspenso em 1995, por uma Emenda Constitucional patrocinada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (PESSANHA, 2015).

Esse processo marcou o início de uma nova etapa na história do setor petrolífero brasileiro. No contexto internacional, cinco empresas multinacionais - Atlantic, Standard Oil, Anglo-Mexican (Shell), Texaco e Caloric - exerciam um controle significativo sobre o comércio de petróleo na época. Os Estados Unidos lideravam a produção e o desenvolvimento tecnológico da indústria do petróleo, graças aos seus grandes mercados interno e mundial abertos com a indústria do petróleo. Esse desenvolvimento contribuiu para o aumento das explorações e o aprimoramento dos produtos derivados. Com este cenário de dependência, a preocupação com a futura participação de empresas estrangeiras na exploração de petróleo no Brasil também foi um ponto importante. Na época, as cinco empresas internacionais controlavam a importação e a comercialização de combustíveis no país (MORAIS, 2013).

O investimento no setor energético como a construção de refinarias foi um marco nesse desenvolvimento, e a Bahia assumiu o papel pioneiro ao inaugurar a Refinaria Landulpho Alves em 1950. Ao longo das décadas seguintes, o país continuou a investir no setor, expandindo suas capacidades de refino. Só na década de 50, duas refinarias foram estabelecidas e ao longo de três décadas o parque de refino brasileiro foi se expandindo. Porém desde a década de 80, o setor estagnou significativamente e só após um hiato de 26 anos, o Brasil retomou seus investimentos em refinarias, como no caso do projeto do COMPERJ e outras (MORAIS, 2013).

Como mostra Pessanha (2015), no plano nacional, a descoberta do Pré-sal é, sem dúvida, o marco mais importante do setor desde a descoberta do petróleo na Bahia e da criação da Petrobrás na década de 50, há sessenta anos. Apenas na primeira década do século XXI, foram construídas mais três refinarias no país, localizadas no Rio de Janeiro e no Nordeste, marcada pelas descobertas de campos gigantes no Pré-sal. Essas reservas apresentaram um enorme potencial para o aumento das reservas brasileiras e para a expansão das exportações de petróleo.

Figura



2:

### Histórico de construção dos Parques de Refino da Petrobrás.

Fonte: Petrobras (2023). Ilustração criada pela autora.

Era estimado, segundo Morais (2013), que em 2020 a produção proveniente do Pré-sal representaria cerca de 47% da produção total de petróleo da Petrobras no Brasil. Nessa perspectiva, buscava-se a autossuficiência na produção de petróleo, concentrando seus esforços ao longo dos anos na construção gradativas de refinarias. Esse marco representou uma grande conquista para o Brasil, no qual reduziria sua dependência das importações e aumentando suas reservas de petróleo.

Logo, desde as primeiras explorações em meados do século XIX até as conquistas do Pré-sal no século XXI, o país se consolidou como uma importante potência no mercado global de petróleo, impulsionando sua economia e garantindo maior autonomia energética. O Pré-sal se tornou uma das maiores revoluções no setor petrolífero brasileiro, trazendo perspectivas impressionantes de crescimento das reservas de petróleo no país (MORAIS, 2013).

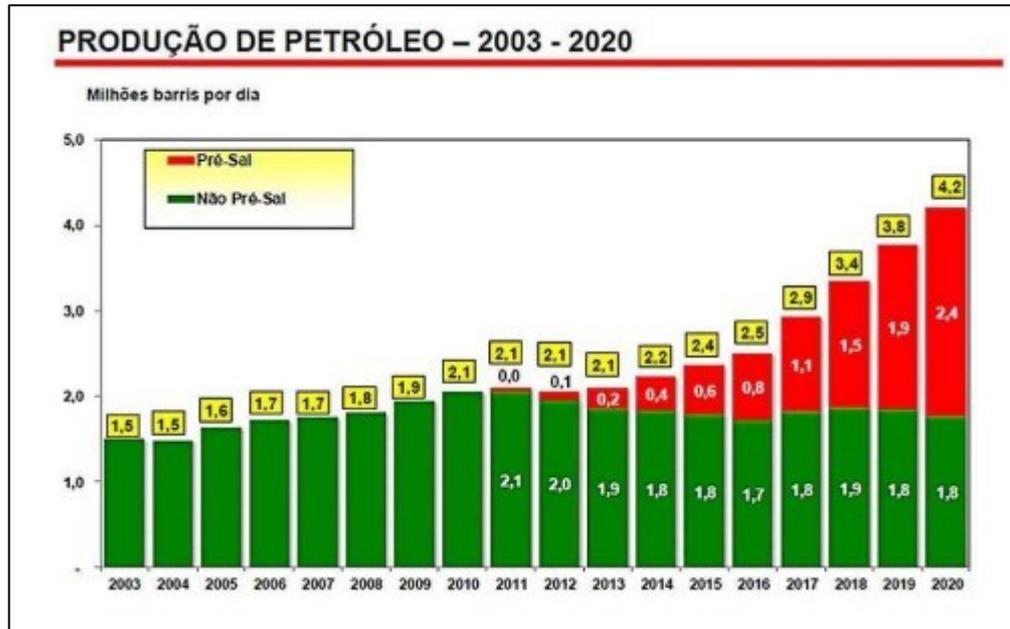
**Tabela 1 – Reservas totais de Petróleo (2001-2010)**

UF	Localização	Reservas totais de Petróleo (milhões de barris)						2001/2010 △ %
		2001		2005		2010		
		barris (milhões)	%	barris (milhões)	%	barris (milhões)	%	
<b>Brasil</b>		<b>12.992,6</b>		<b>16.132,3</b>		<b>28.467,3</b>		<b>119,1</b>
Subtotal	<b>Terra</b>	<b>1.214,7</b>	<b>9,3</b>	<b>1.354,7</b>	<b>8,4</b>	<b>1.492,0</b>	<b>5,2</b>	<b>22,8</b>
	<b>Mar</b>	<b>11.778,0</b>	<b>90,7</b>	<b>14.777,6</b>	<b>91,6</b>	<b>26.975,3</b>	<b>94,8</b>	<b>129</b>
<b>Amazonas</b>	Terra	150,8	12,4	115,7	8,5	211,4	14,2	40,1
	Mar	-	-	-	-	-	-	
<b>Rio Grande do Norte</b>	Terra	345,1	28,4	328,2	24,2	333,9	22,4	-3,2
	Mar	111,5	0,9	138,6	0,9	185,7	0,7	66,5
<b>Sergipe</b>	Terra	234,5	19,3	356,8	26,3	331,5	22,2	41,3
	Mar	59,0	0,5	110,9	0,8	126,8	0,5	114,8
<b>Bahia</b>	Terra	274,8	22,6	424,4	31,3	501,3	33,6	82,4
	Mar	15,1	0,1	20,2	0,1	140,3	0,5	827,7
<b>Espírito Santo</b>	Terra	172,0	14,2	89,5	6,6	79,8	5,3	-53,6
	Mar	10,7	0,1	1.422,9	9,6	2.627,3	9,7	24.456,2
<b>Rio de Janeiro<sup>2</sup></b>	Terra	-	-	-	-	-	-	
	Mar	11.432,9	97,1	12.915,5	87,4	23.580,3	87,4	106,3
<b>Demais estados*</b>	Terra	37,3	3,1	40,1	3	34,2	2,3	-8,3
	Mar	148,8	1,3	169,2	1,1	314,8	1,2	111,6

Fonte: Piquet (2012)

Segundo Piquet (2012), a tabela mostra as reservas de petróleo por localização (em terra e no mar) e por estado da Federação, entre 2001 e 2010, destacando a forte concentração (87,4%) na Bacia de Campos e o crescente papel do Espírito Santo. Um marco crucial no setor petrolífero que ocorreu em 2007, quando a Petrobras confirmou uma megajazida de petróleo na Bacia de Santos, na camada pré-sal, após testes bem-sucedidos.

Antes, o Brasil possuía uma reserva de cerca de 11,5 bilhões de barris de petróleo. No entanto, com a identificação da jazida no Pré-sal, a perspectiva mudou drasticamente. Como aponta Pessanha (2015), os dados oficiais sobre a ampliação das reservas petrolíferas nacionais provadas alavancaram, na virada do século, para 16,6 bilhões de barris, segundo a Petrobras, a partir dos critérios definidos pela Agência Nacional de Petróleo (ANP). Há quem garanta, como o economista José Mauro Moraes, do Ipea, que as reservas brasileiras já seriam cerca de 55 bilhões de barris em 2015. Isto colocaria o Brasil como a décima maior reserva mundial, com potencial para no prazo de uma década estar entre os quatro maiores produtores mundiais, atrás somente da Arábia Saudita, Rússia e EUA. Assim, com as reservas do Pré-sal, deixou-se de um patamar de vida útil e utilização das reservas de um prazo de 20 anos, para o potencial de reservas para 60 anos (PESSANHA, 2015, p. 2).

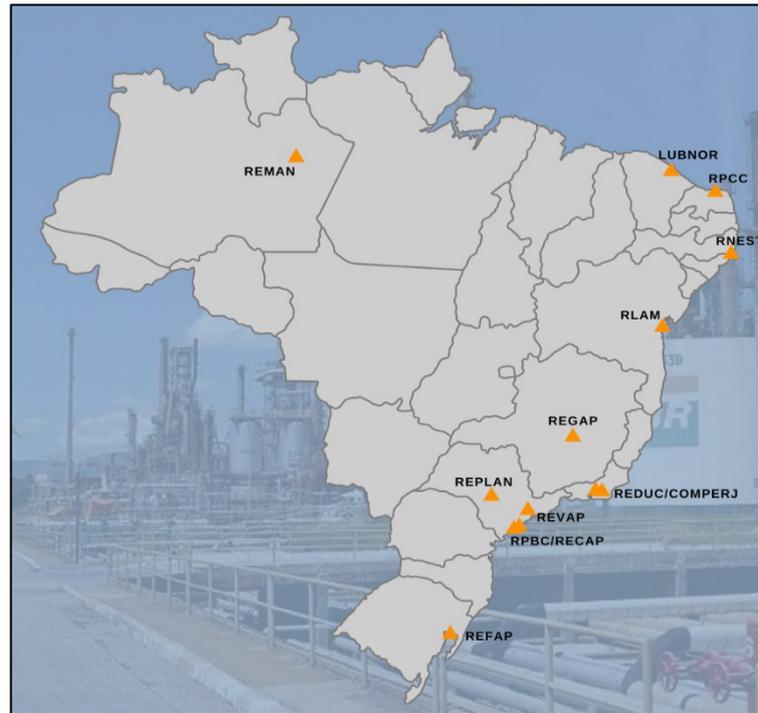


**Gráfico 2:** Produção de Petróleo – 2003 a 2020.

Fonte: Petrobras (2015).

Ao compararmos essa realização com a situação de outras nações, como os Estados Unidos, por exemplo, observamos que eles detinham uma reserva de aproximadamente 21 bilhões de barris de petróleo. Embora essa quantidade seja considerável, o país enfrenta um desafio significativo ao buscar um equilíbrio entre sua produção e consumo. Com a população global aumentando de 1,2 bilhão em 1900 para 6,5 bilhões em 2000, e à medida que a produção de bens industriais avançava, a demanda por energia, especialmente petróleo, experimentou um crescimento exponencial (AEPET 2012).

Segundo o observatório social do Petróleo, a Petrobras, a maior empresa de Petróleo e Gás do Brasil, conquistou o posto de 5ª maior empresa do setor no mundo durante este período. No entanto, nos últimos anos, mudanças na gestão e decisões políticas impactou profundamente a empresa. Até o ano de 2018, a Petrobras detinha um total de 13 refinarias. No entanto, o plano estratégico do governo indicou uma tendência severa de altas privatizações no setor de Petróleo e Gás. Algumas das refinarias que estavam sendo vendidas incluem a Abreu e Lima (Rnest) em Pernambuco, Presidente Getúlio Vargas (Repar) no Paraná e Alberto Pasqualini (Refap) no Rio Grande do Sul. Juntas, essas refinarias representam 23% da capacidade de refino do país. Logo, aumentando a dependência de importações de combustíveis refinados (OBSERVATÓRIO SOCIAL DO PETRÓLEO).



**Figura 3:** Mapa das refinarias no Brasil.  
**Fonte:** Petrobras (2023). *Mapa criado pela autora.*

As privatizações das refinarias da Petrobras vieram afetando de forma significativa as regiões Norte e Nordeste do Brasil, especialmente com a venda de duas das refinarias mais antigas que eram responsáveis pelo abastecimento local. A Refinaria Landulpho Alves (RLAM), localizada na Bahia, privatizada em 2021, sendo adquirida pelo fundo Mubadala, dos Emirados Árabes Unidos. A outra refinaria afetada foi a Lubnor, que foi vendida para o Grepar Participações, cumprindo o compromisso da Petrobras com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) para a abertura do mercado de refino. Além disso, em 2022, a refinaria Isaac Sabbá (Reman) no Amazonas foi privatizada para o grupo Atem (OBSERVATÓRIO SOCIAL DO PETRÓLEO, 2022).

Essas privatizações apontam o interesse das empresas estrangeiras no setor de refino no Brasil, pois a transferência de controle de tais empresas e investidores privados, a capacidade de decisão sobre o abastecimento e preços dos combustíveis ficaram fora do alcance do governo brasileiro, assim como as refinarias eram fundamentais para a autossuficiência e a segurança energética dessas regiões (OBSERVATÓRIO SOCIAL DO PETRÓLEO, 2022).

Outro impacto importante das privatizações é a venda da Unidade de Industrialização do Xisto (SIX), no Paraná, para a *M Resources*. Além de ser um centro de pesquisa avançado em refino, a SIX desempenhava um papel crucial no desenvolvimento de projetos em

colaboração com o Centro de Pesquisa da Petrobras e Universidades. A perda desse parque tecnológico representa uma queda no potencial de inovação e desenvolvimento tecnológico na área de refino no Brasil.

Segundo o Observatório Social do Petróleo, além disso, a venda do Polo Potiguar para a *3R Petroleum* por US\$ 1,38 bilhão também é uma medida significativa no processo de privatização da Petrobras. Essa transação inclui um conjunto de 22 concessões de campos de produção terrestres e de águas rasas, juntamente com infraestrutura de processamento e logística na Bacia Potiguar. A redução da presença da Petrobras nessa região teve implicações tanto na economia local quanto na segurança energética do país como um todo.

Essas privatizações causaram impactos significativos na Petrobras como empresa pública. Segundo a Agência Nacional de Petróleo (ANP), em uma década, a Petrobras perdeu 30% de seu peso no setor de Petróleo e Gás do país. O número de funcionários da empresa diminuiu drasticamente, caindo de 372 mil trabalhadores em 2014 para apenas 144 mil em 2021. Essa redução representa uma perda considerável de empregos diretos e indiretos associados à empresa.

Em resposta a esse programa de privatizações do governo, o ex-presidente da Petrobras, Joaquim Silva e Luna justificou sua decisão, anunciando que a empresa concentraria suas operações de refino em cinco refinarias localizadas no Sudeste do país. Essa mudança de enfoque inclui o direcionamento das atividades para refinarias no eixo de São Paulo e Rio de Janeiro, que estão próximas à produção de petróleo e aos principais centros consumidores do país. Essa decisão gerou implicações para as regiões que ficaram com menos capacidade de refino, além de influenciar os preços e disponibilidade de combustíveis nessas localidades.

Com o propósito de alienar oito refinarias em diversas regiões do país, pertencentes à Petrobras, a gestão de Joaquim Silva e Luna visava manter as quatro refinarias localizadas no Estado de São Paulo, enquanto o estado do Rio de Janeiro ficaria apenas com a Refinaria Duque de Caxias (Reduc), cuja capacidade de refino, conforme os dados fornecidos pela própria Petrobras, é inferior a todas as quatro refinarias paulistas.

Segundo Pessanha (2015), o maior processamento das refinarias do Brasil acontece na Refinaria de Paulínia com 23,4 milhões de m<sup>3</sup>, equivalente a aproximadamente 20% de todo o refino atual do país. Essa situação poderia levar o Rio de Janeiro a ficar também subordinado ao Estado de São Paulo, apesar de ser o maior produtor de Petróleo e Gás do país. Nesse contexto, torna-se evidente que o desmantelamento de empresas e projetos públicos que já estava previamente planejado, como se pode observar pela paralisação das obras do

Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ) em 2016. As privatizações das refinarias da Petrobras acometeram profundamente o setor de Petróleo e Gás no Brasil, com efeitos sentidos especialmente nas regiões em diversas regiões do país.

### **1.3. Implantação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro e seu projeto original**

Durante a primeira década do século XXI, as nações centrais do capitalismo experimentaram uma intensificação da crise econômica. No entanto, o Brasil, em contraste com a política econômica anterior baseada no modelo neoliberal dos anos 90, que buscava obter mais-valia por meio de privatizações e exploração excessiva do trabalho, optou por um caminho diferente sob a liderança do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2003, aumentando os investimentos e os gastos sociais, especialmente por meio de bancos públicos (BB, BNDES e CEF), o que representou uma mudança significativa na estrutura histórica e política do país (OLIVERIRA, 2017).

O Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ) foi anunciado em 2006 como o maior projeto individual da história da Petrobras. Originalmente concebida como um polo petroquímico diversificado, sua unidade de processamento estaria apta para processar o petróleo da Bacia de Campos, desde os processos básicos de refino até as fases avançadas de produção de resinas plásticas. Sua planta produtiva teria 45 quilômetros quadrados em uma área no município de Itaboraí/RJ, entre a Baía de Guanabara e a região serrana do Rio de Janeiro. O projeto contou com diversas unidades fora do campus em cidades próximas, como o Centro de Consolidação em São Gonçalo/RJ, e foi integrado ao corredor rodoviário dos Arcos Metropolitanos que liga o COMPERJ ao porto de Itaguaí.

O projeto do COMPERJ passou por mudanças significativas ao longo do tempo, alterando não apenas suas previsões de início de operação, capacidade de refino e estimativa de custos, mas também o próprio caráter do negócio. Conforme consta no relatório da administração da Petrobras divulgado ao público em 2007 (o primeiro relatório mencionando a modalidade COMPERJ) e no EIA/RIMA original, o projeto foi inicialmente descrito como um grande complexo petroquímico. A Petrobras, utilizaria petróleo bruto da Bacia de Campos, desde o processo de refino mais básico até a produção de resina plástica (PETROBRAS).

O COMPERJ é, portanto, concebido como uma unidade produtiva, na verdade um complexo produtivo, indo muito além das atividades exclusivas de refino. Em um só lugar, as operações de refino seriam combinadas com a produção petroquímica de forma pioneira no país, também se destacou a complexidade produtiva do COMPERJ, capaz de atender de forma

diversificada demandas parciais de matérias-primas petroquímicas, resinas plásticas e outros produtos petroquímicos em diferentes áreas de consumo (PETROBRAS, 2011).

Seu anúncio se apresentou em torno de uma narrativa de desenvolvimento em que a Petrobras, juntamente com o governo federal, pretendeu ser protagonista no incentivo à industrialização do país e aos projetos soberanos pautados no avanço da autossuficiência do refino. Ao lado de narrativas e projetos específicos por país, a Petrobras desenvolveu uma estratégia de desenvolvimento mais adequada ao segundo governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva. Mesmo mantendo o cerne da política macroeconômica ortodoxa, o segundo mandato de Lula começou já em janeiro de 2007 com planos de aumentar os investimentos em projetos de infraestrutura, incluindo o COMPERJ. Também durante seu o segundo mandato, o governo federal trabalhou para fortalecer algumas ideias capazes de se destacar em meio à acirrada competição internacional (SOUSA, 2012).

No caso da Petrobras, durante a gestão de José Sérgio Gabrielli à frente da empresa, com a publicação da nova agenda econômica, a estatal anunciou a retomada dos investimentos na construção de novas refinarias. Pelo plano original da Petrobras, seriam construídas quatro novas refinarias: COMPERJ (Rio de Janeiro), Refinaria Abreu e Lima, Premium I (Maranhão) e Premium II (Ceará). Dessa forma, a Petrobras empreendeu uma agressiva política de investimentos nesse período, ao mesmo tempo em que representou de certa forma o resgate da industrialização nacional e do discurso nacional que o ideal de desenvolvimento nacional lhe reservava. Soberania em face da gestão e tratamento nacional do petróleo (PETROBRAS).

Além de inserir estratégias em seu próprio modelo de desenvolvimento nacional, o COMPERJ também implicou arranjos locais complexos, e uma combinação de interesses regionais depositou grandes esperanças no projeto, formando a base de um amplo consenso, apesar de severas críticas. A partir do consenso alcançado pelo COMPERJ, o conceito de corporação foi uma oportunidade de conquista e resgate generalizado de sua região: territórios econômicos, sociais e ambientais supostamente esquecidos.

O COMPERJ, em seu conceito original de liderança, foi uma grande atração de investimentos capaz de aumentar a renda, o emprego e as oportunidades de negócios em sua região, que foi a base para a maior parte da aceitação dos projetos. Esse conceito de vanguarda foi sustentado e suas expectativas traduzidas em números por meio de um estudo técnico elaborado não só a pedido da Petrobras, mas também a pedido da Firjan e do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Esperava-se que a proximidade com o COMPERJ criasse uma vantagem comparativa no fornecimento de matérias-primas para a indústria, especialmente

para a indústria petroquímica e de plásticos, para estimular a instalação industrial na área e ao longo do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro, através do qual se conectou da região de Itaboraí até o porto de Itaguaí.

A base consensual do COMPERJ, construído sobre o arranjo de interesses e expectativas, acabou sendo testada à medida que os acontecimentos políticos e econômicos no país avançavam e as mudanças subsequentes do projeto impulsionadas pela Petrobras desmantelavam o projeto original, seguidos por novos arranjos sociais complexos.

No EIA/RIMA do licenciamento preliminar do projeto, o COMPERJ foi inicialmente listado como o maior projeto individual da história da Petrobras, e o Polo Petroquímico do Rio de Janeiro foi resultado de um investimento estimado em R\$ 15 bilhões. O COMPERJ, que tinha como objetivo principal refinar 150 mil barris de óleo pesado por dia na bacia de Campos (Marlim), teve como previsão entrar em operação em 2012 e economizaria para o país mais de R\$ 4 bilhões em divisas por ano, como resultado da redução das importações de fontes de matérias-primas petroquímicas e consequência da redução das exportações de petróleo pesado (CONCREMAT, 2007).

A gestão de Gabrielli foi responsável pelo surgimento do projeto COMPERJ e de outras refinarias da Petrobras, que não teve mudanças oficiais no projeto durante o penúltimo mandato de Lula da Silva como presidente da república. Ao longo do segundo mandato do presidente Lula da Silva (PT), verificou-se nos documentos públicos anuais da empresa que as características e o período de lançamento do projeto COMPERJ não mudaram. O seu projeto vai até o último quadriênio de mandato de Lula da Silva, o mesmo previsto inicialmente. Pode-se observar que este foi um período inicial de considerável estabilidade para o projeto, com os seus alicerces mantidos, e a grande incerteza dos anos seguintes não obscureceu o projeto.

As primeiras grandes mudanças no projeto COMPERJ apareceram em documentos oficiais da Petrobras apenas em 2011, durante o primeiro mandato de Dilma Rousseff (PT), que foi sucessora de Lula e, durante sua presidência, atuou como ministro-civil decano do PAC. Conforme descrito no Relatório de Sustentabilidade 2010 e no Relatório Anual de Atividades 2010 elaborados em 2011, o projeto do COMPERJ passou por grandes revisões no primeiro ano de Dilma Rousseff à frente da União. A localização do COMPERJ era marcada por estar sendo construído em Itaboraí (RJ) e estava previsto para duas fases: a Fase 1, programada para ser concluída até o final de 2013 com uma capacidade de processamento de petróleo de 165.000 barris por dia, e a Fase 2, que aumentaria a produção para 330.000 barris de petróleo em 2018 (PETROBRAS).

As mudanças que se seguiram à divisão do projeto em duas fases foram acompanhadas por um atraso no início das operações do complexo e uma divisão, movendo a previsão de início das operações para 2013 para a Fase 1 e 2018 para a Fase 2, quando sua capacidade de refino seria o dobro. Desde que as primeiras grandes mudanças no projeto foram feitas nos documentos da Petrobras em 2011, a incerteza sobre a continuidade do projeto e o início das operações começaram a surgir nos relatórios anuais subsequentes da Petrobras. Embora seja difícil precisar e estabelecer critérios objetivos para isso, segundo fontes da época, jornais e revistas especializadas na indústria de Petróleo e Gás, o período que se iniciava após o segundo mandato de Lula parecia ter aumentado significativamente as incertezas com o projeto, e a desaceleração do andamento da construção. Especialmente desde 2012, a mídia começou a relatar repetidamente atrasos nas obras e aparentes descompassos entre os projetos.

Seguindo a tendência de atrasos de projetos, no relatório anual elaborado pela Petrobras em 2012, o início da primeira fase do COMPERJ foi adiado para 2014, mas o início da segunda fase permaneceu inalterado em 2018. Refira-se que no relatório anual de atividades de 2011 elaborado em 2012, foi mencionado num pequeno artigo obviamente errado, que a previsão anterior para o comissionamento da primeira fase do complexo era 2013 (PETROBRAS, 2010)

Em documento da Petrobras elaborado em 2013, manteve-se a tendência de adiar o início das operações do COMPERJ, passando as duas fases do COMPERJ a serem denominadas “trens da refinaria”. Assim, no Relatório de Sustentabilidade (2012) e no Relatório de Atividades (2012), a previsão de operação do primeiro trem da refinaria do COMPERJ foi transferida para 2015. Com relação à segunda fase do projeto, ou segundo trem da refinaria, a empresa não divulgou mais a data de início das operações em seu Relatório de Sustentabilidade (2012), pois a Fase II do COMPERJ estaria em "avaliação". Nesse sentido, além de dividir o projeto em dois “trens de refinaria” e atrasar reiteradamente a data de início, a segunda fase do projeto foi sendo questionada desde 2013.

Conforme mencionado acima, a partir do primeiro ano do governo Dilma Rousseff, ou seja, em 2011, o projeto do COMPERJ começou a entrar em uma nova fase, que foi dividida em fases que ampliariam muito a capacidade de refino. Com a nova configuração do projeto, com 2 linhas de refinaria, o COMPERJ foi se tornando uma grande refinaria e não mais um polo petroquímico do petróleo destinado a produção dos insumos para a indústria de plástico, como inicialmente previsto. As unidades produziram três tipos de plástico: polietileno, polipropileno e PET159. A julgar pela nova configuração do projeto COMPERJ, o foco

estaria principalmente no refino, não havendo previsão clara de operação da fase Sinopec do consórcio (PETROBRAS, 2010).

Nesse sentido, o COMPERJ começou de fato como uma grande refinaria, como pode ser observado no seguinte trecho do relatório de atividades da Petrobras de 2010:

A refinaria do COMPERJ estava sendo construída em Itaboraí (RJ), planejada em duas fases: A primeira fase estaria programada a ser concluída até o final de 2013, com capacidade de processamento de óleo de 165.000 barris por dia, e a segunda fase é em 2018, aumentando a capacidade para 330.000 barris por dia. A refinaria produziria diesel, GLP, QAV, nafta, óleo combustível, coque e enxofre para abastecer o mercado interno e fornecer matéria-prima para as unidades petroquímicas (PETROBRÁS, 2010).

A mudança no projeto, que aumentou a importância do refino em seu conceito, foi resultado de uma reavaliação do mercado nacional de derivados de petróleo na época, já que o consumo cresceu mais do que o esperado. Ressalta-se que desde o início do projeto, ainda durante o movimento “A Refinaria é Nossa!”, se discutia a escassez de derivados de petróleo no país. Essa tese nunca foi abandonada ao longo da história do COMPERJ, e seu ressurgimento justifica fortemente a nova concepção do projeto.

Além das importantes mudanças no caráter do projeto, os primeiros anos do primeiro mandato de Dilma Rousseff e os últimos anos da gestão de Sergio Gabrielli também foram marcados pelo reconhecimento do COMPERJ, como atrasos nas obras foram marcas registradas. Também visto no relatório da Petrobras, que começou a ganhar espaço nas reportagens da época, o tema se intensificou nos anos seguintes, quando notícias das grandes expectativas de desenvolvimento econômico e investimento do antigo COMPERJ, diante da crise política instalada no país, as incertezas sobre a continuidade do projeto o governo começa a perder cada vez mais espaço.

Curiosamente, algumas das declarações iniciais de representantes das Petrobras sobre o atraso nas obras atribuíram os fatos a: a) dificuldade de atrair empresas parceiras para o projeto; b) problemas meteorológicos com chuvas na região; c) movimento grevista do COMPERJ. Estes são argumentos apresentados em uma entrevista concedida a Paulo Roberto Costa (então Diretor de Suprimentos da Petrobrás) ao jornal Valor Econômico publicada em 14 de março de 2012 (SANTOS, 2012). Em 13 de fevereiro de 2012, Maria das Graças Silva Foster sucedeu Gabrielli como presidente da Petrobras na sede da empresa no Rio de Janeiro, e falou com autoridades, funcionários da empresa e mídia (SANTOS, 2012).

A gestão de Sergio Gabrielli entregou a Graça Foster um projeto do COMPERJ recentemente alterado e cada vez mais questionado. A gestão da estatal por Graça Foster após o anúncio da mudança/"reavaliação" do projeto COMPERJ em 2011 foi marcada por

crescentes dúvidas sobre a continuidade do COMPERJ e outros novos projetos de refinaria. Continuidade, regularidade e rigor no trabalho do COMPERJ e demais refinarias previstas foi uma das principais diretrizes da gestão da Graça Foster, além de enfrentar o desenvolvimento de uma fase substancial da operação lava-jato. Atrasos e continuidade das obras foram tema de reuniões permanentes com representantes municipais e estaduais do projeto (SOUSA, 2012).

Nesse sentido, a Petrobras falou da nova refinaria em artigo publicado em julho de 2012, ao relatar que Foster se reuniu com o governador Sergio Cabral para tratar da política de demandas de investimentos do COMPERJ. Todas as refinarias em avaliação ou em construção são igualmente importantes para a Petrobras, disse ela. Estavam todas no plano de negócios para 2012-2016. É preciso importar combustível, a melhor saída é construir uma nova refinaria. Em seguida, trabalhamos para adequá-los aos indicadores internacionais de preço, prazos e tecnologia padronizada (SOUSA, 2012).

Em contraste com a política de grandes projetos e investimentos intensos que caracterizaram a gestão de José Gabrielli à frente da empresa durante a maior parte do tempo, a gestão de Graça Foster foi responsável por implementar uma forte política de "desinvestimentos". Para enfrentar os problemas de caixa da empresa, sua gestão fez do plano de desinvestimentos (Prodesin), um pacote de medidas para controlar despesas, reduzir investimentos e vender ativos da empresa, um dos principais eixos.

Não é objeto de intenso debate na mídia e nos fóruns parlamentares. Independentemente das importantes discussões sobre as causas dos problemas de caixa da Petrobras, começa destacando que, durante a gestão de Graça Foster, a falta de recursos agravou claramente o desequilíbrio nas obras do COMPERJ e a desaceleração dos projetos. Se os atrasos nas obras e as incertezas sobre o caráter petroquímico do projeto estivessem bem definidos quando Graça Foster assumiu a presidência da Petrobras em 2012, o cenário de ceticismo só teria aumentado nos anos seguintes, tendo seu ápice durante a Lava Jato em 2014 (AGÊNCIA PETROBRAS).

Em 2014, quando teve início a fase "superficial" da Lava-Jato, com a prisão do ex-diretor de abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa em 20 de março de 2014, as incertezas sobre o projeto do COMPERJ aumentaram significativamente. Nesse sentido, o Relatório de Sustentabilidade 2013 elaborado pela Petrobras em 2014 não traz maiores detalhes sobre a atuação do COMPERJ. O documento destaca o projeto como um dos principais investimentos de abastecimento da empresa, menciona sua compensação por reflorestamento e indicadores de monitoramento em 11 municípios do entorno. Neste mesmo

relatório, a previsão de entrada em operação da primeira fase do COMPERJ foi transferida para 2016, permanecendo incerta a operação da segunda fase do projeto, que havia sido reportada em anos anteriores (AGÊNCIA PETROBRAS.)

Durante a gestão de Graça Foster, a Petrobras iniciou um período de difícil convivência com o processo o Lava-Jato, que levou à prisão de altos funcionários da empresa e até a uma investigação sobre a conduta da presidente Graça Foster e de seu antecessor, José Gabrielli. Com a crise provocada pelos desdobramentos da fase substantiva da operação Lava-jato, a incerteza permanente do projeto do COMPERJ, suas mudanças em quantidade e qualidade, seguidas de atrasos no andamento das obras e uma forte política de desinvestimentos, passou para outras camadas, questionando inclusive a continuidade do projeto (SOUSA, 2012).

Em grande medida, o início da fase substantiva da Lava-jato no primeiro trimestre de 2014, com todos os seus enormes efeitos, é decisivo para o cenário de carência do COMPERJ, que se confirma no início de 2014-2015 e em Prorrogação do governo de Michel Temer, iniciado em 12 de maio de 2016. A fase de larga escala das operações da Lava-jato influenciou diretamente a política da Petrobras de construção de novas refinarias iniciada durante o segundo mandato de Lula da Silva.

Em resposta aos problemas e reclamações colocados pelo negócio da Lava-jato, a administração da Graça Foster tomou as medidas mais importantes: 1) publicar as perdas contábeis antes de um debate vigoroso e claro no conselho de administração da empresa; 2) demitir funcionários que estavam de alguma forma implicados nas alegações; 3) desabilitar a empresa de participar do credenciamento de empreiteiros para novas licitações e controle e limite de pagamentos de crédito no contrato que assinou com a empresa (SOUSA, 2012).

Estas medidas tiveram um papel decisivo nos rumos do projeto COMPERJ, marcando um novo momento do projeto cheio de incertezas e questionamentos, afetando não só o andamento da obra ou a natureza do projeto, mas também a sua própria existência. Dos atrasos nas obras, recorreu às interrupções, prioritariamente, para manter e proteger os serviços das estruturas construídas.

No processo, vários empregos no COMPERJ foram fechados no final de 2014, resultando em demissões em massa. Embora as obras do COMPERJ já não tivessem o ímpeto de outrora, os acontecimentos que se seguiram à tensa fase da Operação Lava-Jato foram decisivos para a interrupção das obras, e do próprio projeto, brevemente. Diante das enormes expectativas geradas no início da obra, o projeto COMPERJ começou a encontrar constantes

dúvidas no final de 2014 e início de 2015, e os aspectos negativos dominaram as principais notícias da época.

Os momentos sombrios que o projeto COMPERJ viveu na virada dos anos de 2014 e 2015 também podem ser vislumbrados no relatório anual de gestão da Petrobras. O Relatório de Sustentabilidade (2014), elaborado em 2015 sob a liderança do presidente da Petrobras, Aldemir Bendine, quase não menciona o COMPERJ e, quando menciona o empreendimento, o faz para relatar medidas compensatórias ou o monitoramento de seus impactos por meio de Relatório de Sustentabilidade do ano anterior.

Por sua vez, o Relatório de Gestão de (2014), também elaborado em 2015, identificou o aprofundamento da crise do projeto do COMPERJ, trazendo consigo uma afirmação radical de que foi adiado por tempo indeterminado. Essa situação levou a administração a revisar os planos e tomar medidas para preservar o caixa e reduzir os volumes de investimento. Por meio desse processo, optaram pelo adiamento dos seguintes projetos: o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ) e o segundo trem da refinaria Abreu e Lima (Rnest). Essas situações incluem: queda do preço do petróleo; desvalorização do real, exigindo caixa no curto prazo para cumprir obrigações em moeda estrangeira; falência de empreiteiras e fornecedores e escassez de fornecedores qualificados disponíveis no mercado (devido à Operação Lava -Inquérito Jato e outros motivos) (PETROBRAS, 2015).

Assim, em 2015, o projeto do COMPERJ viveu um momento de maior incerteza, anunciando uma pausa por tempo indeterminado. No entanto, a interrupção desse trabalho tornou-se objeto de críticas constantes por parte dos grandes operadores dos grandes e abrangentes conceitos que inicialmente dominaram o desenvolvimento regional. O descompasso entre a Petrobras, o governo federal e outras entidades que se integraram e funcionaram formou o conceito dominante do COMPERJ.

A partir de maio de 2016, Aldemir Bendine havia dado lugar a Pedro Parente como presidente da Petrobras, nomeado pelo presidente Michel Temer (PMDB) após o impeachment de Dilma Rousseff. Diferentemente do adiamento indefinido do projeto do COMPERJ que constava em relatórios elaborados em 2016, em 2017, como vimos no Relatório de Sustentabilidade (2016) e no Relatório da Administração (2016), a Petrobras optou por indicar que a continuidade do projeto COMPERJ fosse a primeira unidade petroquímica que dependeria de encontrar um parceiro para fazer os investimentos necessários, enquanto os projetos da segunda refinaria e da unidade de óleos lubrificantes seriam praticamente cancelados.

Conforme mencionado acima, o projeto do COMPERJ passou por constantes mudanças e incertezas ao longo dos anos, o que acabou levando a sérias dúvidas sobre a continuidade, especialmente no momento após o desenrolar da fase substantiva da operação Lava Jato. Mesmo diante de intensa exposição e crítica ao projeto do COMPERJ, as expectativas que o trabalho gera e as bases do consenso que ele constrói permanecem firmes na agenda dos trabalhadores, dos governos estaduais e municipais e das entidades representativas do empresariado do Rio de Janeiro no projeto. Esses temas começaram a pressionar a Petrobras e o governo federal a oferecer alternativas para garantir a continuidade do projeto.

O estado atual do COMPERJ é de acúmulo de expectativas e transformações incompletas da região do COMPERJ, através da UPGN declarando por tempo indeterminado a continuidade dos trabalhos, no grande complexo petroquímico anteriormente pensado e declarado capaz de girar a economia da região, o bem-estar social e ambiental.

#### **1.4. Breve contexto histórico sobre o desenvolvimento econômico de Itaboraí**

A formação territorial que hoje demarca o município de Itaboraí já fez parte de três importantes vilas no período colonial: Santo Antônio de Sá, São João de Itaboraí e Vila Nova de São João Del Rei, localizada no Leste do Recôncavo da Guanabara. Segundo Costa (2013), o povoamento da Vila de Santo Antônio de Sá está associado à fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, região estrategicamente criada por volta do século XVI, devido às pressões e aos conflitos territoriais existentes entre a coroa portuguesa e os franceses. Após a aliança do grupo inimigo com povos nativos (tamoios), Portugal distribuiu as sesmarias da capitania do Rio de Janeiro. O desdobramento dessa distribuição, por sua vez, é apontado no seguinte trecho de Costa *apud* Regina Celestino (2013): “Essa conjuntura de política de distribuição de terras, contribuiu para a formação de aldeamentos indígenas que facilitavam a catequização pelos jesuítas e a exploração escrava pelos senhores de engenho”.

A intensificação da produção do café no Leste metropolitano, ainda segundo Costa (2013), contribuiu diretamente para a elevação da região de São João Baptista de Itaboraí, que passou do status de Freguesia para Vila. A produção cafeeira estava diretamente ligada à expansão econômica e populacional da região e, como resultado, a freguesia de São João Baptista de Itaboraí superou a de Santo Antônio de Sá, levando o mesmo destino da já extinta Vila Nova de São João Del Rei, originária das freguesias de São Barnabé e Nossa Senhora do Desterro de Itamby, atual Itambi.

Durante um longo período, terras como Tanguá e Rio Bonito, que antes pertenciam ao município de Itaboraí, tiveram suas condições econômicas submetidas a uma variedade de culturas, como por exemplo as grandes produções de açúcar, laranja e café, já citadas anteriormente. Em relação à produção da laranja, Itaboraí obteve bastante resultado sendo até mesmo considerado como o maior produtor do Estado; já no caso do café, durante o século XIX, o município chegou a integrar o comércio internacional, porém tampouco tornou-se a monocultura principal da região. A fabricação desses produtos teve um papel fundamental na configuração socioespacial do local (COSTA, 2013).

Com base nos dados de Ferreira (1992), a Freguesia, em 1788, contava com 2.320 habitantes livres e 240 escravos e, em um pouco mais de três décadas, precisamente em 1821, o número de habitantes quase duplicou e o número de escravos foi para 3.826. Coroado como uma das localidades mais prósperas da região fluminense, o município de Itaboraí possuía sete engenhos e ainda contava com doze portos fluviais que funcionavam no escoamento da produção. As características hidrográficas foram fatores determinantes para a época e a prosperidade de Itaboraí deu-se graças ao Rio Macacu, o mais extenso rio a desaguar na Baía de Guanabara, que atuou ativamente no transporte de produtos comerciais e pessoais.

Na segunda metade do século XIX, no entanto, ocorreu a substituição do transporte fluvial pelo transporte ferroviário. Essa mudança visava minimizar os prejuízos nos gastos da produção e da comercialização do café, e sob esse contexto surgiu a primeira estrada de ferro do município. A Estrada de Ferro Cantagalo, tinha saída de Porto das Caixas e era localizada às margens do Rio Macacu, tendo como seu foco principal o transporte rápido de mercadorias até a capital. A seguinte passagem ilustra a situação geral e comprova o cenário anteriormente descrito:

Da parte Oriental da Baía de Guanabara, Itaboraí se constituiu na região do Recôncavo de maior orientação açucareira no século XIX. Entre os estímulos que possivelmente contribuíram para a manutenção da cultura da cana e até mesmo sobre o melhoramento técnico do fabrico do açúcar e da aguardente, temos o fato de que Itaboraí era localizado próximo à capital do Império e a da Província, importantes centros consumidores. Além disso, com a implementação das ferrovias, Itaboraí passou a se conectar com mais velocidade às Vilas vizinhas, mas especializadas na produção de café. (COSTA, 2013, p.143)

Em novembro de 1863, fizeram uma extensão da linha ferroviária por mais 14 quilômetros, chegando até a Vila Nova; em 16 de novembro de 1866, o transporte para passageiros foi permitido. Do ponto de vista do mercado, a transição do transporte fluvial para o transporte ferroviário foi um salto positivo, pois o ferroviário escoava as mercadorias com mais rapidez e menos desperdícios (COSTA, 2013).

Uma outra atividade econômica em Itaboraí que perdura até os dias de hoje é a indústria de base artesanal, as chamadas Olarias. Que segundo Costa (2013), o crescimento das olarias na região se deu graças à edificação das fazendas e das vilas na região, que foi estimulada pelo crescimento urbano de Niterói e do Rio de Janeiro.

A trajetória da cidade é marcante no período colonial deixou registrado na paisagem citadina uma arquitetura que remete ao século XVII. Um exemplo disso são as ruínas do Convento de São Boaventura, uma construção neoclássica tombada pelo IPHAN em 1980. Já na área central da cidade, a Praça Marechal Floriano Peixoto, o teatro João Caetano, a Casa de Cultura Heloísa Helena e a própria Câmara dos Vereadores são construções que datam do século XIX. A paisagem mesclada entre antiga e contemporânea é visível até os dias de hoje.

Itaboraí também passou por uma explosão em relação ao processo de transformação social e urbana que ocorreu em meados do século XIX com a introdução do transporte ferroviário. A estrada de ferro, que substituiu o transporte fluvial, contribuiu para a integração de Itaboraí com outras vilas e cidades, promovendo mudanças significativas na produção e na distribuição de mercadorias. Essa explosão levou à reconfiguração da cidade, com a criação de novas áreas urbanas e o desenvolvimento de novas atividades econômicas (COSTA, 2013).

Durante o meado e o final do século XX, ocorreram mudanças drásticas nas atividades econômicas locais, o que causou um impacto no setor comercial. De acordo com Ferreira (1992), a aproximação de Itaboraí com outras cidades centrais, como São Gonçalo e Niterói, atrofiou as melhorias da vida comercial da cidade e essa centralização das atividades econômicas nos grandes centros comerciais tornou-o um município com um largo movimento pendular.

Entretanto, durante o início do século XXI, mais precisamente na primeira década, com a mudança da política econômica dos governos que criaram Grandes Projetos de Investimentos (Giz) fizeram uma interligação com várias regiões do estado, tornando possível a desconcentração das atividades econômicas da cidade do Rio de Janeiro para o Leste Metropolitano. Essa mudança afetou, principalmente, a região onde está localizada a cidade de Itaboraí e os municípios limítrofes. O COMPERJ – Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro foi o responsável pela produção de novos espaços e pelos outros tipos de uso do território, criando assim um crescimento econômico especulativo na cidade, além de um intenso crescimento demográfico.

A valorização do uso do território e a subsequente especulação imobiliária evidenciaram como o município estava sujeito às exigências do novo empreendimento, como o crescimento vertical. Nesse sentido, Souza (2013) ilustra como a paisagem desempenha um

papel central na compreensão das mudanças espaciais e sociais nas cidades, ou seja, como o espaço é construído socialmente. Ele explora a complexidade e a diversidade de camadas que constituem uma paisagem urbana, fruto das interações entre diversos grupos sociais, poderes econômicos e interesses políticos que modelam o cenário urbano.

Ao levar em consideração as dimensões temporais e históricas, a cidade é moldada por processos de transformação ao longo do tempo, nos quais se incluem ciclos econômicos, políticas urbanas e fluxos migratórios, considerando as intrincadas interações entre sociedade, poder, tempo e espaço. A implantação do COMPERJ desencadeou uma série de mudanças. A geração de empregos e o aumento da demanda por serviços impulsionaram o crescimento de projetos imobiliários, representando diretamente as forças do capitalismo e do desenvolvimento, à medida que a região é reconfigurada para satisfazer as necessidades do complexo industrial.

### **1.5. O processo de Implosão-explosão de Lefebvre e os efeitos em Itaboraí**

O conceito de Implosão-Explosão de Lefebvre é claramente observado na história de Itaboraí, uma localidade que passou por mudanças profundas em sua configuração socioespacial. A trajetória de Itaboraí ilustra a conexão intrínseca entre implosão e explosão em um contexto de desenvolvimento socioeconômico e urbano, ressaltando como esses processos estão interligados e como as transformações socioespaciais podem ser estimuladas por fatores externos, como a introdução de novas técnicas.

Conforme expresso por Lefebvre (2006), “como pensar a cidade (sua explosão-implosão generalizada, o Urbano moderno) sem conceber claramente o espaço que ela ocupa, do qual ela se apropria (ou desapropria)?” (LEFEBVRE, 2006, p. 6). O autor enfatiza a impossibilidade de compreender plenamente a cidade e o urbano modernos sem considerá-los como produtos de um determinado modo de produção, no qual o espaço é transformado em resposta às demandas e pressões econômicas.

De acordo com Lefebvre (2002), a dualidade de implosão-explosão desencadeia uma série de desdobramentos. O crescimento da produção industrial se entrelaça com o aumento das transações comerciais, gerando uma multiplicidade de fenômenos. Essa expansão abrange uma amplitude que vai desde as trocas iniciais até o mercado global, desde interações simples entre indivíduos até a circulação de produtos.

Itaboraí passou por uma fase de implosão, caracterizada como um processo de acumulação capitalista que utiliza recursos naturais e humanos, levando ao crescimento

urbano e à urbanização da área. O aumento da população, a expansão econômica e a diversificação da produção foram alguns dos traços notáveis desse período de implosão.

Através do prisma de Lefebvre, é viável analisar Itaboraí em seu contexto histórico e sua evolução como município. Nesse cenário, o processo de urbanização ocorre em paralelo com a expansão do setor industrial, decorrente da implementação do COMPERJ. Isso evidencia como a instauração do empreendimento alterou a configuração territorial, intensificando o processo de urbanização e destacando a dinâmica subjacente de implosão-explosão.

Conforme afirmado por Lefebvre (2002), "estranho e admirável movimento que renova o pensamento dialético: a não-cidade e a anticidade vão conquistar a cidade, penetrá-la, fazê-la explodir, e com isso estendê-la desmesuradamente, levando à urbanização da sociedade" (LEFEBVRE, 2002, p. 25). Nesse contexto, a realidade urbana, simultaneamente ampliada e fragmentada, perde as características da era pré-industrial. Lefebvre (2001) percebe a cidade como uma categoria histórica que desempenha um papel central na realização e distribuição da mais-valia social.

De acordo com a perspectiva de Lefebvre, a implosão da metrópole contemporânea é impulsionada pela centralização como centro de comando do capitalismo global (SASSEN, 1991). Nos períodos fordista-keynesiano e pós-fordista de acumulação flexível, os espaços centrais viram uma ocupação intermitente por parte dos serviços, do setor financeiro e de atividades tecnológicas e de inovação (SOJA, 2000). Lefebvre (2001) destaca a relevância dos "serviços" para as cidades e aglomerações urbanas.

Na esfera da explosão, Lefebvre (1999) oferece uma explicação histórica espacial, descrevendo como ativos e atores que antes se concentravam nas áreas centrais urbanas são redistribuídos. Ele estabelece as transições entre a cidade política, comercial e industrial. A cidade industrial é invadida pela lógica da produção industrial, culminando eventualmente em uma explosão urbana e na urbanização generalizada (MONTE-MÓR, 2014).

Essa explosão resulta em uma estrutura urbana debilitada, onde a urbanização se estende para o campo, mas de maneira degradada. A cidade, em vez de absorver o campo, entra em um processo de deterioração, explodindo em franjas e causando a desintegração das aldeias (LEFEBVRE, 2001).

Desse modo, o termo implosão-explosão, proposto por Lefebvre (2001), desempenha um papel fundamental na interpretação da pós-metrópole. Ele ressalta o que é novo e diferente nessas cidades, não representando uma ruptura total, mas sim um afastamento significativo das práticas tradicionais.

A construção do COMPERJ influencia Itaboraí para além de ser apenas um empreendimento. Sua instalação impacta diretamente na dinâmica territorial, política, simbólica e econômica do município. A necessidade de infraestrutura para sustentar o crescimento do COMPERJ resultou na criação de novos empreendimentos em diversos setores, trazendo funcionalidades e um novo circuito econômico e comercial para a região. O COMPERJ é um exemplo de como o território se reconfigura para acomodar agentes transformadores e como isso afeta a estrutura urbana (LEFEBVRE, 2001).

Essa infraestrutura, construída a partir de um movimento especulativo oriundo da implementação do COMPERJ, alimentou o mercado imobiliário resultando em um crescimento acelerado e desproporcional do uso e preço do solo do município de Itaboraí. Entretanto, vale considerar que a escolha do município de Itaboraí se deu por motivos estratégicos em termos de mobilidade, localização, recursos e perspectiva ambiental.

Considerando esses fatores, o processo de implosão da cidade de Itaboraí conta com a manutenção de seu território desde sua ocupação até a organização recente. Foi através da mobilização para a implantação do COMPERJ que o processo de urbanização e organização espacial se expandiu para além dos limites municipais. O Leste Fluminense se torna então uma região voltada para a especulação em diversos setores, acompanhando o fluxo de novos investimentos e capital voltados para uma urbanização influenciada pela promoção de infraestrutura para receber o novo empreendimento.

Desta forma, pode-se observar o contexto histórico da cidade de Itaboraí após a implementação do COMPERJ, que teve grande impacto na região. A cidade passou por um processo de expansão e fragmentação, perdendo suas características orgânicas e seu sentido de pertencimento, o que pode ser entendido como uma implosão. No entanto, o processo de explosão pode ser relacionado ao processo de urbanização generalizada e à expansão do tecido urbano, um processo que também pode ser observado em outras cidades.

## **CAPÍTULO 2 – Valor de Uso e Valor de Troca do solo**

O segundo capítulo abordará as notáveis transformações que tiveram lugar em Itaboraí, catalisadas pela construção do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ). Transformações que englobam uma série de facetas, desde mudanças demográficas e até as reconfigurações da especulação imobiliária. O processo de urbanização que ocorreu de maneira desordenada, acarretando desafios significativos de infraestrutura. A interrupção abrupta do projeto ocasionou um severo declínio econômico na região, desencadeando uma onda de desemprego em massa e agravando consideravelmente a já preexistente crise habitacional. Explorará também o papel intrínseco desempenhado pelo Arco Metropolitano no contexto do desenvolvimento do COMPERJ. Além disso, o capítulo salienta a urgente necessidade de implementação de políticas habitacionais eficazes, que contemplem a regularização das ocupações informais e promovam melhorias substanciais na infraestrutura. Essas medidas se configuram como meios essenciais para reduzir a segregação presente.

### **2.1. Mudanças econômicas no Leste Fluminense**

O uso e o controle do território histórica e estrategicamente são componentes essenciais do processo de reprodução ampliada do capital. A complexidade das etapas no processo produtivo torna-se mais dispersa no espaço, criando divisões territoriais do trabalho. Nesse contexto, a fim de analisar a importante interiorização da economia e os novos padrões espaciais das atividades econômicas que a implantação do megaprojeto do COMPERJ trouxe para o Leste Metropolitano, observou-se a reestruturação espacial criada pela cadeia produtiva do petróleo.

Começando pelas análises das estruturas pretéritas do setor industrial do Estado do Rio de Janeiro, é possível notar, segundo Oliveira (2003), a alta concentração de indústrias nos três principais eixos viários, eixos esses que ligam estados como São Paulo e Minas Gerais. Através do trecho da BR 116 sul, ligando a cidade do Rio de Janeiro a São Paulo pela rodovia Presidente Dutra, a BR 101 sul, rodovia Rio-Santos e a BR 040, rodovia que liga o Rio a Juiz de Fora. Enquanto isso, a maioria dos municípios que compõe o Leste Fluminense foram marcados até o início do século XXI, por uma fraca densidade industrial, e o predomínio de uma estrutura econômica baseada no setor agrícola e de serviços, com um enorme movimento pendular.

A substituição da rede ferroviária ao interesse do setor automobilístico, em meados do século XX, ocasionou no maior investimento em rodovias, no qual pode-se destacar o encurtamento de distâncias entre cidades chaves, como por exemplo, a construção da ponte

Rio-Niterói, reduzindo o trajeto do recôncavo da Baía de Guanabara em quase 100 km. Sendo assim, os municípios mais próximos da metrópole tiveram uma pequena expansão no setor industrial, indo até o município de São Gonçalo (OLIVEIRA, 2003).

De acordo com Candido (2023), no Leste Metropolitano, as transformações têm sua origem no plano nacional estratégico visando melhorias no crescimento econômico, com a implementação do COMPERJ após algumas décadas de declínio econômico. O COMPERJ foi um projeto concebido para otimizar a produção de petróleo extraído em território brasileiro, com a finalidade de fornecer insumos químicos para a indústria petroquímica do país.

Essas recentes mudanças nas estruturas econômicas, impulsionadas por investimentos significativos ligados ao ciclo produtivo da indústria petrolífera, como no caso do COMPERJ, originaram transformações espaciais resultantes da introdução de grandes projetos que serviram como motores de investimento e concentração das atividades produtivas. Tais mudanças deram início a um processo de criação de uma nova organização espacial. Diferentemente dos projetos políticos anteriores, o plano de desenvolvimento econômico tinha como metas fortalecer a integração política, econômica e social do estado do Rio de Janeiro, desenvolver novas estratégias de integração regional e reavivar a economia (CANDIDO, 2023).

O uso do território é um aspecto fundamental para o desenvolvimento econômico de uma região. No caso do Leste Fluminense, a construção do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ) teve como objetivo principal utilizar a área para a produção de derivados de petróleo e gás natural. Antes da construção do COMPERJ, a região já era utilizada para atividades econômicas, como produção agrícola. Ou seja, a construção do complexo petroquímico representou uma mudança significativa no uso do território.

Com a paralisação das obras do COMPERJ, houve uma interrupção significativa nas atividades econômicas da região, afetando principalmente empresas que haviam se instalado na região para fornecer produtos e serviços para a obra, também afetou o setor imobiliário da região, que havia experimentado uma grande valorização durante o período de construção da obra.

## **2.2. O uso do território e o conceito de circuito espacial de produção com a implementação do COMPERJ no município de Itaboraí**

Milton Santos (1996, 2005) afirma que o objeto de análise do território é, principalmente, o seu uso, a forma de apropriação do solo e o trabalho histórico-social nele

empregado. Neste caso, é necessário a interpretação das técnicas e a sua relação com o território, pois segundo o autor as técnicas vão além de operações mecânicas, “as técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria o espaço” (SANTOS,1996, p.16).

A fim de entender o recorte do estudo, é imprescindível a análise da relação entre técnica e território e como a revolução técnico-científica fazem parte da transformação do espaço, mas sem deixar de lado práticas antigas. Os processos históricos das técnicas interferem diretamente no uso do território, sobretudo, quando falamos das relações econômicas e acumulação de capital.

Conforme afirmado por Sartre (2002) *apud* Cataia e Silva (2013), os países colonizados ingressaram na história como resposta à carência de outras nações, ou seja, a divisão territorial do trabalho nacional funcionalizou-se com a divisão internacional do trabalho. As cidades latino-americanas surgiram para atender às necessidades dos centros metropolitanos, adotando, assim, um papel periférico no sistema (SANTOS, 1982). Por consequência, a origem dessas cidades está enraizada na administração do sistema colonial e em atividades comerciais e portuárias.

O contexto histórico e econômico ilustra a transformação técnica no município de Itaboraí. Inicialmente focado nas atividades agrícolas, como o cultivo de cana-de-açúcar, café e laranja, mais tarde, a economia local voltou-se para o setor ceramista e comercial. Recentemente, com a construção do megaprojeto denominado Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ, as relações de produção no município de Itaboraí sofreram mudanças significativas, resultando em uma transformação especialmente no uso do solo.

Como lembra Santos, a relação entre a técnica e o espaço foi também objeto do interesse de geógrafos como Pierre George. Sua preocupação é exposta em,

A Técnica: Construções ou Destruições (Pierre George, 1974, p.13), onde lembra que a influência da técnica sobre o espaço se exerce de duas maneiras e em duas escalas diferentes: a ocupação do solo pelas infraestruturas das técnicas modernas (fábricas, minas, carrières, espaços reservados à circulação) e, de outro lado, as transformações generalizadas impostas pelo uso da máquina e pela execução dos novos métodos de produção e de existência (SANTOS, 1996, p.19).

Assim como afirma Marx em O Capital, “a burguesia não pode existir sem revolucionar continuamente os meios de produção”; a evolução histórica e os avanços técnicos que conduzem os meios de produção são consonantes no espaço geográfico e na construção do território, modificando principalmente, os componentes do sistema de produção, com o objetivo de crescimento econômico.

As marcas das técnicas do presente e do passado são características de um processo de desenvolvimento desigual e combinado, no qual criaram-se hierarquias entre os lugares. Portanto, o sistema espacial e os objetos são para Santos (1996) concebidos intencionalmente a partir da lógica mercantil do sistema hegemônico.

Para Milton Santos (1996, p. 84), a divisão social do trabalho está sistematicamente associada à distribuição de recursos e à diferenciação espacial. A diversificação da natureza e seu papel nas fases do processo produtivo regente atribui novas funções aos lugares, resultando numa divisão territorial do trabalho, no qual gera essas hierarquias e cria ainda subespaços e novas divisões territoriais que envolvem a distribuição do trabalho vivo, do trabalho morto e dos recursos naturais no espaço.

Desta forma, a construção de uma análise a partir do uso do território e do conceito de circuito espacial da produção, ressalta-se o papel ativo do espaço, especialmente, no modo de produção capitalista, cujo as condições materiais aprofundaram a divisão social e geográfica. Como explicita Santos (1996), os espaços são gerados a partir do interesse de acumulação para o aumento da mais-valia, originando, desta forma, diferenciações no espaço produtivo que comprovam a desuniformidade da distribuição do capital, fator que intensifica a divisão do trabalho.

Os circuitos espaciais de produção estão ligados às atuais relações sociais de produção, na qual correspondem, segundo Santos e Silveira (2006) a uma segmentação territorial das etapas dos trabalhos como a produção, a circulação, a distribuição e o consumo. Desta forma, é possível observar como as atividades econômicas, principalmente as do setor petrolífero, estão articuladas no espaço geográfico e como elas ampliam a divisão espacial do trabalho através da lógica territorial do capital. Como mostram Santos e Silveira (2006), “ao longo do tempo, cada lugar é alvo de sucessivas divisões do trabalho. Mas esse mesmo lugar, visto num corte temporal, isto é, num momento dado, acolhe simultaneamente várias divisões do trabalho” (SANTOS E SILVEIRA, 2006, p. 144).

A reconfiguração da política econômica e as circunstâncias materiais que moldaram o novo cenário brasileiro nas duas primeiras décadas do século XXI, com destaque especial para a descoberta do Pré-sal, introduziram uma série de mudanças significativas no país. No caso específico do COMPERJ, é possível observar uma conexão entre as condições gerais de produção e o circuito espacial de produção. A infraestrutura necessária para a construção e operação do complexo, incluindo rodovias, portos e ferrovias, desempenhou um papel crucial na determinação da localização do COMPERJ. A infraestrutura é um elemento essencial no

circuito espacial de produção, visto que viabiliza o transporte eficiente de matérias-primas e produtos.

Logo, observa-se que a produção não acontece em um vácuo social e geográfico, mas é influenciada pelas condições materiais presentes em uma determinada região. Sendo assim, a análise do circuito espacial de produção permite entender de forma dialética como as condições moldam a produção e, ao mesmo tempo, como a produção molda as condições.

É a partir desses moldes que os circuitos econômicos de Itaboraí são substituídos diante das novas configurações do COMPERJ. O que antes era um circuito construído a partir das relações de interdependência entre a população e o território agora são reconstruídos a partir das novas necessidades criadas pela implementação do novo empreendimento.

Isto posto, a nova divisão territorial e do trabalho agora se configura de acordo com as novas demandas territoriais, ou seja, o que outrora dependia da construção social e das relações inseridas no território agora conta com a produção espacial a partir do viés desenvolvimentista. Com isso, os circuitos se sobrepõem de modo que as novas relações econômicas se configuram a partir da necessidade do capital inserido e das novas divisões socioespaciais e políticas.

Portanto, o circuito espacial de produção também guarda relação com a questão da acumulação de capital. A busca pelo lucro leva as empresas a explorarem regiões que ofereçam condições propícias para a produção em larga escala e a exploração de mão de obra e recursos naturais. Isso implica que as regiões que disponibilizam boas condições gerais de produção tendem a atrair maiores investimentos e a prosperar economicamente. Como ressaltaram Cataia e Silva (2013), o circuito superior abrange as grandes empresas, os bancos, as grandes corporações e o próprio Estado. Enquanto isso, o circuito inferior é composto pelas formas adotadas pela maioria da população de baixa renda, que tendem ao crescimento, para gerar renda por meio de atividades simples de organização, dependentes de mão de obra intensiva e de pouco (ou nenhum) capital. Esses dois circuitos constituem o subsistema urbano, estabelecendo relações de dependência, complementaridade ou mesmo competição com o circuito superior. Ambos fazem parte de um único sistema econômico urbano, eliminando qualquer dualismo.

Essa sobreposição dos circuitos espaciais atua como uma nova malha para a produção espacial do município de Itaboraí, a especulação causada por um novo investimento em conjunto com o acúmulo de capital resultou na reconfiguração do espaço produtivo e de seus recursos disponíveis. Com isso, o município de Itaboraí, que já foi escolhido de acordo com

sua disponibilidade de recursos, agora cria necessidades produtivas e altera a relação com a população, com o meio ambiente e com o trabalho.

O setor econômico, por sua vez, se altera de modo que as relações comerciais desenvolvidas de forma orgânica junto com o crescimento e desenvolvimento espacial promovido pela população residente, agora está situada em um circuito inferior, de modo que as novas relações econômicas viram prioridade para o desenvolvimento do território. Com isso, a criação de novos empreendimentos e o aumento do mercado imobiliário e de construção civil, assumem as demandas que resultam na reorganização do território com fins de prover ao empreendimento do COMPERJ o necessário para sua reprodução e manutenção, a partir de um comércio não mais voltado para as necessidades da população e sim para as demandas de mercado.

### **2.3. Os Grandes Projetos de Investimentos e a análise espacial do estado do Rio de Janeiro**

A análise espacial se concentra no retorno do Estado do Rio de Janeiro e do leste metropolitano ao papel de protagonista no período pós-2003, caracterizado, segundo Oliveira (2017), pelo aumento do papel do Estado em investimentos e gastos sociais, com a participação de estatais e bancos públicos, o que marcou uma fase contraditória em relação ao que ocorreu na década de 1990. Durante este período, o país registrou um crescimento econômico nacional positivo e superior ao período de 1980 a 2002, com uma taxa média anual de cerca de 5% entre 2004 e 2008. No entanto, em 2009, o país enfrentou uma diminuição apenas de 0,1% em decorrência da crise econômica.

Os bancos públicos, como o Banco do Brasil, BNDES e Caixa Econômica Federal, desempenharam um papel fundamental na provisão de crédito e financiamento para o desenvolvimento econômico e industrialização do país. Além disso, a Petrobras também teve uma contribuição importante na retomada do crescimento econômico, por meio do aumento da produção e de programas de investimentos, sobretudo após a descoberta do Pré-sal, e por meio da articulação de seus investimentos com outros setores. Ademais, foram destacados programas de infraestrutura econômica e urbana retomados pelo Governo Federal, como o Programa de Aceleração do Crescimento, que teve forte impacto na dinâmica regional e urbana do país (OLIVEIRA, 2017).

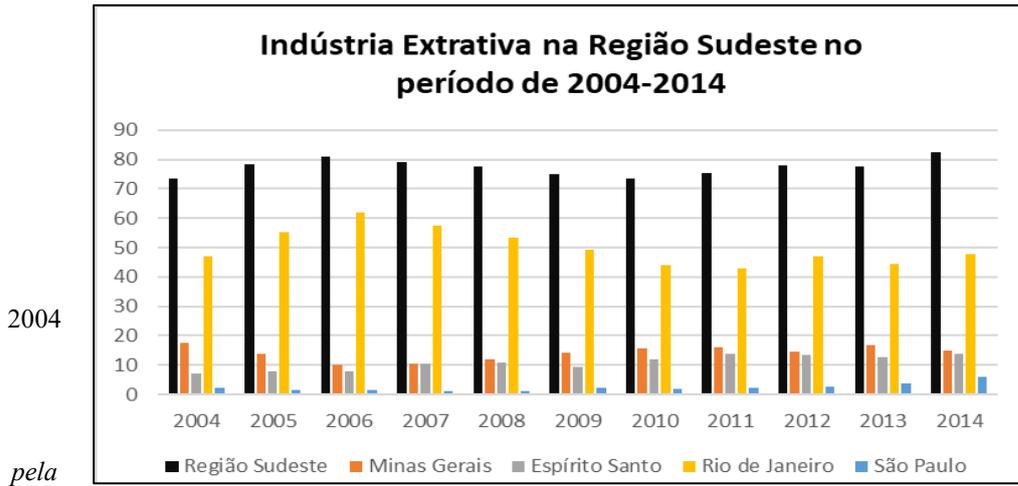
Mesmo em regiões mais densamente produtivas, como o Sudeste, pode-se observar uma clara tendência para a especialização na extração de recursos naturais em algumas Unidades Federativas, como exemplificado no caso do Rio de Janeiro. Em termos da

dinâmica regional em diferentes escalas, projetos de investimento, especialmente aqueles relacionados à extração de petróleo e à infraestrutura para a exportação de commodities (como corredores logísticos que envolvem rodovias, ferrovias e portos), apontam para uma retomada da tendência histórica de concentração de atividades econômicas no litoral brasileiro.

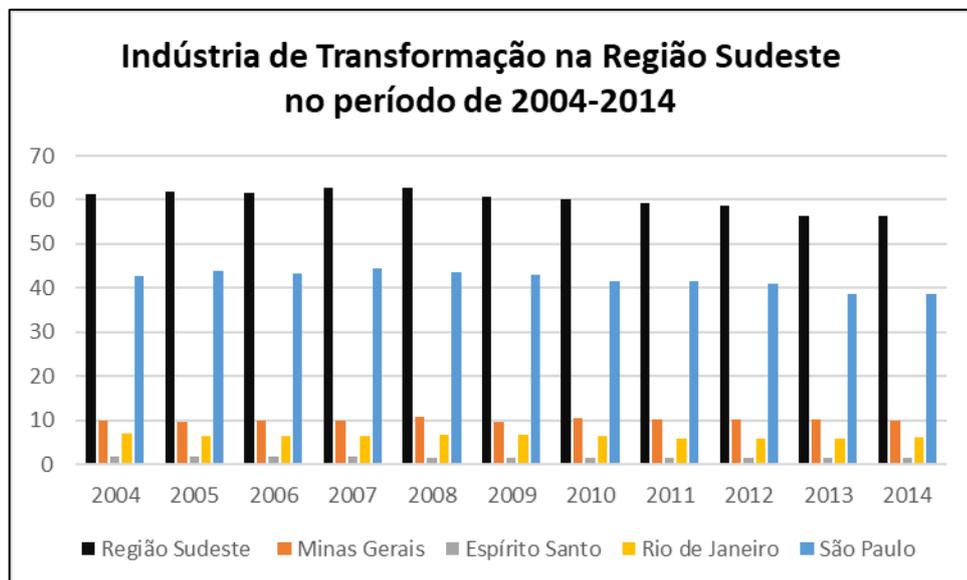
Oliveira (2017) destaca que o Rio de Janeiro é marcado por desigualdades regionais e uma forte dependência de setores econômicos específicos, como o petróleo e a construção civil. Com a crise, esses setores foram fortemente impactados, gerando uma queda na atividade econômica e no emprego. As contradições do desenvolvimento nacional no ERJ são verificadas através dos desdobramentos espaciais e do trabalho determinados pela intensificação das atividades extrativistas, com aumento da produção e perspectivas de expansão das atividades de extração de petróleo e gás. A economia estadual também foi impulsionada por grandes projetos de investimentos, tais como corredores logísticos e setores intensivos em recursos naturais. É importante destacar, nesse quadro, as tendências de internacionalização da economia fluminense, que se manifestaram com o aumento das exportações de petróleo e a atração de grandes transnacionais. Esse movimento inseriu o ERJ na disputa e pressões dos interesses geopolíticos e geoeconômicos atuais. Além disso, os projetos logísticos e portuários visavam à transformação do território fluminense em plataforma logística de exportação de commodities.

Ainda de acordo com Oliveira (2017), no âmbito da região Sudeste, que é o “núcleo central” de comando da acumulação no país, há uma dinâmica econômica, espacial e de trabalho que se destaca no Estado do Rio de Janeiro (ERJ). Estudos recentes sobre o ERJ buscam relativizar a visão predominante baseada em um diagnóstico histórico de perdas dessa unidade federativa em relação a São Paulo durante o período nacional-desenvolvimentista. Embora os investimentos tenham ocorrido de forma seletiva na escala intraestadual, foram muito importantes em termos da configuração produtiva, urbana, regional e do mercado de trabalho fluminense.

Dessa forma, o projeto do COMPERJ exemplifica a importância do crescimento da indústria de transformação como uma medida para corrigir os desafios estruturais enfrentados pelo Rio de Janeiro, em particular a dependência excessiva da indústria extrativa mineral. A plena operação e desenvolvimento do COMPERJ teriam representado uma oportunidade para impulsionar a economia fluminense por meio da diversificação industrial e do aumento da capacidade de processamento de petróleo e produção de derivados petroquímicos no estado.



**Gráfico 2:** Indústria extrativa na Região Sudeste no período de – 2014.  
**Fonte:** (Conleste/ Macroplan).  
*Gráfico criado autora.*



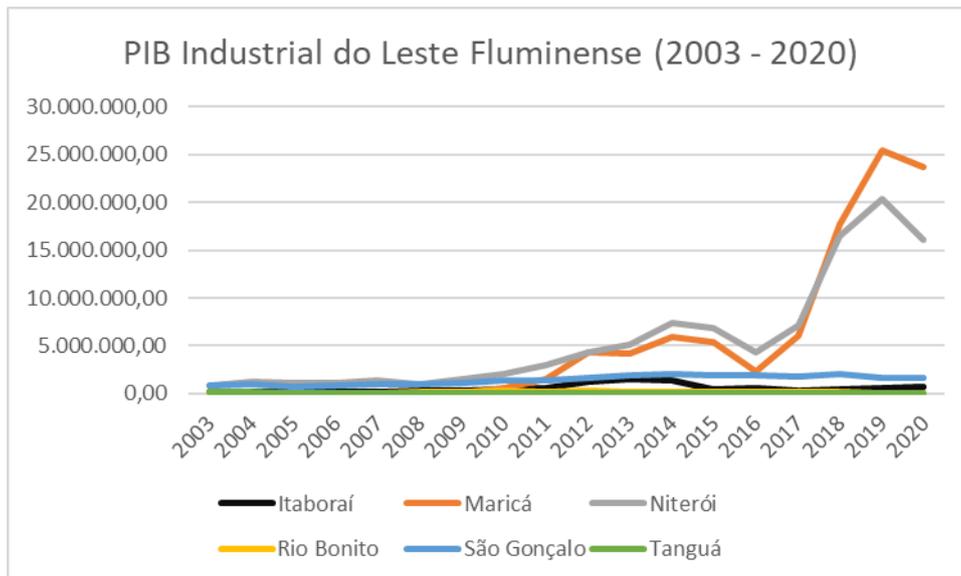
**Gráfico 3:** Indústria de Transformação na Região Sudeste no período de 2004 – 2014.  
**Fonte:** Conleste/ Macroplan (2023). *Gráfico Criado pela autora.*

Os gráficos ilustram a importância do crescimento da indústria de transformação como uma medida para corrigir o problema estrutural da pequena base de arrecadação fluminense. Nesse sentido, o COMPERJ foi projetado como um empreendimento que poderia contribuir significativamente para a expansão da indústria de transformação no Rio de Janeiro, gerando empregos, renda e impostos, e atraindo empresas fornecedoras e prestadoras de serviços para a região.

Em relação à Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), que abriga a maior parte da população e da economia fluminense, constata-se que a dinâmica industrial não possui a mesma força, como apresenta o gráfico acima. Embora haja atividades da indústria naval em Niterói, a refinaria e o polo gás-químico em Duque de Caxias e a indústria

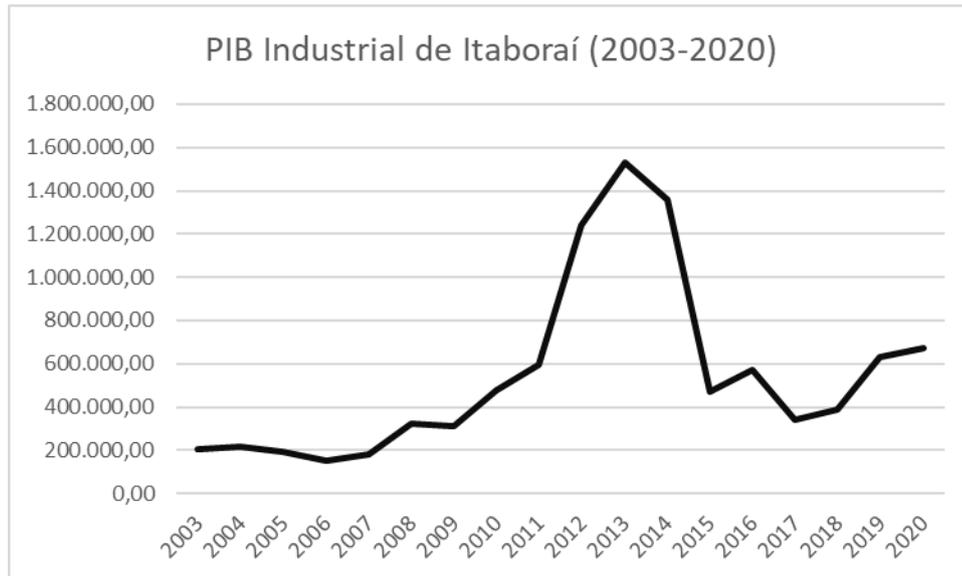
siderúrgica em Santa Cruz e Itaguaí, a indústria de transformação nunca assumiu papel central na estruturação do espaço urbano e regional da RMRJ, o que é uma característica histórica. O encerramento do projeto original do COMPERJ em Itaboraí, mais uma vez, apontou para a negligência com esse setor.

Estudos sobre a realidade fluminense destacam mudanças e permanências em relação ao padrão histórico de desenvolvimento, indicando uma certa diversificação setorial e reorganização territorial. Além das transformações determinadas pela expansão das atividades de extração de petróleo e gás concentradas na região Norte Fluminense, algumas tendências novas foram observadas no interior da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), como o Arco Metropolitano, Polo Gás-Químico, Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ) e Porto de Sepetiba.



**Gráfico 4:** PIB Industrial do Leste fluminense (2003 – 2020).

**Fonte:** IBGE (2023). *Gráfico criado pela autora.*



**Gráfico 5:** PIB Industrial de Itaboraí (2003 – 2020).  
**Fonte:** IBGE (2023). *Gráfico criado pela autora.*

No gráfico 4 observa-se o crescimento do PIB na região do Leste Fluminense durante os anos de 2003 a 2020 com o início das obras do complexo petroquímico, enquanto no gráfico 5 vemos especificamente o crescimento no município de Itaboraí. O que em décadas anteriores o Produto Interno Bruto era quase irrisório para o estado do Rio de Janeiro, com o projeto do Comperj acompanhamos o processo oposto. E ainda no gráfico 5 testemunhamos um declínio em 2015 devido à crise política instaurada no país.

De acordo com Oliveira (2017), a execução dos grandes projetos de investimentos no Estado do Rio de Janeiro (ERJ), como o COMPERJ, Porto de Sepetiba e Porto do Açu, bem como a construção de edifícios residenciais, ocorre por meio de diversas alianças comerciais, que incluem complexas cadeias de subcontratação. Essa dinâmica frequentemente resulta em tendências de fragmentação ocupacional tanto no mercado de trabalho quanto espacialmente, criando uma separação entre os locais de trabalho e moradia. Os investimentos em projetos de infraestrutura portuária e logística marcaram a economia fluminense, conforme destacado por Candido (2023). A construção de novas bases logísticas para acomodar esses Grandes Projetos de Investimento (GPIs) levou à formação de novas centralidades nas áreas periféricas metropolitanas do Rio de Janeiro e no norte fluminense. Isso ocorre porque as redes necessárias para esses projetos intensificam os fluxos, gerando impactos significativos no desenvolvimento urbano, no uso da terra e na hierarquização dos lugares.

No contexto específico do município de Itaboraí, é possível identificar a aplicação do conceito de Oliveira (2017) na malha urbana que surgiu com o desenvolvimento do COMPERJ. A implementação de um novo empreendimento não apenas introduz capital e

promove a acumulação territorial, mas também estimula o crescimento do setor imobiliário como uma área de investimento. O mercado imobiliário de Itaboraí passou a atrair um segmento que abrange não apenas o aumento da população, mas também inclui setores relacionados à infraestrutura e serviços. Inicialmente, o empreendimento impulsionou um rápido crescimento na urbanização de Itaboraí, o qual ocorreu de maneira desigual, evidenciando os conflitos envolvendo os municípios da região Leste Fluminense que seriam diretamente impactados pela implantação do complexo. Assim, o projeto do COMPERJ foi concebido desde o início como uma iniciativa de desenvolvimento regional, com o propósito de influenciar setores econômicos, políticos e sociais cruciais para a população e o território.

Dessa forma, essa alocação de recursos e a busca por novas formas de explorar o território de Itaboraí configuram a intensificação do processo de urbanização desencadeado por um novo investimento. No entanto, em contrapartida, com a suspensão da construção do COMPERJ e a dispersão dos investimentos, é perceptível a disseminação dos novos empreendimentos imobiliários e da infraestrutura planejada em torno do projeto. A paralisação do COMPERJ evidenciou a dependência do Estado do Rio de Janeiro em relação ao setor industrial no Leste Fluminense, resultando em mais um processo de reorganização espacial, agora moldado pelas relações de lacunas que permaneceram no território.

#### **2.4. O mercado imobiliário e a influência no município de Itaboraí**

A região de Itaboraí, a partir do processo de construção do COMPERJ, sofreu alterações significativas em seu território, não somente aquelas que eram causadas diretamente pelo novo empreendimento, mas também aquelas que são consequências da instalação do complexo da COMPERJ.

Com o início da construção o principal processo de alteração do município foi a relação com o solo e o território, no qual Itaboraí passou por fenômenos demográficos e imobiliários com alta especulação sobre seu futuro. O aumento da especulação imobiliária, a chegada de grandes empreendimentos de prestação de serviços e a grande chegada de um novo contingente populacional são exemplos dos aspectos que produzem a reconfiguração do território e de suas novas funções.

Essa reconfiguração do território alterou não só o modelo de vida da população de Itaboraí, mas também da população que migrou para cidade em busca de novas oportunidades. Isso fez com que a relação dos indivíduos com o território se desenvolvesse de acordo com as novas demandas impostas pelo novo empreendimento.

O território então, passa assumir um papel importante na organização espacial da cidade. O crescimento imobiliário na cidade de Itaboraí após o COMPERJ foi de grande ascensão devido às propostas de crescimento da cidade apresentadas pela instalação da estrutura. Essa nova dinâmica fez

com que o mercado imobiliário saísse da concepção de uso do solo pela população local para assumir uma proposta mercadológica e atribuir valor de mercadoria.

Conforme Harvey (1980), um objeto só agrega valor de troca a partir do momento que seu valor como mercadoria sobrepõe o seu valor de uso, ou seja, passa a possuir uma troca em termos de consumo e capital. O solo na região de Itaboraí, em sua concepção de território, ultrapassou a dinâmica social de usufruto e produção própria para ser incorporado pelo mercado imobiliário e passa a assumir configurações de ocupação e essa ocupação conseqüentemente gera lucro.

Com isso o solo se tornou uma mercadoria baseada no trabalho que poderia ser ofertado para o mercado imobiliário, substituindo o trabalho realizado pela dinâmica da população local, através da especulação gerada pelo empreendimento da COMPERJ, alterando assim a estrutura espacial da cidade de Itaboraí para receber novos empreendimentos imobiliários.

Itaboraí migrou de um município majoritariamente rural para assumir uma área urbana pautada na necessidade intermediária do mercado de trabalho. Com o COMPERJ, a cidade entrou em ascensão de maneira rápida e diante de muita especulação, onde as demandas de infraestrutura da população local não acompanharam o desenvolvimento.

O empreendimento foi um dos grandes catalisadores de transformações para todos os municípios que seriam afetados de alguma forma. Em Itaboraí essas mudanças estavam muito articuladas ao mercado imobiliário a tratar a cidade como um lugar em ascensão. Houve uma grande expansão de <sup>4</sup>assentamentos precários<sup>4</sup> em áreas periféricas do município, em decorrência das desapropriações que estavam acontecendo com os moradores de baixa renda por empreendimentos imobiliários (PIMENTEL E CARDOSO, 2021, p. 09).

O processo de urbanização de Itaboraí ocorreu de forma acelerada devido a necessidade de criar estruturas e moldes espaciais para a implementação do COMPERJ. Com isso, o crescimento se fez de forma desigual, de modo a criar modelos de periferia e acabou por marginalizar parte da população local e de baixa renda que não conseguiu acompanhar a modernização do território.

O solo, por sua vez, se torna uma demanda de política pública, para além do desenvolvimento gerado pelo COMPERJ, existe uma falta de infraestrutura básica de gestão de recursos municipais voltados para a população. À medida que a população cresce, a necessidade de infraestrutura básica, como estradas, redes de água e esgoto, eletricidade e serviços de transporte público, aumenta. As autoridades municipais trabalham para fornecer essa infraestrutura para atender às necessidades da população. No caso do município de Itaboraí, esse processo de estruturação de planejamento do município vive em constante contradição com a produção do espaço especulado, uma vez que as demandas populacionais entram em segundo plano no planejamento urbano, dando mais importância as demandas comerciais.

Considerando esses fatores, o município de Itaboraí passou, com a iniciativa do COMPERJ, por processo de adensamento urbano intenso, com características de verticalização, com aglomeração no centro da cidade, ao longo do processo de construção do novo empreendimento a urbanização se tornou mais lenta e menos verticalizada, ocupando mais partes do território com um molde mais

---

<sup>4</sup> Segundo o IBGE são áreas urbanas inadequadas ocupadas por moradores de baixa renda, com condições de moradia precárias.

espaçado até ir, gradativamente, a diminuição de novas construções. Essa diminuição do processo de urbanização ocorreu em conjunto com o cancelamento da implementação do COMPERJ o que dissipou o fluxo de investimento e conseqüentemente de pessoas na região, isso fez com que o território sofresse com a desvalorização em todos os setores.

Harvey (1980) mostra como o solo é tratado como mercadoria na atual economia capitalista, diferencia-se, pela sua incapacidade de deslocamento apresentam uma localização fixa, conferindo um caráter monopolista àqueles que detêm os direitos sobre sua utilização em uma determinada área.

Conforme Lefebvre (2000, p. 6) destaca, o espaço "enquanto produto, por interação ou retroação, o espaço intervém na própria produção: organização do trabalho produtivo, transportes, fluxos de matérias-primas e de energias, redes de repartição de produtos." O processo de produção expôs uma dualidade na aquisição do espaço pelo capital: determinadas áreas foram amplamente incorporadas, enquanto outras permaneceram à margem dos interesses capitalistas, escapando das intervenções e das políticas públicas municipais. De maneira similar, a esfera do concebido se revela através dos investimentos públicos e privados direcionados ao COMPERJ. O impacto desse empreendimento no espaço é visível por meio dos projetos, da infraestrutura e dos desenvolvimentos imobiliários implementados na região.

A produção do espaço urbano na cidade de Itaboraí a partir do COMPERJ ilustra os efeitos da desigual reprodução capitalista, à medida que a cidade esteve subordinada aos interesses e necessidades do capital, muitas vezes em detrimento dos interesses sociais. Assim, o espaço, tratado como mercadoria, uma extensão inevitável da reprodução do capital diante desse empreendimento, evidenciou a fragmentação do espaço pelo mercado imobiliário. Gradualmente, novos pontos de acumulação foram sendo estabelecidos, surgindo no tecido urbano de maneira seletiva e desigual, expondo uma contradição entre produção social e apropriação privada (CARLOS, 2020, p. 355). Desta forma, observa-se nos estudos de Singer essa disputa

“A procura por espaço, na cidade, é formada por empresas, por indivíduos ou por entidades que atendem necessidades de consumo coletivo. A procura das empresas objetiva o uso do espaço para realizar ou atividades produtivas (secundárias ou terciárias) ou atividades de circulação comercial, financeira etc. Do ponto de vista das empresas, cada ponto do espaço urbano é único, no sentido de proporcionar determinado elenco de vantagens que influem sobre seus custos.” (SINGER, 1980, p.79)

O pensamento de Singer (1980) destaca a complexidade na determinação do preço da terra, apresentando uma análise profunda sobre como esse valor é estabelecido em meio às dinâmicas de poder e interesses na disputa pelo controle do espaço urbano. A abordagem do autor ressalta a importância da relação entre preço e valor, enfatizando que este último é moldado pelas diversas possibilidades de uso do solo.

Na situação específica de Itaboraí durante a chegada do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), observamos que o preço da terra na região foi fortemente influenciado pela competição entre agentes hegemônicos interessados no controle do espaço urbano. A demanda por áreas específicas, decorrente da instalação do Comperj, expressou a complexa relação entre preço e valor desses terrenos, especialmente considerando as múltiplas possibilidades de uso relacionadas ao empreendimento.

A valorização do solo urbano em Itaboraí, durante a chegada do Comperj, estava intrinsecamente ligada à forma como o capital definia sua expansão na região. Seja para empreendimentos industriais, comerciais ou residenciais relacionados ao complexo petroquímico, a dinâmica de valorização dessas áreas estava diretamente associada à influência do capital no direcionamento do desenvolvimento urbano.

## **2.5. O arco metropolitano**

O Arco Metropolitano desempenhou um papel significativo no desenvolvimento do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ), fornecendo uma via que conecta diversas regiões do estado do Rio de Janeiro. Especificamente para o território metropolitano fluminense, o Arco Metropolitano possui uma relevância econômica considerável, uma vez que estabelece conexões com várias rodovias que se estendem por diferentes partes do país. A extensão do Arco integra parte do circuito espacial da produção e da cadeia produtiva do petróleo e gás do Rio de Janeiro (OLIVEIRA; PESSANHA, 2019), conectando grandes empreendimentos como o Polo Gaslub Itaboraí (anteriormente COMPERJ), a REDUC, o Polo de Gás Químico de Duque de Caxias, o Complexo Industrial de Santa Cruz, PLANGÁS, além de influenciar no surgimento de atividades econômicas e novos arranjos produtivos locais (OLIVEIRA, 2020). Um fenômeno semelhante é observado com a BR 101 Norte, que está sendo adaptada para lidar com o aumento do fluxo entre as regiões do LMRJ e NF (CANDIDO, 2023).

O Arco Metropolitano fez parte do conjunto de empreendimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), qual propôs a integração regional em diversas escalas, abrangendo a dinamização dos mercados internacional e nacional, bem como a formação de eixos de desenvolvimento econômico nas áreas circunvizinhas ao Arco Metropolitano. Essas iniciativas estão alinhadas à política estatal "novodesenvolvimentista", implementada durante os governos de Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2014).



**Figura 5:**Arco Metropolitano.

**Fonte:** <http://www.obras.rj.gov.br/boletins/Boletim%20Maio.pdf>

O projeto do Arco Metropolitano remonta a 1974, quando foram delineadas as linhas de seu objetivo original: a construção de um anel rodoviário, envolvendo a redefinição da rodovia RJ-109. Entretanto, o projeto não foi concretizado na época e só foi retomado em 2007, sendo incorporado como uma das obras infraestruturais do PAC. Como mostra Tinoco (2019), o Arco Metropolitano representa um empreendimento complexo no âmbito das políticas nacional e estadual, indo além do mero escoamento da produção, configurando-se como uma ação que agrega um conjunto de iniciativas multiescalares.



**Figura 6:** Trecho de Manilha do Arco Metropolitano

Fonte: Acervo da própria autora

Este projeto é emblemático como uma das estratégias de integração nacional, elaboradas para superar os chamados gargalos infraestruturais que caracterizam o território brasileiro. Inserido no contexto do PAC, o Arco Metropolitano reflete a busca por uma intervenção direta do Estado na economia, por meio de uma série abrangente de obras infraestruturais e de urbanização em todo o território nacional.

“O PAC Transportes foi um programa voltado para o investimento na infraestrutura rodoviária, ferroviária e hidroviária brasileira. A modernização e expansão do sistema de transporte e logística objetivavam acabar com um dos principais “gargalos” infraestruturais da rede viária brasileira, que tem como centralidade o modelo rodoviário implementado no período do Plano de Metas. O objetivo de um projeto tão complexo como o PAC Transportes foi de promover uma redução do tempo e do custo de deslocamento e armazenamento dos produtos brasileiros.” (TINOCO, 2019, p. 8)

O projeto buscava aprimorar a eficiência e a eficácia do sistema de transporte do país, proporcionando benefícios diretos para a economia nacional. Ao investir em modernização e expansão, o programa almejava otimizar as operações logísticas, tornando o transporte mais rápido, acessível e eficiente para impulsionar o desenvolvimento econômico.

Em outras palavras, o PAC Transportes buscava aprimorar a eficiência e a eficácia do sistema de transporte do país, proporcionando benefícios diretos para a economia nacional. Ao investir em modernização e expansão, o programa almejava otimizar as operações

logísticas, tornando o transporte mais rápido, acessível e eficiente para impulsionar o desenvolvimento econômico.

Com a implantação do COMPERJ, houve uma série de mudanças estruturais e de infraestruturas para atender às demandas da indústria petroquímica e garantir o escoamento eficiente da produção. O Arco Metropolitano foi projetado como uma via de contorno para desviar o tráfego de carga pesada e facilitar o transporte de insumos e produtos químicos entre o complexo industrial e os principais polos econômicos do estado, como o Porto do Rio de Janeiro e a região metropolitana (OLIVEIRA, 2012).

Candido (2023) explora a relevância da elaboração de estruturas logísticas e estratégicas de circulação no contexto da construção de Grandes Projetos de Investimento (GPI), pois esses projetos desencadeiam um dinamismo que conduz a uma reorganização territorial. A criação de infraestruturas para facilitar a conectividade dos fluxos no território, incluindo redes de transporte e de comunicação, forma um sistema crucial conhecido como redes técnicas. Apesar de ter sido planejado inicialmente como uma rodovia pública, passou por um processo de privatização, que envolveu a concessão da operação e manutenção da via a uma empresa privada.



**Figura 7:** Trecho de Manilha do Arco Metropolitano  
Fonte: Acervo da própria autora

A imagem mostra a concessão da EcoRioMinas, concessionária responsável pelo Sistema Rio de Janeiro (RJ) - Governador Valadares (MG), iniciada a administração e

operação de mais 46,6 quilômetros da BR-116, estendendo-se do Trevo das Margaridas, no Rio de Janeiro, até Seropédica, na Baixada Fluminense. Esse trecho da Rodovia Presidente Dutra, anteriormente sob o controle da CCR Ríos, junta-se a outros segmentos da BR-116 (RJ e MG), BR-465 (RJ) e BR-493 (RJ), incorporados pela EcoRioMinas em setembro de 2022.

A FIRJAN, em sua análise, enfatiza que o Arco Metropolitano poderia gerar uma série de benefícios logísticos, atraindo muitos residentes e empresas para sua área de influência (FIRJAN, 2014). Essa perspectiva é baseada na identificação de "espaços vazios" nas proximidades do Arco, que se transformaram em áreas atrativas para diversas iniciativas e investimentos nos municípios sob sua influência territorial.

Com projeto de 145 km de extensão, seu objetivo está voltado para receber um tráfego intenso. Seu padrão de uso é voltado principalmente para o transporte de cargas e escoamento da produção industrial do COMPERJ e de outras empresas da região. Isso faz com que o fluxo fluminense no Arco Metropolitano seja caracterizado por uma grande movimentação de caminhões e veículos de carga (ARANHA, 2013).

A via tem um papel estratégico para o estado, pois permite uma ligação rápida e direta entre os principais polos industriais e portuários do Rio de Janeiro, contribuindo para a redução de congestionamentos nas vias urbanas e melhorando a logística de transporte de mercadorias. Além disso, também serve como uma alternativa para o tráfego de longa distância, desviando parte do fluxo de veículos de carga que passava pelo centro urbano da cidade do Rio de Janeiro (SILVA, 2018). Essa importância decorre da integração que o Arco proporciona à região metropolitana, complementando o acesso rodoviário ao Porto de Itaguaí e aproximando o município de Duque de Caxias, onde está localizada a Refinaria Duque de Caxias (REDUC), ao Leste Fluminense, onde está em construção o complexo petroquímico COMPERJ, no município de Itaboraí.

Com a implantação do COMPERJ e do Arco Metropolitano, houve uma significativa modificação do sistema viário de Itaboraí. A chegada desses empreendimentos industriais impulsionou a expansão urbana da região e exigiu adaptações nas vias locais para suportar o aumento do tráfego de veículos e cargas (TORRES; NASCIMENTO, 2013).

Foram realizadas obras de duplicação e readequação de estradas, melhorias nas vias de acesso ao COMPERJ e ao Arco Metropolitano, e investimentos em infraestrutura viária para garantir a fluidez do tráfego na região. A modificação do sistema viário de Itaboraí foi essencial para viabilizar o funcionamento adequado do complexo industrial e a integração com o Arco Metropolitano, facilitando o transporte de insumos e produtos (SILVA, 2018). A

construção de grandes infraestruturas viárias, como o Arco Metropolitano no estado do Rio de Janeiro, muitas vezes traz consigo impactos sociais e urbanos complexos.

Assim, como explicita Candido (2023), as transformações territoriais decorrentes desses projetos deram origem a novas configurações territoriais, gerando padrões renovados de fluxo e conexão que interligam pontos estratégicos de grande importância política e econômica. Desta maneira, a emergência de tais configurações territoriais ocorre intrinsecamente no contexto das dinâmicas de apropriação do espaço e está estreitamente vinculada aos recursos emanados da localidade (relações econômicas e culturais impregnadas de significado).

A necessidade de aprimorar o fluxo de cargas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) concentrava-se, em parte, no trevo de Manilha. O Arco Metropolitano, uma vez finalizado, estabeleceria como uma âncora logística fundamental para sustentar o circuito produtivo de petróleo e gás no estado. Além de integrar diversos projetos, o Arco Metropolitano estimulou a possibilidade de sua expansão. A sua conclusão tinha objetivo de ser uma rota preferencial para a movimentação de cargas, conectando diversos municípios periféricos da RMRJ que possuíam um contingente significativo de novos espaços industriais. Isso consolidaria sua utilização como um centro logístico-industrial, integrando diretamente eixos multimodais na região.

Também voltado para a melhoria do fluxo na região foi o evento "Desafogando o Rio", realizado em 2016 e apresentado pela Secretaria Estadual de Transporte Terrestre. Este evento representou uma iniciativa significativa para abordar os desafios logísticos na região, buscando soluções eficientes para descongestionar as vias e melhorar a mobilidade no sistema de transporte terrestre.

### **CAPÍTULO 3 – CONTRADIÇÕES TERRITOTIAIS A PARTIR DO FALECIMENTO E DISPUTA PELAS ELITES**

O terceiro capítulo aborda a dissolução do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ) e sua relação com a crise habitacional em Itaboraí, atribuída à perseguição política ao governo Lula pela operação Lava Jato, resultou na demissão em massa de trabalhadores, transformando radicalmente a cidade de Itaboraí. Esse episódio reflete a complexa interação entre o desenvolvimento industrial, representado pelo COMPERJ, e a desindustrialização posterior, demonstrando os impactos sociais do modelo econômico dependente. A crise habitacional é discutida em relação aos assentamentos precários, evidenciando a falta de moradias adequadas e a desigualdade no acesso à habitação. Em Itaboraí, a especulação imobiliária intensificou-se após o surgimento do COMPERJ, exacerbando a segregação socioespacial e contribuindo para o crescimento dos assentamentos informais. A interrupção dos projetos de moradia, como o Minha Casa, Minha Vida, agravou a situação, deixando milhares de pessoas sem acesso a moradias dignas.

#### **3.1. O Comperj e o crescimento demográfico no município de Itaboraí**

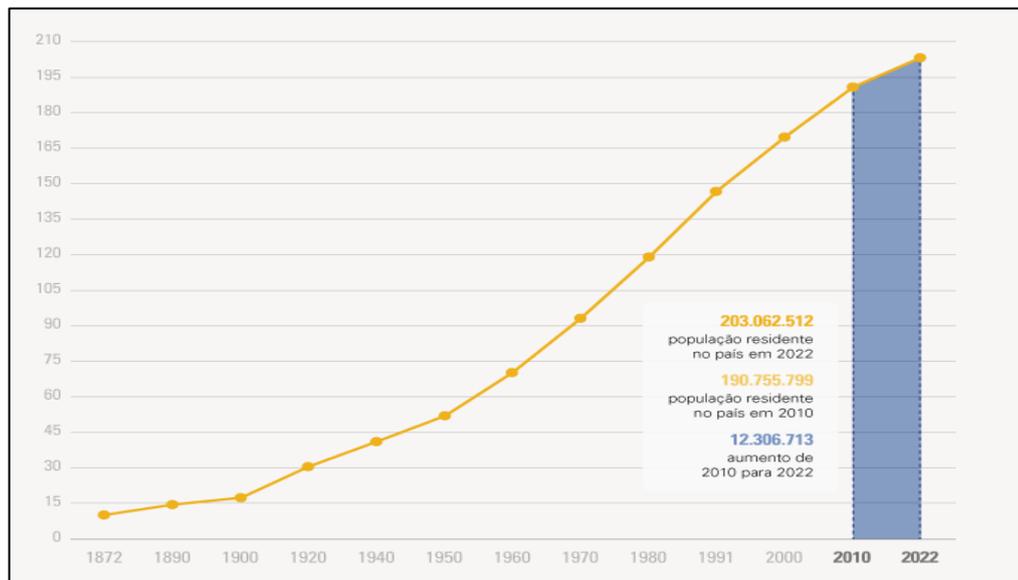
Marx destaca a constituição do ser humano como um ser social, enfatizando que a "história nada mais é do que a transformação permanente da natureza do homem". Essa premissa fundamenta a compreensão de Milton Santos (1996), que, partindo dessa citação, explora a dinâmica da história do espaço produtivo. Santos identifica uma relação dialética entre sociedade e natureza, onde a transformação histórica do desenvolvimento das forças produtivas resulta em uma interconexão complexa.

Anteriormente, a ligação do ser humano ao espaço era fundamental para a reprodução da vida, marcada por deslocamentos em diversos territórios influenciados por fatores naturais e físicos. Contudo, na contemporaneidade, observamos uma mudança de foco, onde a busca por novos espaços está intrinsecamente relacionada à reprodução do sistema capitalista. Nesse contexto, a história e a transformação das forças produtivas não apenas aprofundam a divisão do trabalho, mas também intensificam a divisão social geográfica, conforme destacado por Santos (1996).

Essa perspectiva ressalta a evolução dinâmica da relação entre sociedade, espaço e sistema econômico ao longo do tempo, evidenciando a complexidade das interações entre o homem e seu entorno.

Desta forma, como disse Santos (1988), o modo de produção, determina a produção e a distribuição de habitantes, sendo assim, acarretando fortes mudanças demográficas. “O fenômeno humano é dinâmico e uma das formas de revelação desse dinamismo está, exatamente, na transformação qualitativa e quantitativa do espaço habitado” (SANTOS, 1988, p. 14).

O avanço da industrialização acelerou a expansão demográfica de maneira desigual em diversos territórios, como, por exemplo, ocorreu durante o início do século XX no Brasil, quando milhares de nordestinos migraram para o Sudeste, sendo a urbanização o fator principal deste processo, como um grande impulsionador de empregos, e a promessa de melhor qualidade de vida, atraindo pessoas e investimentos privados. Levando em conta os últimos 150 anos de uma série histórica sobre o crescimento populacional no Brasil, foi observado um aumento populacional de mais de 20 vezes, representando em números um acréscimo de 193,1 milhões de habitantes. Em dados absolutos as décadas que apresentou o maior crescimento foram as de 70 e 80, nesse período houve um aumento de 27,8 milhões de pessoas. No entanto, no mesmo estudo é apresentado uma redução no aumento populacional desde a década 60 (IBGE, 2022). A figura 4 ilustra o crescimento população levando em conta uma série histórica dos últimos 150 anos.



**Figura 8:** População residente no Brasil (milhões) - série histórica.  
**Fonte:** IBGE (2022).

A região Sudeste permanece como a mais populosa do Brasil, alcançado, em 2022, cerca de 84,8 milhões de habitantes. Dados esses que apontam um predomínio de 41,8% da

população nacional. Em relação a região do Nordeste, a mesma possui aproximadamente 54,6 milhões de habitantes, isto é, 26,9% de toda a população do país. Entretanto, essas duas regiões também foram a que apresentaram o menor índice de crescimento, tendo como base o Censo de 2010: “enquanto a população do Nordeste registrou uma taxa de crescimento anual de 0,24%, a do Sudeste foi de 0,45%” (IBGE, 2022).

Ao longo das últimas cinco décadas, os municípios localizados na Área Diretamente Afetada do leste fluminense vivenciaram um notável crescimento populacional, especialmente durante as décadas de 1970 e 1980. Esse aumento foi inicialmente impulsionado por iniciativas de desenvolvimento promovidas pelo governo militar, como a construção da Ponte Rio-Niterói, a implementação da BR-101 e a pavimentação da rodovia Niterói-Manilha. Essas ações não apenas conectaram geograficamente as regiões, mas também incentivaram o fluxo de pessoas e recursos.

Na virada do século XXI, uma nova fase de transformações teve início nas áreas circunvizinhas de Itaboraí, impulsionada pela implementação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) pela Petrobras. Esse megaprojeto não apenas consolidou a região como um centro estratégico para a indústria petroquímica, mas também desencadeou uma série de mudanças substanciais no panorama socioeconômico local. A chegada de empresas e trabalhadores transformou gradualmente a paisagem, marcando uma transição notável na história da região.

A dinâmica econômica e a implementação de novas infraestruturas logísticas e de produção em Itaboraí, em consonância com os municípios limítrofes, culminaram em uma significativa reconfiguração espacial. Esse processo foi facilitado pela instalação de novas empresas e pela criação de postos de trabalho, direcionados de maneira direta pela atividade econômica. Para Pessanha (2015),

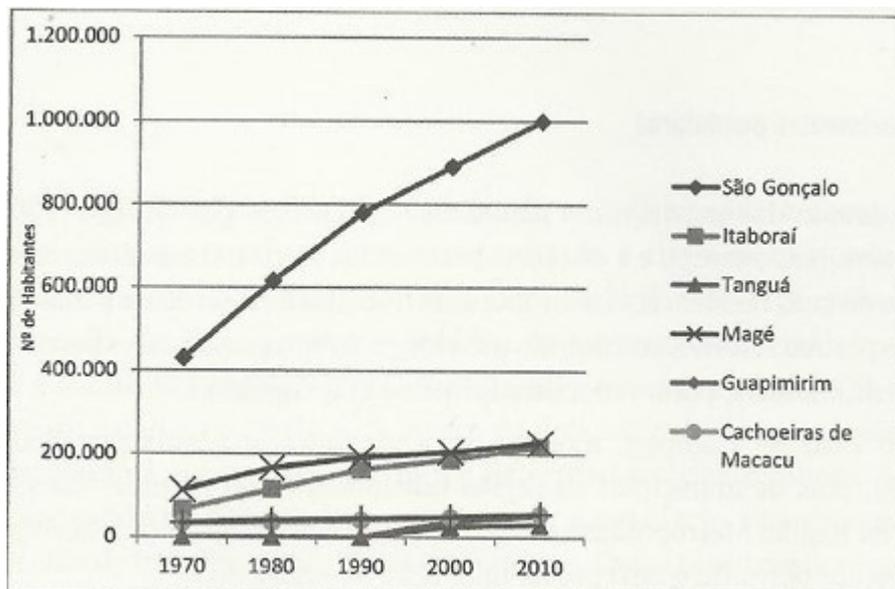
o petróleo não sendo sujeito, e sim objeto, serve de instrumento para que as pessoas se articulem nos lugares, alterando as práticas socioespaciais e a ocupação do território, na produção de novas territorialidades. Conhecer esse movimento do capital sobre o território é um exercício para se compreender a relação da política e do poder sobre os lugares. (PESSANHA, 2015. Pág. 2)

Pessanha (2015) destaca que a economia do petróleo é utilizada como um instrumento, influenciando a localização de indústrias, cidades ou infraestruturas relacionadas. A presença desta economia em determinados lugares tem um impacto significativo nas práticas sociais e espaciais, bem como na ocupação do território. Isso pode envolver mudanças na economia local, nas atividades industriais, na distribuição populacional, entre outros aspectos.

Contribuindo para a criação de novas territorialidade, incluindo a formação de áreas antes desocupadas.

Com base nos dados do Censo Demográfico do IBGE (2010) e estimativas populacionais subsequentes, observa-se que Itaboraí passou por mudanças significativas em sua demografia. Em 2010, a população era de 218.008 habitantes, experimentando um crescimento de 16,28% ao longo da última década. As estimativas mais recentes, referentes a 2021, indicam um aumento para 244.416 habitantes.

Esse crescimento representa cerca de 11,2% da população do Leste Metropolitano, 1,8% da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e 1,4% do estado como um todo. A densidade demográfica, calculada em 568,46 habitantes por quilômetro quadrado, evidencia a concentração populacional no município. Durante o período de 2010 a 2021, houve um incremento populacional de 12,11%, demonstrando dinamismo na demografia local.



**Figura 9:** Evolução populacional dos municípios da Área Diretamente Afetada e da Área de Influência Direta, 1970-2010

**Fonte:** Gráfico elaborado por Tarcila Queiroz, Jacob Binsztok, e Júlio Wasserman (2012, p.297), a partir de dados do IBGE/Sidra, 2012. \*Não há dados para o município de Rio Bonito.

Este crescimento está relacionado como aponta Candido (2018), a presença significativa de capital no Leste Metropolitano, qual está intrinsecamente ligada aos impactos na formação de espaços geográficos desiguais em termos de desenvolvimento. Nesse contexto, observa-se a transformação de territórios, cujo foram desconsiderados pelo capital por 20 anos, mas que passaram a ser atrativos como novas áreas de investimento.

O município aspirava dinamizar e fortalecer suas estruturas econômica e social, buscando superar as históricas condições de desigualdade e pobreza que permeavam seu território. Antecipava-se um efeito de polarização, com a concentração de empresas, a

diversificação de atividades e o desenvolvimento de infraestruturas, proporcionando novas oportunidades de emprego e renda e, por conseguinte, melhorando as condições de vida da população.

### **3.1. O impacto da interrupção das obras do Comperj para o município**

Sob uma perspectiva geopolítica, em meio às crises sucessivas, em 2021, o Jornal do Brasil lembrou uma matéria do Le Monde que apresenta pesquisas do Observatório Político da América Latina e do Caribe (Opalc) da Universidade Science Po de Paris. Intitulada "Le Monde mostrando como os EUA usaram a Lava Jato para seus próprios fins", a matéria sugere que eventos como este podem ser interpretados como estratégias do mesmo para minar a autonomia industrial brasileira. Destaca-se a percepção de que a operação teria sido uma maneira de conter o crescimento de empresas que representavam uma ameaça aos interesses norte-americanos. Desta forma, percebe-se uma interconexão entre a dominação externa, a dependência econômica e tecnológica, a subserviência histórica e os desafios geopolíticos enfrentados pela América Latina, como mostra Carlos (2009), no caso da industrialização dependente,

“Uma industrialização dependente, com altas taxas de exploração do trabalho e grande número de desempregados, revelará os conteúdos dos processos constitutivos da periferia. Portanto, o modo como se processa historicamente a urbanização vai revelar que o número de desempregados tende a se agravar posto que o setor terciário não consegue mais absorver, no número desejado, uma população que está desempregada ou à qual se soma uma população que está sendo expulsa do setor industrial em razão da extinção de empregos. Há, nesse sentido, uma articulação dialética entre o setor informal da economia, que nasceu junto com o processo de industrialização dependente (como de resto na América Latina) como solução de sobrevivência de uma classe não absorvida pela indústria nascente, e o novo desempregado.” (CARLOS, 2009, pág. 303)

A questão da industrialização dependente na América Latina, especialmente relevante diante da dominação externa. Destaca-se a alta exploração do trabalho e o grande número de desempregados como características desse modelo, resultando na constituição de uma periferia. A urbanização histórica é analisada como um processo que acentua o agravamento do desemprego, com uma articulação dialética entre o setor informal da economia e a classe desempregada.

A dissolução do Complexo Petroquímico, é relevante explorar os estudos de Fernandes (2009), que aborda a América Latina como uma região enfrentando desafios econômicos significativos ao longo de décadas. A nova forma de imperialismo, centralizada nos Estados Unidos, emerge como um problema crucial, exercendo influência nas dinâmicas

econômicas, socioculturais e políticas da região. A submissão dos interesses privados latino-americanos ao controle externo é interpretada não apenas como uma estratégia, mas como um componente dinâmico de uma tradição colonial de subserviência.

Essa dinâmica relaciona-se diretamente ao caso do Comperj, em Itaboraí. A paralisação das obras desse complexo petroquímico, marcada por escândalos de corrupção e uma série de problemas econômicos e políticos que circundavam todo o projeto de desenvolvimento industrial, resultou na demissão em massa de trabalhadores, transformando a cidade em uma "cidade fantasma". Esse episódio exemplifica a articulação dialética entre o setor formal da economia, que representava a promessa de empregos estáveis no Comperj, e o desemprego que se seguiu à paralisação das obras. A relação entre o processo de industrialização, representado pelo Comperj, e a posterior desindustrialização, com a suspensão das obras, reflete a complexidade e os impactos sociais gerados por esse tipo de desenvolvimento econômico dependente.

A paralisação das obras do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) representa um capítulo significativo e complexo na trajetória desse empreendimento. Uma das principais causas da paralisação está relacionada aos desdobramentos da Operação Lava Jato, que revelaram esquemas de corrupção, lavagem de dinheiro e organização criminosa envolvendo empresas contratadas para as obras do Comperj.

Em 22 de setembro de 2016, o jornal Estadão divulgou a instauração de um novo inquérito pela Operação Lava Jato, focado na investigação de alegações de corrupção, lavagem de dinheiro e organização criminosa relacionadas às obras do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj). A matéria destaca que, em 2010, o Consórcio composto pela UTC Engenharia, Construtora Norberto Odebrecht e PPI-Toyo, participantes de um esquema de cartelização, foi contratado pela Petrobras para executar as obras no Comperj, sendo suspeitas de repassar vantagens ilícitas a diretores da estatal e intermediários.

Diante de acusações de corrupção, outro episódio relevante foi registrado em 2016, quando trabalhadores do Comperj, em protesto, decidiram paralisar as obras da planta de processamento de gás, buscando pressionar a Petrobras a retomar o empreendimento integralmente. A ação, promovida pelo Sindicato dos Trabalhadores Empregados nas Empresas de Manutenção e Montagem Industrial do Município de Itaboraí (Sintramon Itaboraí), contou com bloqueios nas entradas do complexo para impedir o acesso de outros trabalhadores.

Na época, aproximadamente 6 mil trabalhadores permaneciam em atividade no Comperj, dedicados à manutenção e às obras da planta de processamento de gás, cuja

construção não foi suspensa pela estatal, conforme relatado pela assessoria do sindicato. Contudo, fatores como a queda no preço do barril de petróleo, o elevado custo do gás natural como insumo petroquímico e as implicações da Petrobras no esquema de desvio de dinheiro da Operação Lava Jato culminaram na suspensão total da construção do empreendimento. No auge das obras, o Comperj empregava 29 mil trabalhadores, mas esse número diminuiu drasticamente devido a problemas financeiros, cancelamento de projetos e atrasos de pagamentos às empreiteiras, muitas envolvidas no esquema da Lava-Jato.

A paralisação das obras gerou um novo impacto, resultando na demissão de 2.500 operários de uma empresa contratada pela Petrobras, a Alumini Engenharia. Essa onda de demissões transformou Itaboraí em uma cidade praticamente deserta, com trabalhadores buscando na Justiça do Trabalho a simples marcação na carteira de trabalho. O relato de um dos trabalhadores demitidos destaca o atraso nos pagamentos e benefícios, evidenciando as dificuldades financeiras enfrentadas pelos empregados.

A cidade, movimentada pelas obras do Comperj, agora enfrenta um cenário desolador, com milhares de postos de trabalho perdidos. A transformação de Itaboraí em uma "cidade fantasma" vai além da interrupção de um projeto industrial, refletindo as consequências devastadoras que recaem sobre a comunidade local. Diante desse panorama, é crucial não apenas abordar os aspectos técnicos e financeiros ligados à suspensão das obras do Comperj, mas também considerar as implicações sociais e econômicas que reverberam na vida dos trabalhadores e na comunidade em que o complexo está inserido.

REFINARIA

## Vitória fluminense

**A** decisão da Petrobras de construir, com o grupo Ultra, o Complexo Petroquímico no município de Itaboraí constitui uma notável notícia para o Rio de Janeiro. Consumada a conquista de trazer a refinaria para terras fluminenses, ganharão igualmente os parceiros no empreendimento e o estado – investidores, governo e sociedade.

Os dividendos são previsíveis: concretizado o complexo, em uma geração será possível identificar uma completa mudança no perfil de desenvolvimento de uma região de enorme potencial, mas cercada de um incômodo cinturão de pobreza. Os investimentos também consolidarão a Cidade do Rio de Janeiro como a capital do setor de energia do país.

Os números vistosos do projeto justificam o otimismo. Conforme anunciado na terça-feira, o complexo petroquímico deve gerar cerca de 212 mil empregos nas fases de construção e 50 mil vagas durante sua operação. O investimento, em torno de US\$ 6,5 bilhões, inclui a construção da refinaria em Itaboraí, na região metropolitana do Rio, e de um centro de inteligência em São Gonçalo, que também hospedará uma central de escoamento de produtos líquidos. Os ganhos da Petrobras são também eloqüentes. A previsão é de que a estatal economize US\$ 2 bilhões por ano.

O complexo, incluindo a segunda geração de produtos (resinas petroquímicas), terá pelo menos oito fábricas, distribuídas por um terreno de 20 milhões de metros quadrados em uma área hoje rural de Itaboraí, entre as bacias dos rios Macacu e Casseribu.

A produção das matérias-primas se dará por um método revolucionário que prevê o processamento diário de 150 mil barris de petróleo pesado do campo de Marlim, na Bacia de Campos – que, pela primeira vez no Brasil, será convertido em eteno e propeno.

Para tais conquistas, sublinhe-se o formidável papel desempenhado pela campanha “A refinaria é nossa”, do governo estadual, e em particular a liderança do secretário de Energia, Indústria Naval e Petróleo, Wagner Viter – um dos principais responsáveis pela vitória fluminense. A campanha, ressalte-se, resultou numa bem-vinda e necessária mobilização de entidades representativas da sociedade, marca de uma população que se uniu por um projeto de interesse do estado.

Os participantes da campanha sempre estiveram convictos de que a auto-suficiência em petróleo só será plena com um parque de refino com capacidade de suprimento das demandas internas. Essa constatação, contudo, não exime o projeto da preocupação com o meio ambiente na região de Itaboraí. Organizações não-governamentais emitiram enfáticos alertas contra riscos ambientais.

Aquela região apresenta alto nível de qualidade de água na Baía de Guanabara. A ameaça de o projeto tornar-se fonte de degradação num quadro já desolador se torna especialmente inquietante. Convém empenho, portanto, para que os riscos sejam aplacados. A área, porém, passou no teste de estudos técnicos e teve aprovação da Petrobras. Trata-se de um alento para quem deseja ver os frutos econômicos e sociais da chegada do complexo petroquímico.

**Figura 10:** A refinaria e o otimismo do passado (1º de abril de 2006)  
**Fonte:** <https://www.historiadeitaborai.org/refinaria-otimismo>

### 3.1.1. Paralisação do Comperj e o crescimento do desemprego

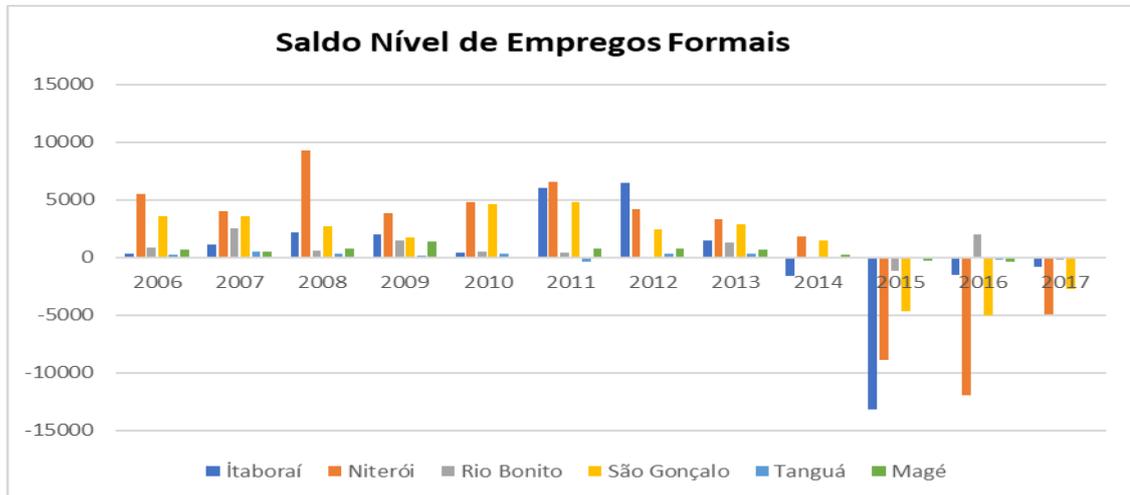
Com base no Boletim de Acompanhamento no município de Itaboraí, entre os anos 2000 e 2011, o município experimentou um expressivo crescimento de 160% no total de empregos formais, passando de 13.688 para 35.641 postos de trabalho. Esse avanço resultou em um aumento significativo na participação de Itaboraí no total de empregos gerados na região de influência direta do Comperj, elevando sua contribuição de 5,6%, em 2000, para 8,6% em 2011. Vale ressaltar que, durante esse mesmo período, o número de empregos no conjunto dos Municípios Impactados pelo Comperj (MIC) cresceu de 244,5 mil para 415,4 mil. Ao comparar com outros municípios diretamente afetados pelo Comperj em 2011, Itaboraí ocupou a terceira posição em termos de quantidade de empregos formais, ficando atrás apenas de Niterói e São Gonçalo.

No que diz respeito à taxa de desemprego, observou-se uma redução significativa em Itaboraí, passando de 20,6% em 2000 para 10,1% em 2011. No entanto, mesmo com essa melhora, a taxa de desemprego no município ainda ficou acima das estimativas tanto para o Estado do Rio de Janeiro (7,8% em 2011) quanto para o conjunto dos MIC (8,6% em 2011). Nesse contexto, destaca-se que, ao longo do período analisado, a queda da taxa de desemprego em Itaboraí foi de 10,5 pontos percentuais, superando as reduções observadas no Estado do Rio de Janeiro (9,3 pontos percentuais) e no grupo de municípios da região de influência direta do Comperj (8,9 pontos percentuais). Em 2011, Itaboraí ocupou a oitava posição entre os municípios analisados em termos de menor taxa de desemprego.

Vieira et.al (2022) mostra como a desaceleração econômica, associada à crise política e institucional que se instalou no país a partir de 2014, teve como desdobramento a redução significativa dos investimentos no estado do Rio de Janeiro, culminando na paralisação das obras, com a interrupção do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ) em 2015 (ALERJ, 2019). Esse contexto impactou diretamente a situação socioeconômica do município de Itaboraí e da região do Leste Metropolitano, que se viram imersos em meio à desmobilização de investimentos, abandono de projetos de infraestrutura, aumento do desemprego, fechamento de empresas, degradação ambiental e fragilização de setores sociais. Essa realidade expõe os conflitos inerentes ao processo de desenvolvimento local, evidenciando as disparidades entre o discurso modernizador e a dura realidade da crise econômica.

Durante o auge do COMPERJ, em 2010, de acordo com os dados do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Leste Fluminense (Conleste) (2023), ocorreu a chegada de 50 mil novos residentes e o estabelecimento de 160 novas empresas, mesmo em

meio à crise. No entanto, quando as obras foram interrompidas, houve uma onda de demissões em massa, estimadas em 200 demissões por dia, resultando em uma perda de 15 mil postos de trabalho em um curto período

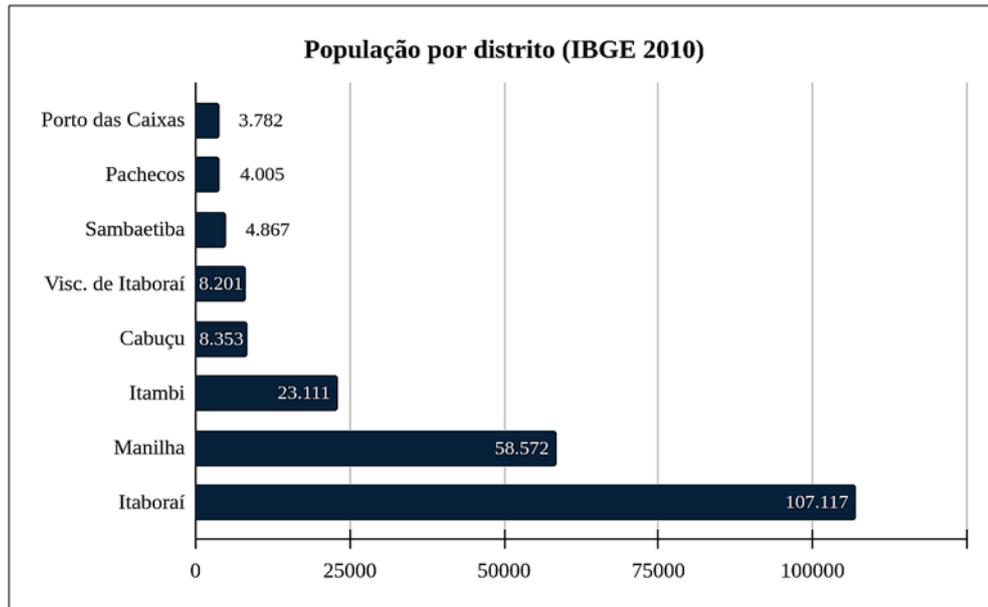


**Figura 11:** Saldo nível de empregos formais.  
**Fonte:** Conleste (2023). *Gráfico elaborada pela autora.*

Em 2010, observou-se um aumento no número de contratações na área de influência do COMPERJ até o ano de 2013, alcançando 276 mil admissões. A partir desse ponto, houve uma sequência de quedas sucessivas, superando o número de desligamentos nos anos seguintes. No período de 2015 a 2017, a região perdeu um total de 71 mil empregos, com 37% dessas perdas ocorrendo em Niterói, 22% em Itaboraí e 18% em São Gonçalo.

### 3.2. Crise habitacional e a interrupção dos projetos de moradia

A crise habitacional no Brasil é caracterizada pela insuficiência de moradias adequadas para a população, especialmente para as camadas mais vulneráveis. A desigualdade de renda e a concentração de recursos dificultam o acesso das camadas mais pobres da população a moradias dignas. O rápido crescimento urbano, muitas vezes desordenado, contribui para a falta de planejamento e ocupação irregular do espaço urbano. A demanda por moradia supera a oferta de unidades habitacionais, gerando um déficit habitacional significativo. A falta de políticas públicas adequadas para enfrentar a questão habitacional tem dificultado a resolução do problema (SANTOS, 2004).



**Figura 12:** População por distrito  
Fonte: IBGE (2010)

A questão da habitação da população urbana, com especial atenção aos assentamentos precários como uma das manifestações mais importantes da fragilidade das condições de moradia da população mais empobrecida nas áreas urbanizadas. Os assentamentos, também conhecidos como favelas, comunidades carentes ou loteamentos irregulares, são áreas urbanas caracterizadas por ocupações informais e construções inconsistentes. Essas áreas surgem a partir da ocupação ilegal ou não regulamentada do solo, onde as pessoas constroem suas moradias sem seguir padrões urbanísticos ou sem a infraestrutura adequada (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2015).

O Brasil enfrenta há décadas uma crise habitacional significativa, caracterizada pela falta de moradia adequada para uma parcela considerável de sua população. A urbanização acelerada, o crescimento populacional, a concentração de renda e a falta de políticas habitacionais eficientes são alguns dos principais fatores que contribuem para esse cenário. Milhões de pessoas vivem em condições inconsistentes, em assentamentos informais e precários, sem acesso adequado a serviços básicos como água, esgoto, energia elétrica e transporte público, refere-se a um conjunto de infraestruturas e serviços que são essenciais para o funcionamento das cidades.

Para a compreensão dos problemas habitacionais, especialmente no contexto dos assentamentos precários e da crise habitacional. A disponibilidade e a qualidade das redes de serviços básicos têm um impacto direto na qualidade de vida e no bem-estar das comunidades urbanas. A falta de acesso a essas redes pode perpetuar a precariedade das moradias, levando a condições insalubres e inseguras (OLIVEIRA, 2012).

Segundo o Núcleo de pesquisa da UFF (2011) no ano de 2000, foram identificados 26 assentamentos precários em Itaboraí, número que se manteve constante em 2009 e 2011. A maior parte desses assentamentos encontra-se nas proximidades das Rodovias BR101 e BR-493, que ligam o município a Tanguá, Guapimirim e Magé, respectivamente. Destaca-se a concentração significativa de assentamentos no distrito de Itambi e na área leste do município. O número de domicílios aumentou consideravelmente ao longo de onze anos, passando de 6.625 em 2000 para 10.847 em 2009, 11.271 em 2010 e 11.665 em 2011, representando um crescimento de 76,08% nesse período. Comparando esse crescimento com o aumento total de domicílios urbanos no município (39,55%), verifica-se uma forte tendência à informalidade ao longo do tempo.

Para Dias (2010), o planejamento urbano e habitacional é essencial para promover uma maior equidade no acesso à moradia adequada e para enfrentar os desafios da crise habitacional no Brasil. A análise integrada das infraestruturas urbanas e sua articulação com as políticas habitacionais podem fornecer soluções mais eficientes e sustentáveis para os problemas habitacionais do país.

As moradias são construídas de forma improvisada pelos próprios moradores, muitas vezes utilizando materiais de baixa qualidade, o que resulta em construções frágeis e vulneráveis a condições climáticas adversas. Os assentamentos precários geralmente apresentam alta densidade populacional, com muitas pessoas vivendo em uma área relativamente pequena. Essas áreas costumam ser carentes de infraestrutura básica, como redes de água, esgoto, energia elétrica, pavimentação de ruas e transporte público adequado (SANTOS; OLIVEIRA, 2009).

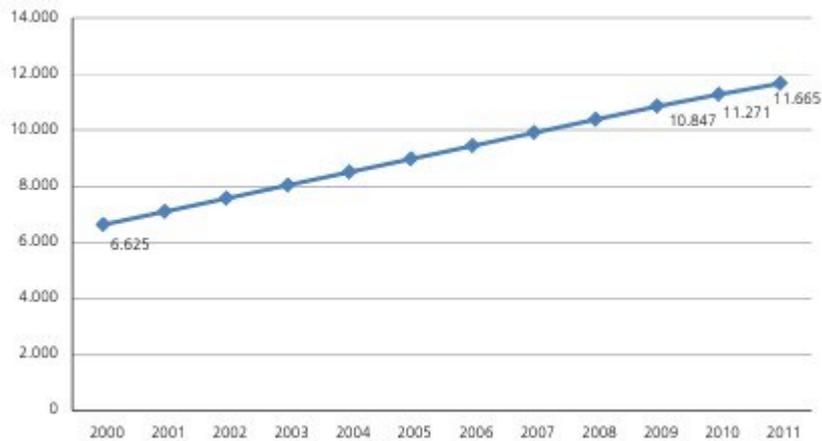
No município de Itaboraí estão situados em áreas de risco, como nas margens de rios ou próximos a aterros sanitários, tornando-os mais suscetíveis a desastres naturais e ambientais. A falta de planejamento urbano adequado resulta na ausência de serviços públicos essenciais, como escolas, postos de saúde e áreas de lazer (DIAS, 2017).

As evidências da intensificação da valorização imobiliária em Itaboraí, poucos meses após tornar-se sede do empreendimento da Petrobras, são reveladas por dados concretos. Os terrenos nos distritos circundantes ao Complexo, como Itambi, Visconde de Itaboraí, Porto das Caixas e Sambaetiba, originalmente áreas de ambiente rural com pequenas casas, sítios e fazendas, experimentaram uma notável transformação.

Diversos fatores estão relacionados ao surgimento e crescimento dos assentamentos precários, incluindo o rápido crescimento populacional e a falta de planejamento adequado contribuem para a ocupação desordenada do espaço urbano, gerando assentamentos informais

em áreas não destinadas à habitação. A desigualdade de renda e a pobreza limitam o acesso das populações mais vulneráveis a moradias dignas, levando-as a ocupar terrenos disponíveis de forma irregular (OLIVEIRA; SANTOS, 2013).

**Número de domicílios em assentamentos precários em Itaboraí (2000 e 2011)**



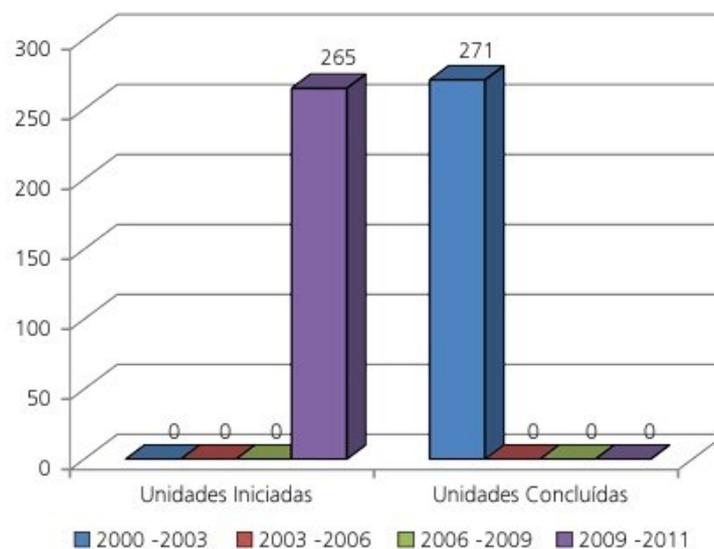
**Gráfico 7:** Número de domicílios em assentamentos precários em Itaboraí (2000 e 2011)

Elaboração: NEPHU/UFF, 2012.

Fonte: Dados sobre assentamentos precários: contagem por imagem de satélite 2000, 2009, 2010 e 2011 e estimativa por projeção linear entre 2000 e 2011.

A carência de políticas habitacionais ou como no caso de Itaboraí a paralisação das obras que tinham como objetivo atender à demanda por moradias adequadas para a população de baixa renda favorece o surgimento desses assentamentos. A especulação com a valorização de terrenos urbanos dificultou o acesso da população a áreas urbanas formalizadas, levando-a a ocupar terras sem regularização (DIAS, 2010).

**Produção habitacional (2000 a 2011)**



**Gráfico 8:** Produção habitacional (2000 a 2011)

Elaboração: NEPHU/UFF, 2012.

**Fonte:** Prefeitura e lideranças comunitárias.

Os assentamentos precários têm diversos impactos significativos na sociedade e na economia: A falta de acesso a serviços básicos e a condições precárias de moradia perpetuam a exclusão social, dificultando o acesso a oportunidades de educação, emprego e saúde para os moradores dessas áreas (DIAS, 2017).

Como bem salienta Santos e Oliveira, a falta de infraestrutura adequada e a exposição a riscos ambientais tornam as condições de vida nos assentamentos precários insalubres e inseguras. A ausência de investimentos públicos e oportunidades econômicas nos assentamentos precários pode criar um ciclo de pobreza, onde as gerações futuras são afetadas pelas mesmas condições precárias (SANTOS; OLIVEIRA, 2009).

A falta de infraestrutura e a necessidade de intervenções para melhorar a qualidade de vida nessas áreas implicam em custos sociais e econômicos significativos para o Estado e a sociedade como um todo (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2015). Em Itaboraí, a maioria dos assentamentos está localizada às margens ou próximos a rios, córregos faixas de proteção da linha férrea e antigas áreas de extração mineral, regiões inadequadas para ocupação urbana. Isso reflete um padrão de apropriação do solo que resulta na exclusão da parcela mais despossuída da população, empurrada para locais relegados pelo setor imobiliário privado.

Os assentamentos frequentemente apresentam carências graves de infraestrutura, como falta de redes de água e esgoto, sistema elétrico precário e ausência de pavimentação adequada nas vias. A ausência de redes técnicas de serviços básicos, como água potável, saneamento e energia elétrica, prejudica a qualidade de vida dos moradores e aumenta os riscos à saúde e segurança. O baixo acesso a infraestrutura e serviços básicos impacta negativamente a qualidade de vida das comunidades, gerando condições precárias de moradia e limitando as oportunidades de desenvolvimento social e econômico (OLIVEIRA; SANTOS, 2013).

O sistema viário, por exemplo, no interior dos assentamentos em Itaboraí, é bastante diversificado, com ruas pavimentadas e não pavimentadas, becos, vielas, pontes de madeira construídas pelos moradores. Nos assentamentos mais próximos à área do COMPERJ, foram relatadas por moradores rachaduras nas construções atribuídas ao trânsito pesado de caminhões que servem ao Complexo.

As condições de saneamento são extremamente deficientes, refletindo a situação geral do município. O acúmulo de lixo nas vias é frequente, a ausência de coleta de resíduo domiciliar leva a queima de lixo, uma técnica prejudicial ao solo, ao ar e, conseqüentemente, à população. Além disso, nenhum assentamento possui rede formal de coleta de esgoto e abastecimento de água, levando os moradores a recorrerem a alternativas como poços artesanais, carros-pipa.

O crescimento da cidade de maneira desordenada, gera como vimos em Itaboraí a falta de acesso a moradia digna, logo contribui para a segregação socioespacial, com a concentração de populações de baixa renda em áreas precárias e isoladas dos centros urbanos. Sendo assim, a crise habitacional e a negação por infraestrutura básica impulsionam o surgimento e crescimento de favelas e assentamentos. Gerando a concentração de populações vulneráveis em áreas precárias e contribuindo para o aumento da criminalidade e da violência urbana. A privação de moradia adequada limita o acesso a oportunidades de desenvolvimento econômico e social, aumentando a desigualdade entre diferentes grupos da população (DIAS, 2017).

Em relação ao tempo de moradia nos assentamentos em Itaboraí, o núcleo de Pesquisa da UFF aponta que cerca de 37% das pessoas chegaram ao município nos últimos 10 anos, o que pode indicar uma demanda significativa por moradias. Em Itaboraí, no período de 2000 a 2011, foram entregues apenas 271 unidades habitacionais, todas até 2002. Apenas em 2009, iniciou-se a construção de 265 apartamentos, ainda em “andamento”.

O programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) lançado pelo governo brasileiro em 2009 com o objetivo de facilitar o acesso à moradia digna para a população mais empobrecida buscou reduzir o déficit habitacional no país, oferecendo subsídios e financiamentos para a aquisição ou construção de moradias, tanto em áreas urbanas como rurais. O MCMV foi executado em parceria com estados, municípios, empresas privadas e movimentos sociais, e é dividido em diferentes faixas de renda, a fim de atender a diversas demandas habitacionais (OLIVEIRA, 2012).

Apesar dos esforços e dos avanços do programa Minha Casa, Minha Vida, ele enfrentou alguns problemas e desafios ao longo dos anos, como no caso de Itaboraí, cujo a obra não foi concluída. O abandono de obras do Minha Casa, Minha Vida pode ser atribuído a diversos fatores, em alguns casos, a falta de recursos financeiros ou a interrupção de repasses do governo levaram ao abandono das obras. Má gestão e falta de planejamento adequado resultaram em atrasos e paralisação das obras. (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2015).

**Figura**  
Projeto  
casa  
vida em



**13:**  
da Minha  
minha  
Itambi.

*Foto produzida pela autora – 04/06/2023.*



**Figura 14:** Obra não finalizada em Itambi  
*Foto produzida pela autora – 04/06/2023.*

Portanto, para enfrentar a crise habitacional e promover moradias dignas para a população, é necessário implementar políticas habitacionais e programas sociais efetivos. Regularizar áreas ocupadas informalmente para garantir segurança jurídica aos moradores e promover a integração dessas áreas ao tecido urbano. Estimular a construção de moradias em grande escala para atender à demanda habitacional. Desenvolver planos de ordenamento territorial que considerem a integração das áreas de baixa renda ao tecido urbano, com a oferta adequada de infraestrutura e serviços (OLIVEIRA; SANTOS, 2013). Além disso, considerar das Redes Técnicas no planejamento urbano e habitacional é essencial para garantir o acesso a serviços básicos e a infraestrutura adequada nas áreas habitacionais. Ao planejar a construção de moradias e a expansão urbana, é fundamental integrar as Redes existentes e projetar novas redes para atender às necessidades das comunidades (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2015).

## CONCLUSÃO

A análise apresentada oferece uma visão profunda e crítica do atual estágio do capitalismo, destacando a crise orgânica do sistema e seus efeitos tanto em nível nacional quanto internacional. O primeiro capítulo explora a dinâmica da acumulação de capital, a disputa por mercados e recursos naturais, bem como as consequências socioeconômicas e políticas desses processos.

A crise orgânica do capitalismo é descrita como uma fase na qual a anarquia dos monopólios e a intensificação da competição levam a uma concentração de capital e a uma luta por uma nova partilha do mundo. Esse contexto é ilustrado pela análise das taxas de lucro e pela busca incessante por mais-valia, evidenciando os desafios estruturais enfrentados pelo sistema. A experiência brasileira, representada aqui pelo caso do COMPERJ, exemplifica os dilemas enfrentados pelas economias periféricas em meio à crise global. A interrupção do projeto, devido a uma combinação de fatores econômicos, políticos e sociais, destaca a vulnerabilidade dessas economias e a persistência das desigualdades estruturais na divisão internacional do trabalho.

Assim, o estudo vai além de uma mera descrição dos eventos, fornecendo uma compreensão crítica das relações de poder e das dinâmicas econômicas que moldam o mundo contemporâneo. Aponta para a necessidade de políticas públicas e estratégias de desenvolvimento que levem em consideração não apenas as demandas imediatas, mas também os desafios estruturais enfrentados pelas economias periféricas em um contexto de crise orgânica do capitalismo.

Pensando na história do setor petrolífero no Brasil, na qual é uma narrativa complexa e marcada por uma sucessão de eventos que moldaram profundamente o desenvolvimento da indústria ao longo do tempo. Desde as primeiras incursões em busca de jazidas de petróleo no século XIX até as recentes mudanças estruturais na gestão e propriedade das refinarias, o Brasil testemunhou uma jornada repleta de desafios, conquistas e transformações. A busca pela soberania energética e a autossuficiência na produção de petróleo foi um objetivo perseguido de forma incansável principalmente ao longo dos últimos anos, com governos progressistas, culminando na descoberta do Pré-sal, um marco indiscutível na história do setor. Essa descoberta não apenas aumentou significativamente as reservas de petróleo do país, mas também redefiniu seu papel no cenário global, elevando-o à posição de destaque entre os maiores produtores e exportadores do mundo.

No entanto, mesmo diante desses avanços notáveis, a trajetória do setor petrolífero brasileiro também é marcada por desafios persistentes, como a recente onda de privatizações das refinarias da Petrobras. Essas mudanças têm gerado repercussões significativas, não apenas em termos econômicos e geopolíticos, mas também sociais. Nesse contexto, é fundamental reconhecer a importância estratégica para o desenvolvimento futuro do setor petrolífero brasileiro, levando em consideração o plano desenvolvimentista aplicado pelo governo do Partido dos Trabalhadores (PT) durante seus mandatos.

O Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ) emerge como um emblemático exemplo das complexidades e desafios enfrentados por grandes projetos de desenvolvimento econômico em contextos políticos e econômicos turbulentos. O percurso histórico do COMPERJ, desde sua concepção até seu atual estado de incerteza, reflete não apenas as transformações na política econômica nacional, mas também as dinâmicas globais do setor de energia e petróleo.

Inicialmente idealizado como um projeto pioneiro para impulsionar a industrialização e a autossuficiência energética do Brasil, o COMPERJ representava uma resposta às demandas crescentes por derivados de petróleo no país. No entanto, ao longo dos anos, o projeto enfrentou uma série de desafios, incluindo mudanças na liderança política e instabilidade econômica. A transição de uma política de investimentos fez com que essas mudanças drásticas nas prioridades da empresa impactassem diretamente o ritmo e a viabilidade do COMPERJ, levando a atrasos significativos e incertezas sobre o futuro do projeto.

Sendo assim, a complexidade das relações entre a Petrobras, o governo federal e outras partes interessadas regionais destacou os desafios de coordenação e governança enfrentados por iniciativas de grande escala como o COMPERJ. O projeto tornou-se objeto de debates acalorados e disputas políticas, refletindo os interesses divergentes dos diferentes atores envolvidos. Atualmente, o COMPERJ permanece em um estado de suspensão com pretensão e propostas de retorno, com sua continuidade pendente de encontrar um parceiro para viabilizar os investimentos necessários. Enquanto isso, as expectativas e as esperanças depositadas no projeto continuam a influenciar a agenda política e econômica da região, destacando a importância de encontrar soluções viáveis.

A história do município de Itaboraí revela uma trajetória marcada por distintos ciclos econômicos e transformações socioespaciais ao longo dos séculos. Desde sua integração nas

vilas coloniais até sua consolidação como um importante centro urbano, Itaboraí testemunhou mudanças significativas impulsionadas por atividades como a produção de café, açúcar e laranja, além da transição do transporte fluvial para o ferroviário.

No século XIX, a ascensão da produção cafeeira e a introdução da estrada de ferro catalisaram o crescimento econômico e urbano da região, conectando Itaboraí a outros centros comerciais e promovendo uma nova configuração urbana. No entanto, ao longo do século XX, mudanças nas atividades econômicas e a centralização comercial em outras cidades afetaram o desenvolvimento local, culminando em um declínio relativo. A virada do século XXI marcou uma nova fase de desenvolvimento com a implementação do COMPERJ, um complexo industrial que trouxe investimentos significativos e uma onda de crescimento demográfico e econômico especulativo para a região. Essa transformação não apenas reconfigurou a paisagem física e socioeconômica, mas também destacou o papel central do território na dinâmica urbana, refletindo as complexas interações entre poder, capitalismo e interesses políticos.

Esses processos históricos e contemporâneos em Itaboraí apresenta a natureza dinâmica do desenvolvimento urbano, evidenciando a interdependência entre os aspectos econômicos, sociais e espaciais na formação e evolução das cidades. A história de Itaboraí não apenas ilustra os desafios e oportunidades enfrentados por comunidades urbanas ao longo do tempo, mas também ressalta a importância de compreender as forças que moldam a paisagem urbana em constante mudança.

A história de Itaboraí à luz do conceito de implosão-explosão de Lefebvre oferece uma perspectiva sobre os processos socioespaciais que moldaram essa localidade ao longo do tempo. A trajetória de Itaboraí ilustra vividamente a interconexão entre implosão e explosão em seu desenvolvimento socioeconômico e urbano, evidenciando como esses fenômenos estão intrinsecamente ligados e como as transformações na paisagem urbana podem ser impulsionadas por fatores externos, como a introdução de novas tecnologias e empreendimentos.

Ao aplicar os conceitos de Lefebvre, percebemos que Itaboraí passou por uma fase de implosão durante seu processo de urbanização, impulsionada pelo crescimento econômico e demográfico decorrente da implementação de atividades industriais, como o COMPERJ. Esse período foi marcado por uma intensa acumulação capitalista, expansão urbana e diversificação da produção, refletindo a dinâmica de transformação do espaço em resposta às

demandas econômicas. Já o processo de explosão também se fez presente em Itaboraí, à medida que a urbanização se estendeu para além dos limites municipais, resultando em uma fragmentação do tecido urbano e na perda das características orgânicas da cidade. A implementação do COMPERJ não apenas influenciou a configuração territorial e econômica da região, mas também desencadeou um processo de especulação imobiliária e crescimento acelerado, alimentado pelo influxo de investimentos e capital.

Logo, a história de Itaboraí após a chegada do COMPERJ ilustra não apenas objeções enfrentados por uma cidade em transformação, mas também as oportunidades e impactos resultantes de intervenções externas. O processo de implosão-explosão, como proposto por Lefebvre, revela-se como uma lente poderosa para entender a complexidade dos processos urbanos contemporâneos e as interações entre sociedade, espaço e poder na construção da paisagem urbana.

Desta forma, o segundo capítulo trata sobre uso e controle do território, especialmente no contexto da implantação do megaprojeto COMPERJ, revela as complexas dinâmicas entre desenvolvimento econômico, transformação espacial e planejamento estratégico. A reestruturação espacial desencadeada pela cadeia produtiva do petróleo exemplifica a importância do território como um recurso fundamental para a reprodução ampliada do capital.

O estudo evidencia a transição histórica das estruturas industriais no Estado do Rio de Janeiro, destacando a concentração inicial ao longo dos principais eixos viários, como as rodovias BR 116, BR 101 e BR 040, que ligavam importantes estados brasileiros. No entanto, até o início do século XXI, os municípios do Leste Fluminense eram predominantemente agrícolas e de serviços, com uma fraca densidade industrial e movimento pendular significativo.

A substituição da rede ferroviária pelo investimento em rodovias, como a construção da ponte Rio-Niterói, encurtou distâncias e impulsionou uma pequena expansão industrial nos municípios próximos à metrópole, como São Gonçalo. Contudo, a implementação do COMPERJ, como parte de um plano nacional estratégico, desencadeou mudanças profundas nas estruturas econômicas e espaciais da região, especialmente no município de Itaboraí e nas áreas afetadas.

O COMPERJ, concebido para otimizar a produção de petróleo e fornecer insumos químicos para a indústria petroquímica nacional, foi um catalisador de investimentos e

concentração de atividades produtivas. As transformações espaciais resultantes desse megaprojeto reconfiguraram a organização territorial, impulsionando o desenvolvimento econômico, a integração regional e a revitalização da economia fluminense.

A paralisação das obras do COMPERJ teve impactos significativos nas atividades econômicas da região, afetando empresas fornecedoras e o mercado imobiliário local. Esse episódio ilustra a interdependência entre o uso do território, o desenvolvimento econômico e a estabilidade de megaprojetos, ressaltando a necessidade de abordagens estratégicas e sustentáveis para o planejamento territorial e econômico.

A abordagem complexa sobre a relação entre técnica, território e produção econômica, destacando a importância da análise das transformações históricas e sociais no uso do espaço. A partir das contribuições teóricas de Milton Santos, Pierre George e outros, foi possível compreender como as técnicas e as práticas de produção moldam e são moldadas pelo território, influenciando diretamente as relações econômicas e sociais.

A divisão territorial do trabalho, tanto a nível nacional quanto internacional, foi examinada em seu contexto histórico, evidenciando como as antigas práticas coloniais e comerciais continuam a influenciar a configuração atual das cidades latino-americanas. No caso específico de Itaboraí, as transformações econômicas, desde a atividade agrícola até a implementação do COMPERJ, ilustram como as mudanças técnicas e produtivas afetam o uso do território ao longo do tempo.

Os circuitos espaciais de produção revelaram como a infraestrutura e os investimentos em determinadas regiões são influenciados pela lógica do capital, buscando maximizar a acumulação de capital e o lucro. A sobreposição de circuitos, com suas diferentes dinâmicas econômicas e sociais, cria uma nova malha de produção espacial, reconfigurando o território e as relações com a população, o meio ambiente e o trabalho.

O caso de Itaboraí exemplifica como a especulação imobiliária e o desenvolvimento econômico são impulsionados por novos investimentos, como o COMPERJ, transformando as relações comerciais e promovendo uma reorganização do território de acordo com as demandas do mercado. Nesse contexto, o espaço deixa de ser moldado pelas necessidades da população para atender às exigências da reprodução do capital, evidenciando as complexas interações entre técnica, território e acumulação de capital na era contemporânea.

Sendo assim, proposta oferece insights importantes para compreender não apenas as transformações espaciais e econômicas de Itaboraí, mas também os processos mais amplos de desenvolvimento desigual e combinado que caracterizam a dinâmica do capitalismo global.

O retorno do Estado do Rio de Janeiro e do leste metropolitano ao protagonismo no período pós-2003, caracterizado por um aumento do papel do Estado em investimentos e gastos sociais. Sobretudo, os investimentos estatais e a atuação de bancos públicos desempenharam um papel crucial, marcando uma fase contraditória em relação à década de 1990.

A retomada do crescimento econômico nacional, impulsionada por programas de investimento e gastos sociais, trouxe consigo uma dinâmica regional que evidencia uma tendência histórica de concentração de atividades econômicas no litoral brasileiro. No entanto, essa concentração de investimentos, especialmente no setor extrativo mineral e na infraestrutura para exportação de commodities, gerou desigualdades regionais e uma forte dependência de setores econômicos específicos, como o petróleo e a construção civil, no Estado do Rio de Janeiro. O projeto do COMPERJ emerge como uma tentativa de corrigir os desafios estruturais enfrentados pelo Rio de Janeiro, buscando diversificar a economia estadual e impulsionar a indústria de transformação.

A perspectiva espacial dos investimentos e projetos de infraestrutura no Estado do Rio de Janeiro evidencia uma dinâmica complexa de fragmentação ocupacional e desigualdades territoriais, gerando novas centralidades e impactando o desenvolvimento urbano, o uso da terra e a hierarquização dos lugares. A implementação de empreendimentos como o COMPERJ não apenas introduz capital e promove a acumulação territorial, mas também estimula o crescimento do setor imobiliário e a urbanização desigual das regiões afetadas.

O estudo realizado fornece percepções importantes sobre as transformações econômicas, sociais e espaciais no Estado do Rio de Janeiro, destacando a complexa interação entre investimentos estatais, setores econômicos específicos e dinâmicas regionais. A suspensão do COMPERJ e a dispersão dos investimentos evidenciaram as contradições do desenvolvimento regional no contexto brasileiro, reforçando a necessidade de políticas públicas mais integradas e sustentáveis para promover um desenvolvimento mais equitativo e resiliente.

A transformação da região de Itaboraí, impulsionada pelo processo de construção do COMPERJ, revela mudanças profundas no território, tanto diretas quanto consequenciais à

instalação do complexo petroquímico. O aumento da especulação imobiliária, a chegada de grandes empreendimentos de serviços e o influxo populacional resultante são exemplos das transformações que moldaram o território e suas funções.

Essa reconfiguração territorial não apenas impactou o modo de vida da população local, mas também influenciou a dinâmica urbana, atraindo novos moradores em busca de oportunidades. A relação entre os indivíduos e o território evoluiu em resposta às demandas impostas pelo COMPERJ, destacando o papel central do território na organização espacial da cidade.

O processo de urbanização acelerado em Itaboraí, impulsionado pela necessidade de infraestrutura para o COMPERJ, resultou em um crescimento desigual e em uma marginalização de parte da população local de baixa renda. A expansão do mercado imobiliário, a falta de infraestrutura básica e a priorização das demandas comerciais sobre as populares evidenciaram as contradições do desenvolvimento urbano.

A transformação do solo em mercadoria, conforme abordado por Harvey (1980), ilustra como o capital moldou o espaço urbano em Itaboraí, privilegiando interesses comerciais em detrimento das necessidades sociais. A disputa pelo controle do espaço urbano, como descrito por Singer (1980), evidencia a complexidade na determinação do preço da terra, influenciada pela competição entre agentes hegemônicos.

A produção do espaço urbano em Itaboraí durante o processo de construção do COMPERJ revela não apenas as transformações físicas e sociais, mas também as complexas dinâmicas de poder, especulação e valorização do território. Essas análises mostram os impactos do desenvolvimento industrial em áreas urbanas e destacam a necessidade de políticas públicas que priorizem o bem-estar social e a equidade urbana.

O Arco Metropolitano foi fortemente influenciado pelo desenvolvimento do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ), uma importante via que conecta diversas regiões do estado do Rio de Janeiro. Ao estabelecer conexões cruciais com várias rodovias que se estendem por diferentes partes do país, o Arco Metropolitano integra o circuito espacial da produção e da cadeia produtiva do petróleo e gás no estado, conectando grandes empreendimentos industriais como o Polo Gaslub Itaboraí, a REDUC e o Complexo Industrial de Santa Cruz. Essa iniciativa reflete a busca por uma intervenção direta do Estado na economia, visando superar os gargalos estruturais e promover o desenvolvimento econômico por meio de obras de modernização e expansão do sistema de transporte.

Ao desempenhar o papel de via de contorno para desviar o tráfego de carga pesada e facilitar o transporte de insumos e produtos químicos entre o COMPERJ e outros polos econômicos do estado, teve um impacto significativo no sistema viário de Itaboraí. A expansão urbana da região e as adaptações nas vias locais foram necessárias para suportar o aumento do tráfego, destacando a importância da infraestrutura viária para viabilizar o funcionamento adequado do complexo industrial.

Além disso, o Arco Metropolitano não apenas melhorou a logística de transporte de mercadorias, mas também estimulou o surgimento de novos arranjos produtivos e atividades econômicas locais. Sua conclusão representou uma âncora logística fundamental para sustentar o circuito produtivo de petróleo e gás no estado, consolidando-se como um centro logístico-industrial de grande importância política e econômica.

Diante disso, o Arco Metropolitano representa não apenas uma importante via de transporte, mas também um símbolo das políticas de desenvolvimento regional e nacional, evidenciando a interdependência entre infraestrutura, economia e planejamento urbano na construção de um futuro mais próspero e equitativo para o estado do Rio de Janeiro.

O terceiro capítulo destaca a dinâmica complexa das interações entre sociedade, espaço e sistema econômico ao longo da história. A compreensão de que a história é a transformação permanente da natureza do homem, sobre a relação dialética entre sociedade e natureza, especialmente no contexto da transformação das forças produtivas e suas repercussões no espaço geográfico.

A demografia apresentada, especialmente em relação ao crescimento populacional e às mudanças significativas na demografia de Itaboraí, exemplifica as dinâmicas sociais, econômicas e espaciais decorrentes da transformação das forças produtivas. A implementação de grandes projetos industriais, como o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), não apenas transforma o panorama socioeconômico local, mas também impulsiona uma reconfiguração espacial significativa, com impactos diretos na demografia, economia e estrutura urbana da região. Essas transformações refletem não apenas mudanças quantitativas, como o crescimento populacional, mas também mudanças qualitativas na ocupação do território e na formação de novas territorialidades.

Desta forma, apresenta-se a importância de compreender a dinâmica das interações entre sociedade, espaço e sistema econômico ao longo da história para entendermos as transformações socioespaciais em curso, bem como suas implicações para o desenvolvimento

regional, a distribuição populacional e a qualidade de vida das comunidades envolvidas. Essa abordagem holística é fundamental para orientar políticas públicas e estratégias de desenvolvimento que promovam a equidade, a sustentabilidade e o bem-estar das populações afetadas.

A dissolução do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) oferece uma visão multifacetada dos inúmeros problemas enfrentados pela América Latina, especialmente no contexto de uma nova forma de imperialismo centrada nos Estados Unidos. Este estudo revela uma interconexão entre dominação externa, dependência econômica, subserviência histórica e desafios geopolíticos na região.

O caso do Comperj, marcado por “escândalos de corrupção” e problemas econômicos, ilustra vividamente os impactos sociais e econômicos da interrupção de grandes projetos industriais. A articulação dialética entre o setor formal da economia, representado pelo emprego prometido no Comperj, e o desemprego subsequente após a paralisação das obras, reflete as complexidades e as contradições inerentes ao desenvolvimento econômico dependente.

A paralisação das obras do Comperj resultou em uma onda de demissões em massa, transformando Itaboraí em uma "cidade fantasma" e destacando as consequências devastadoras para a comunidade local. Esse episódio não apenas lança luz sobre questões técnicas e financeiras, mas também enfatiza a importância de considerar as implicações sociais e econômicas nas decisões relacionadas a projetos industriais de grande escala.

Contribuindo para um entendimento mais profundo das dinâmicas socioeconômicas e geopolíticas que moldam a América Latina, bem como para uma apreciação mais completa dos desafios enfrentados pela região no cenário global contemporâneo. Os dados apresentados revelam uma dinâmica complexa no município de Itaboraí e na região do Leste Metropolitano do Rio de Janeiro, especialmente relacionada à trajetória do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ). O crescimento expressivo no total de empregos formais em Itaboraí entre 2000 e 2011, juntamente com a redução significativa da taxa de desemprego, reflete o impacto inicialmente positivo do COMPERJ na economia local.

No entanto, a interrupção das obras do COMPERJ em 2015, em meio a uma desaceleração econômica mais ampla e uma crise política e institucional, levou a uma reversão abrupta dessa tendência positiva. A desmobilização de investimentos, o fechamento de empresas e a onda de demissões em massa resultaram em uma deterioração substancial das

condições socioeconômicas locais, expondo as fragilidades do modelo de desenvolvimento baseado em megaprojetos industriais.

O estudo também destaca as disparidades entre o discurso de modernização e os desafios reais durante a crise econômica. O influxo inicial de residentes e empresas durante o auge do COMPERJ contrasta fortemente com a rápida perda de postos de trabalho e o declínio subsequente da atividade econômica após a paralisação das obras.

Esses padrões de emprego e desemprego, evidenciados ao longo do período analisado, destacam a vulnerabilidade da economia local a fatores externos, bem como a necessidade de estratégias de desenvolvimento mais diversificadas e sustentáveis. Não apenas fornece propostas cruciais sobre as dinâmicas socioeconômicas em Itaboraí e na região circundante, mas também destaca a importância de políticas e intervenções que visam promover resiliência e desenvolvimento equitativo em face de turbulências econômicas e crises.

A crise habitacional no Brasil, com foco nos assentamentos precários e na falta de moradia adequada para a população mais vulnerável, revela uma série de adversidades complexas que afetam diretamente a qualidade de vida e o bem-estar das comunidades urbanas.

Os assentamentos precários em Itaboraí destacam a concentração significativa dessas comunidades em áreas de risco e a falta de infraestrutura básica, como redes de água, esgoto e energia elétrica, que são essenciais para garantir condições dignas de vida. Além disso, a especulação imobiliária e a falta de acesso a moradias formalizadas contribuem para a marginalização e exclusão das populações mais vulneráveis, empurrando-as para áreas precárias e isoladas dos centros urbanos.

A implementação de políticas habitacionais eficazes, como o programa Minha Casa, Minha Vida, é fundamental para enfrentar essa crise, oferecendo subsídios e financiamentos para a aquisição ou construção de moradias adequadas. No entanto, é necessário superar desafios como má gestão, falta de recursos financeiros e interrupção de obras para garantir o sucesso desses programas.

Além disso, é crucial adotar uma abordagem integrada que considere não apenas a construção de moradias, mas também a regularização de áreas ocupadas informalmente, o desenvolvimento de planos de ordenamento territorial e a expansão adequada das redes de serviços básicos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA PETROBRAS. **Graça Foster e Sérgio Cabral participam de reunião sobre obras do COMPERJ.** Disponível em: [http://www.agenciapetrobras.com.br/Materia/ExibirMateria?p\\_materia=97446](http://www.agenciapetrobras.com.br/Materia/ExibirMateria?p_materia=97446). Acesso em 09 de ago. de 2023.

AGÊNCIA CNT TRANSPORTE ATUAL. **PAC 3 promete destravar obras importante do setor de infraestrutura.** Confederação Nacional do Transporte, 2023. Disponível em: <https://cnt.org.br/agencia-cnt/pac-3-promete-destravar-obras-importante-do-setor-de-infraestrutura>.

ARANHA, C. R. (2013). **Transformações no espaço de influência do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro.** Caderno Prudentino de Geografia, 35(1), 69-83.

BEVILAQUA, A. P. **Crise Orgânica do Capital: o valor, a ciência e a educação.** Rio de Janeiro: Inverta, 2017.

\_\_\_\_\_. Organização das redes de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) no setor de petróleo e gás na cidade do Rio de Janeiro.

In: \_\_\_\_\_. BARBOSA, Jorge Luiz. **Modernização Fracassada: Dossiê do COMPERJ.** Rio de Janeiro: Consequência/Faperj, 2018.

\_\_\_\_\_. WASSERMAN, Cezar Júlio. Considerações sobre o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ) e sua região. Inc: MONIÉ, F; \_\_\_\_\_. **Geografia e Geopolítica do Petróleo. Geografia e Geopolítica do Petróleo.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

BRASIL. Ministério das Cidades. (2009). **Habitação e Saneamento.** Brasília: Ministério das Cidades.

BRUCKMANN, M. **Recursos naturais e a geopolítica da integração sul-americana.** Governança Global e a integração da América do Sul. Brasília: Ipea, p. 197-246, 2011.

CANDIDO, D’Jeanine. **Redes técnicas e mudanças territoriais: ampliação da concessão de eixos rodoviários à leste da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.** *Espaço e Economia* [Online], 22 | 2021, posto online no dia 13 janeiro 2022, consultado o 20 maio 2024. URL: <http://journals.openedition.org/espacoeconomia/21375>; DOI: <https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.21375>

CAMPOS, G. H. L. **Arco Metropolitano do Rio de Janeiro: especificidades do capitalismo dependente na constituição de grandes projetos urbanos.** 2018. 127 f. Dissertação (Mestre em Sistemas de Infraestrutura Urbana) Potifica Universidade Católica – PUC, Campinas, 2018.

CAMPOS JR. Geraldo, **Petrobras terá R\$ 323 bilhões de investimentos no novo PAC**. Poder 360, 2023. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/anuncios-do-governo/petrobras-tera-r-323-bilhoes-de-investimentos-no-novo-pac/>

CARVALHO, D. C. S. **A influência de novas bases logísticas no uso do território: Os desafios na gestão pública para o Leste Metropolitano Fluminense a partir da instalação do COMPERJ**. Monografia (Licenciatura em Geografia). Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. São Gonçalo, 2018.

COMEÇAM AS OBRAS DO COMPERJ, EM ITABORAÍ. **O Globo**, 2008. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/comecam-as-obras-do-comperj-em-itaborai-3621775>

CONCREMAT. **Estudo de impacto ambiental do COMPERJ**. Rio de Janeiro: Petrobras, 2007.

COSTA, Gilciano Menezes. **A escravidão em Itaboraí: Uma vivência às margens do Rio Macacu (1833 - 1875)**. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 2013.

DIAS, L. (2010). **Assentamentos Precários e Políticas Habitacionais: O caso do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, 12(1), 67-81.

DIAS, L. (2017). **Cidades em conflito: as estratégias das populações em situação de vulnerabilidade**. Annablume Editora.

FERREIRA, Osvaldo Luiz. **Vilas Fluminenses desaparecidas (Santo Antônio de Sá)**. Itaboraí: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1992.

FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. Boitempo Editorial, 2015.

FURNO, J.; LEITE, L. N. P. **Na contramão da segurança energética: o refino e a política de preços da Petrobras sob os governos Temer e Bolsonaro**. Revista de Economia Política Internacional, v. 21, n. 2, 2022.

HARMAN, C. **A taxa de lucro e o mundo atual**. Arquivos marxistas na internet. Biblioteca. Harman. Disponível em: <https://tinyurl.com/yc86b36f>. Acesso em, v. 22, 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **De 2010 a 2022, população brasileira cresce 6,5% e chega a 203,1 milhões**. Agenciadenoticias. 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencianoticias/2012agenciadenoticias/noticias/37237-de-2010-a-2022-populacao-brasileira-cresce-6-5-e-chega-a-203-1-milhoes>. Acesso em: 10 de ago de 2023.

LEFEBVRE, H. **A Cidade do Capital**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LEFEBVRE, H. **A cidade do capital**. Lamparina, 2021.

\_\_\_\_\_. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LÊNIN, V. I. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. Boitempo Editorial, 2021.

LOPES, F. C.; SOUSA, R. B. S. **Análise histórica de produção, reserva e refino com foco nas empresas nacionais e internacionais e seus respectivos países**. 2018. 76 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Engenharia de Petróleo) Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

MORAIS, J. **Petrobras: uma história das explorações de petróleo em águas profundas e no Pré-sal**. Elsevier Brasil, 2014.

MONTE-MÓR, R. L. M. **What is the urban in the contemporary world?** Berlin: Jovis, 2014.

PETROBRAS. **Relatório Anual da Administração 2011**. Rio de Janeiro: Petrobrás, 2012.

\_\_\_\_\_. **Relatório da Administração 2014**. Rio de Janeiro: Petrobrás, 2015.

\_\_\_\_\_. **Relatório da Administração 2015**. Rio de Janeiro: Petrobrás, 2016.

\_\_\_\_\_. **Relatório da Administração 2016**. Rio de Janeiro: Petrobrás, 2017.

PETROBRAS. **Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ é um dos maiores empreendimentos da Petrobras**, 2009. Disponível em: [https://www.agenciapetrobras.com.br/Materia/ExibirMateria?p\\_materia=6073/](https://www.agenciapetrobras.com.br/Materia/ExibirMateria?p_materia=6073/) Acesso: 18 de ago de 2023.

\_\_\_\_\_. **Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ)**, 2013. Disponível em: <<https://petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/principais-operacoes/refinarias/complexopetroquimico-do-rio-de-janeiro.htm/>> Acesso: 18 de jan. de 2021.

PEREIRA, V. V. **As primeiras preocupações com a periferia do sistema capitalista nas teses do imperialismo de Kautsky e Bukharin**. Nova Economia, v. 27, p. 51-83, 2017.

SILVA, J. A. B. et al. **Teorias demográficas e o crescimento populacional no mundo**. Caderno de Graduação-Ciências Humanas e Sociais-UNIT-SERGIPE, v. 2, n. 3, p. 113-124, 2015.

SOJA, E. W. **Postmetropolis: A Critical Study of Cities and Regions**. Malden, MA: Blackwell Publishers, 2000.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SOUSA, Y. **Dilma e Lobão vão à posse de Graça Foster na Petrobras**. Valor Econômico, 2012. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/politica/252-6646/dilma-e-lobao-va-possede-graca-foster-napetrobras>>. Acesso em 09 de março de 2023.

SCHIAVI, M. T.; HOFFMANN, W. A. **Machado. Cenário petrolífero: sua evolução, principais produtores e tecnologias**. RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, v. 13, n. 2, p. 259-278, 2015.

OLIVEIRA, D. J. (2012). **Habitação, regularização e desigualdades socioespaciais**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, 14(1), 53-68.

OLIVEIRA, D. J., & SANTOS, M. (2013). **A crise habitacional nas metrópoles brasileiras**. Cadernos Metrôpole, 15(30), 455-476.

OLIVEIRA, F. J. G. (2006). **Cidades e infraestruturas urbanas**. Annablume Editora.

OLIVEIRA, F. J. G., & OLIVEIRA, D. J. (2015). **Infraestrutura e redes técnicas nas cidades brasileiras**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, 17(1), 157-172.

OLIVEIRA, Floriano José Godinho; CANDIDO, D'Jeanine. **Investimentos produtivos, territorialidades e gestão do uso do território no leste metropolitano do Rio de Janeiro**. Inc: BINSZTOK, Jacob; BARBOSA, Jorge Luiz. Modernização fracassada: Dossiê do COMPERJ. Rio de Janeiro: Consequência/Faperj, 2018.

OLIVEIRA, H. S. de. **Contradições entre desenvolvimento, trabalho e espaço em tempos de crise: o caso do estado do Rio de Janeiro**. Cad. Metrop., São Paulo, vol. 19, no. 38, 2017, pp. 179-200.

SANTOS, C. **Petrobras vai carregar déficits até julho de 2013**. Valor Econômico, 2012. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/empresas/256-9036/petrobras-vai-carregar-deficits-ate-julho-de-2013>>. Acesso em 09 de março de 2023.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. - 4. ed. 2. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

\_\_\_\_\_. **O retorno do território**. Observatório Social de América, 2005. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>>. Acesso: 18 de jan. de 2021.

SANTOS, M. (2004). **A urbanização brasileira**. Hucitec.

SANTOS, M., & OLIVEIRA, F. J. G. (2009). **Redes técnicas e desenvolvimento territorial**. Revista Território, 14(27), 5-17.

SILVA, J. R. (2018). **Impactos do Arco Metropolitano na dinâmica territorial do Rio de Janeiro**. Revista Geográfica Acadêmica, 12(3), 1-15.

SCHUTTE, Giorgio Romano (2012): **Panorama do Pré-sal: Desafios e oportunidades, Texto para Discussão**, No. 1791, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília

**TARAGANO, J. A Inserção das Empresas Multinacionais na dinâmica do Sistema Capitalista de Produção.** 2011. 83 f. Monografia (Bacharel em Ciências Econômicas) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

**TORRES, M. T. R., & NASCIMENTO, R. S. (2017). O processo de verticalização da cidade e a crise habitacional no Rio de Janeiro.** Caderno Metrópole, 19(39), 487-507

**WENTZEL, T.; BINSZTOK, J. Conflitos socioterritoriais na apropriação da Baía de Guanabara pela indústria petroquímica e a construção de ‘despojos’ pelo COMPERJ.** Geo UERJ, n. 31, p. 517-534, 2017.